

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Anne Kelly Aparecida de Souza Tassara**

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: um estudo dos  
municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) na década de 2000**

**Taubaté – SP**  
**2016**

**Anne Kelly Aparecida de Souza Tassara**

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: um estudo dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) na década de 2000**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof.º Dr. Edson Trajano Vieira.

**Taubaté – SP  
2016**

**ANNE KELLY APARECIDA DE SOUZA TASSARA**

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: um estudo dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) na década de 2000**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof.º Dr. Edson Trajano Vieira.

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Moacir José dos Santos.

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Aldo Botana Menezes

Centro Universidade Módulo

Assinatura \_\_\_\_\_

Aos meus pais, João e Maria.  
Aos meus irmãos, Eduardo, Maykonn e Rodrigo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por estarem sempre comigo, iluminando-me, abençoando, dando a força necessária para enfrentar todos os obstáculos e vencê-los. Sem essa energia Superior me guiando e protegendo, eu não lograria êxito em minha vida.

Ao Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido de Oliveira, Coordenador Geral do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UNITAU, pela oportunidade de participar do mestrado e sua contribuição para o meu crescimento profissional.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UNITAU, que sempre se colocaram à disposição para solucionar os problemas e as angústias pelos quais, nós, na qualidade de alunos, sempre estamos vulneráveis a passar.

Aos docentes do Programa de Mestrado da UNITAU, pela colaboração e atenção dispendida em todos os encontros. Em especial ao Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, pela dedicação, paciência, amizade e a confiança durante esta jornada, que seria muito mais difícil para mim sem seus conselhos durante todo o trabalho.

Aos doutores Moacir José dos Santos e Aldo Botana Menezes, membros da Banca Examinadora, por terem atendido ao convite para desempenhar esse papel, dispondo de seu tempo e conhecimento para analisar o presente trabalho.

À Fundação de Ensino Superior de Goiatuba (FESG), pela bolsa de estudos que custeou o curso de mestrado possibilitando meu crescimento intelectual e profissional.

Aos colegas de turma, pela amizade e companheirismo, que hoje me permite considerá-los amigos, em especial ao amigo Márlon Luiz de Almeida por todo apoio durante o mestrado.

A todas as pessoas da minha família, pelo apoio e força para continuar na árdua missão de concluir o mestrado, incentivando-me a nunca desistir.

A todos que não foram citados, mas que de alguma forma auxiliaram na elaboração deste trabalho, meu muitíssimo obrigada.

*O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. O desenvolvimento como liberdade não pode deixar de levar em conta essas privações. A relevância da privação de liberdades políticas ou direitos civis básicos para uma compreensão adequada do desenvolvimento não tem de ser estabelecida por meio de sua contribuição indireta a outras características do desenvolvimento (como o crescimento do PNB ou a promoção da industrialização). Essas liberdades são apenas parte integrante do enriquecimento do processo de desenvolvimento.*

*(SEN, 2010. p.56).*

## RESUMO

Debates referentes aos aspectos que levam determinadas regiões a crescerem e se desenvolverem tornam-se cada vez mais frequentes, principalmente os relacionados aos indicadores sociais. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo verificar os efeitos da industrialização nos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) refletidos no crescimento e desenvolvimento desses municípios na década de 2000. O processo de industrialização brasileiro teve impulso no governo Vargas, na década de 1930, e seguiu por longo período com taxas expressivas de crescimento. Enquanto isso, a região Centro-Oeste, enfatizando o estado de Goiás, passou por um processo de desenvolvimento ligado à expansão agrícola e pecuária. Face ao exposto, esta pesquisa busca demonstrar o processo de industrialização em Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), apresentando, também, os indicadores econômico, de desenvolvimento e social, que contribuíram para evidenciar o que de fato ocorreu em cada um desses municípios. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa descritiva, bibliográfica, documental e qualitativa, com tratamento dos resultados pela análise documental mediante a comparação dos dados coletados do período **entre 2000 e 2010**. Os resultados encontrados demonstram que a industrialização foi imprescindível para o crescimento econômico do município de Morrinhos (GO) em relação ao de Goiatuba (GO), entretanto, no que tange ao desenvolvimento local, a industrialização não foi um fator crucial. As políticas públicas implementadas tiveram seu grau de importância no período objeto de estudo, fazendo com que os indicadores socioeconômicos se mantivessem próximos entre os municípios, como o aumento de emprego e renda, redução do número de pessoas pobres e extremamente pobres, aumento da população atendida com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, além da melhoria do Índice de Gini e dos indicadores IDH e IFDM.

**Palavras-chaves:** Planejamento e Desenvolvimento Regional. Industrialização e Desenvolvimento. Indicadores Socioeconômicos.

## ABSTRACT

### INDUSTRIALIZATION AND DEVELOPMENT: A STUDY OF MUNICIPALITIES OF GOIATUBA (GO) AND MORRINHOS (GO) IN EARLY 2000

Discussions on aspects that lead certain regions grow and develop; they become more frequent among researchers, especially in relation to social indicators. Therefore, this study aimed to verify the reflection of the industrialization in the municipalities of Goiatuba (GO) and Morrinhos (GO), in order to assess the relationship between growth and development during the decade of 2000. As reported by the Economic History, the Brazilian industrialization process, had momentum in the Vargas government in the 1930s, and followed for a long period with significant growth rates. Meanwhile, the Midwest region, emphasizing the State of Goiás, stood out for the agricultural and livestock expansion, before that, the goiano industrialization process was predominantly marked by agro industrialization. Given the above, the research sought to demonstrate the process of industrialization in the cities of Goiatuba (GO) and Morrinhos (GO) also presenting economic indicators, development, and social, which contributed to show what actually happened in each County. The study was developed from descriptive research, bibliographical, documentary and qualitative research, with analysis of the results made by documentary analysis, by comparing the data collected from the period 2000 to 2010. The results demonstrated that industrialization was essential for the contribution of economic growth of the municipality of Morrinhos (GO) in relation to the municipality of Goiatuba (GO), however, when it comes to local development; it was not a crucial factor. In addition to industrialization, the implemented public policies have had their level of importance in the cities during the 2000s, they made with the socio-economic indicators remained close between the municipalities, as the increase in the number of jobs and income, reducing the number of people poor and extremely poor, increased population served with piped water, electricity and garbage collection, as well as improving the Gini index and the HDI and FMDI indicators.

**Keywords:** Planning and Regional Development. Industrialization and Development. Socioeconomic indicators.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de avaliação das políticas públicas por meio de indicadores sociais	60
Figura 2 - Fluxograma da metodologia adotada na pesquisa	66
Figura 3 - Municípios da microrregião do Rio Meia Ponte do estado de Goiás	67
Figura 4 - Mapa político do estado de Goiás - destaque para o município de Goiatuba	73
Figura 5 - Mapa político do estado de Goiás - destaque para o município de Morrinhos	76

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice FIRJAN Desenvolvimento Municipal (IFDM/ FIRJAN) Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) 2010.	93
Gráfico 2 – Taxa de frequência líquida no ensino fundamental e médio - Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) (2000 – 2010).	101
Gráfico 3 – Taxa de conclusão no ensino fundamental e médio - Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) (2000 – 2010).	101

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes do crescimento econômico	25
Quadro 2 - Avaliações do desenvolvimento econômico e qualidade de vida	27
Quadro 3 - Leis de Kaldor	36
Quadro 4 - Pensamentos industrialistas	37
Quadro 5 - Três fases do processo de industrialização brasileira	38
Quadro 6 - Quatro fases do processo de industrialização brasileira	39
Quadro 7 - Formulação do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB)	41
Quadro 8 – Distribuição dos impostos entre os entes federativos	44
Quadro 9 - Metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).	51
Quadro 10 - Valores máximos e mínimos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de acordo com PNUD	51
Quadro 11 - Variáveis da nova metodologia IDHM Brasil a partir do ano 2013.	52
Quadro 12 - Resumo das variáveis componentes do IFDM FIRJAN por área de desenvolvimento.	53
Quadro 13 - Divisão dos pontos de indicação do desenvolvimento IFDM - FIRJAN	54
Quadro 14 - Resumo das principais fontes para a pesquisa documental	62
Quadro 15 - Produtos destaque nos setores da economia no município de Goiatuba na década de 2000	73
Quadro 16 - Relação das indústrias instaladas em Goiatuba (GO) no período de 1975 a 2010	75
Quadro 17 - Relação das indústrias instaladas em Morrinhos (GO) no período de 1975 a 2010	79
Quadro 18 – Distribuição do IPI	86

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados populacionais da Microrregião do Rio Meia Ponte (GO) comparados com o estado de Goiás e Brasil (2000 - 2010).	70
Tabela 2 - Comparativo da população censitária urbana e rural: municípios, microrregião, estado e país (2000 – 2010).	81
Tabela 3 - Variação do crescimento econômico de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) (2000 - 2010).	83
Tabela 4 - Variação do PIB Municipal - industrial (2000 - 2010).	84
Tabela 5 - Variação da arrecadação do ISSQN (2000 – 2010).	86
Tabela 6 - Variação do Fundo de Participação Municipal (2000 – 2010).	87
Tabela 7 - Variação da arrecadação do ICMS (2000 – 2010).	88
Tabela 8 - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (2000 – 2010).	89
Tabela 9 - Comparativo dos números de empregos entre os municípios e o estado (2000 – 2010).	90
Tabela 10 - Comparativo dos rendimentos entre os municípios e o estado (2000 – 2010).	90
Tabela 11 - Comparativo do Índice de Desenvolvimento Municipal Trabalho (2010).	91
Tabela 12 - Comparativo do Índice de Desenvolvimento Municipal (2000 - 2010).	92
Tabela 13 - Renda, Pobreza e Desigualdade (2000 - 2010).	94
Tabela 14 - Recurso pago direto ao cidadão – bolsa família (2000 - 2010).	95
Tabela 15 - Transferências por ação exceto recursos recebidos diretamente pelo cidadão (2010).	96
Tabela 16 - Taxa de Alfabetização (%) dos municípios e o estado de Goiás (2000 – 2010).	98
Tabela 17 - Matrículas efetivadas nos municípios de Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) (2000 – 2010).	99
Tabela 18 - Estabelecimentos de ensino nos municípios de Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) (2000 – 2010).	100
Tabela 19 - Docentes nos municípios de Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) (2000 – 2010).	100
Tabela 20 - Comparativo de educação adulta dos municípios (2000 – 2010).	102
Tabela 21 - Comparativo de ocupação e desocupação da população de Goiatuba – GO e Morrinhos (GO) (2000 – 2010).	103

Tabela 22 - Comparativo dos indicadores de habitação de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) (2000 – 2010).	104
Tabela 23 - Quantidade de hospitais e leitos de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) (2000 – 2010).	104
Tabela 24 - Comparativo da Longevidade, Mortalidade e Fecundidade Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) (2000 – 2010).	105
Tabela 25 - Comparativo do IFDM - FIRJAN Goiatuba (GO), Morrinhos (GO), Goiás (GO) e Brasil (2010).	106

## LISTA DE SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CTN	Código Tributário Nacional
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, Energia Elétrica e de Comunicação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISSQN	Imposto Sobre Serviços De Qualquer Natureza
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RFB	Receita Federal do Brasil
SEFAZ/GO	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SISNAC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 Apresentação.....	16
1.2 Problema.....	18
1.3 Objetivos.....	19
1.3.1 Objetivo Geral.....	19
1.3.2 Objetivos Específicos.....	20
1.4 Delimitação do Estudo.....	20
1.5 Relevância do Estudo.....	20
1.6 Organização da pesquisa.....	21
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>212</b>
2. 1 Crescimento x Desenvolvimento.....	22
2. 2 Contribuição da industrialização nos processos de crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro.....	34
2. 3 Indicadores econômicos e a industrialização.....	40
2. 4 Indicadores de desenvolvimento e as políticas públicas .....	49
<b>3 MÉTODO.....</b>	<b>61</b>
3. 1 Delineamento da Pesquisa.....	61
3. 2 Área de Realização, Coleta de Tratamento de Dados.....	63
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>67</b>
4.1 Industrialização da Microrregião do Rio Meia Ponte do Estado de Goiás.....	67
4.2 Contextualizações dos Municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO).....	71
4.3 Dados Econômicos e Financeiros dos Municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO).....	83
4.4 Dados Sociais dos Municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO).....	89
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação

Crescimento e desenvolvimento econômico são termos frequentemente debatidos nos estudos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento científico de forma interdisciplinar, também aparecem constantemente no cotidiano das pessoas, seja nos discursos políticos ou em comunicados informativos que a mídia repassa todos os dias à população para demonstrar a situação do mundo, país e municípios, dentre outros.

Esses dois vocábulos são geralmente confundidos quanto às suas significações, assim, compreendê-los e ainda relacioná-los com a industrialização é de suma importância para verificar se determinada região apresentou crescimento ou desenvolvimento local, ou se ambos ocorreram (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Vieira (2009) expôs que o tema desenvolvimento tem suscitado na comunidade acadêmica muito mais perguntas do que respostas, pois o desenvolvimento econômico gera perguntas, como, por exemplo: “Como medi-lo? É uma maior oferta de bens e serviços? É o aumento da produtividade da economia, fruto das inovações? Podemos quantificar o desenvolvimento econômico? Como? Por meio da renda per capita, por meio de outros indicadores, tais como o IDH? Como medi-lo no campo regional?” (VIEIRA, 2009, p. 15).

Segundo o autor, a relação entre a atividade industrial e o desenvolvimento também provoca questionamentos: “Será que a atividade industrial é o único caminho ou o mais curto para o desenvolvimento? Qual a capacidade das ações da política econômica governamental de transformar o crescimento econômico no desenvolvimento?” (VIEIRA, 2009, p. 15).

Vieira (2009) finaliza afirmando que o grande desafio dos cientistas sociais é quantificar o desenvolvimento econômico. A maioria da vezes esse termo é utilizado para diferenciá-lo do crescimento econômico, entretanto, o próprio desenvolvimento social também é de difícil definição.

Santos, Braga e Souza (2012) definem desenvolvimento em uma concepção multidimensional e interdisciplinar, como um dos mais complexos fenômenos para se dar uma conceituação exata. Ressalta, no entanto, a importância da função social que o desenvolvimento representa para a sociedade, principalmente ao que diz respeito ao bem-estar humano.

Os autores entendem que uma definição para o termo ‘desenvolvimento’ não conseguiria retratar todas as visões científicas, na medida em que necessitaria incorporar os mesmos aspectos referentes aos conteúdos ideológicos, políticos, valores, crenças, culturais,



ambientais, dentre outros de um determinado lugar. Assim, definem o desenvolvimento em quatro dimensões: i – econômica, visando o crescimento da sociedade; ii – política, no que se refere à invenção da modernidade (nação rica ajudando nação pobre); iii – social, no que diz respeito ao bem-estar da sociedade; e iv – ambiental, envolvendo a sustentabilidade (SANTOS; BRAGA; SOUZA, 2012).

Corroboram com os autores Vieira e Santos (2012), que defendem o desenvolvimento como um processo social global. A designação de uma tipologia do desenvolvimento decorre da necessidade de classificá-lo em econômico, político, social ou cultural por razões metodológicas quanto ao tratamento de um desses sentidos particulares.

O desenvolvimento, em termos conceituais, é o esclarecimento de compreensões ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social. A acepção do significado do conceito ‘desenvolvimento’ depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade, embora mantenha em seu interior a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população.

Sob esse prisma, o conceito de desenvolvimento pode até ser ao contrário à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade. Segundo os autores, a quantidade de recursos financeiros ou bens materiais que possibilite o aumento da produção e da produtividade é importante para o desenvolvimento econômico, mas a melhor distribuição dos recursos possibilita a harmonização do desenvolvimento, contribuindo para a melhora da qualidade de vida (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Diante disso, esta pesquisa teve como foco o estudo de dois municípios goianos, Goiatuba e Morrinhos, pertencentes à Microrregião do Rio Meia Ponte (GO), verificando a industrialização e desenvolvimento regional na década de 2000.

O intuito da pesquisa é enfatizar crescimento e desenvolvimento econômico relacionados com o processo de industrialização, verificando a sua contribuição para melhoria dos indicadores que demonstram a qualidade de vida das populações pertencentes aos municípios objetos do estudo.

Para isso, a pesquisa foi estruturada, inicialmente, com uma discussão conceitual de crescimento e desenvolvimento econômico, abordando as principais correntes do pensamento econômico, apresentando um debate teórico entre os economistas com a finalidade de compreender as diferenças entre os dois verbetes.

Desse modo, associando-os com a industrialização houve a necessidade de apresentar relatos do processo da industrialização brasileira, demonstrando que ocorreu de

forma tardia e foi impulsionado pelos ricos cafeicultores de São Paulo, que com capital de sobra, originário das exportações de café, começaram a investir no setor industrial. Esse setor ganhou mais impulso a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas.

Assim, a industrialização reflete-se no setor econômico ocasionando alterações nos indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um determinado período.

São recolhidos também aos cofres públicos os tributos gerados pelas atividades industriais, destacando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), pertencente à esfera municipal; Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), referente à esfera federal; e Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), tocante à esfera estadual (CTN, 2016).

Além de demonstrar os indicadores econômicos, esta pesquisa apresenta os indicadores de desenvolvimento e as políticas públicas com o propósito de verificar a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) na década de 2000, relacionada com a quantidade de indústrias instaladas nesses municípios durante esse lapso temporal delimitado no estudo.

Rocha *et al* (2000), Oliveira (2002), Monteiro *et al* (2010), Vieira e Santos (2012) ressaltam que mais importante do que as condições econômico-financeiras de uma população e do seu padrão de vida e conforto é a maneira como se faz a distribuição das riquezas, levando em consideração o que as pessoas sentem e pensam, bem como a realização dos seus sonhos.

A respeito do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), destacam-se os componentes educação, saúde e renda, que têm sua origem no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No tocante ao IFDM, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que é a Instituição criadora, em seu sítio oficial traz as informações necessárias para a compreensão do cálculo desse importante indicador de qualidade de vida.

## **1.2 Problema**

Na história econômica do capitalismo, conforme relata Vieira (2009), o desenvolvimento econômico esteve interligado à industrialização. A situação financeira apresentada pelos países que participaram da primeira e segunda revolução industrial os tornou

conhecidos como países desenvolvidos, por essa razão a industrialização foi associada a um caminho para os países em desenvolvimento.

Nesse sentido, o autor explana que a industrialização chegou tardiamente ao Brasil, por volta do século XX, e a internacionalização da produção e a inovação tecnológica mais intensa ocorreram após a Segunda Guerra Mundial. Vieira entende que industrialização não resolveu o problema do desenvolvimento, pois outros fatores estiveram interligados à industrialização, como a forte concentração espacial, individual e funcional da renda, gerando desigualdade na distribuição dos capitais produzidos.

Diante da demora da industrialização brasileira, muitos economistas e pesquisadores defendem que por essa razão o Brasil ainda se encontra no patamar de país em desenvolvimento em relação à economia mundial. Os obstáculos enfrentados pelo País para se industrializar também afligem os municípios brasileiros, que enfrentam dificuldades comuns para crescerem e se desenvolverem.

Geralmente, a industrialização é apontada como um caminho para se atingir o progresso pela oferta de emprego e renda que ela pode ocasionar, ideia bastante utilizada principalmente nos discursos políticos e na implantação de programas para atrair indústrias para uma determinada região e, conseqüentemente, conseguir promoção política.

Dessa forma, esta pesquisa busca verificar os reflexos da industrialização nos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), seu crescimento *versus* desenvolvimento. Face ao exposto, à problematização desta pesquisa surge a seguinte pergunta: o processo de industrialização nesses municípios foi suficiente para demonstrar crescimento ou desenvolvimento econômico?

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Identificar a contribuição do processo de industrialização, durante a década de 2000, para o crescimento e/ou desenvolvimento econômico nos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO).

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- Descrever a relação da industrialização com o crescimento e desenvolvimento econômico.
- Apresentar os indicadores econômicos nos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) e sua relação com o crescimento regional e a industrialização.
- Avaliar os indicadores de desenvolvimento nos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO).

### **1.4 Delimitação do Estudo**

O presente estudo foi desenvolvido na Microrregião do Rio Meia Ponte, da Mesorregião Sul do estado de Goiás, delimitando-se aos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), caracterizados no decorrer desta pesquisa.

O estudo compreende o espaço temporal do ano de 2000 ao ano 2010. Estabeleceu-se essa década para serem observados os reflexos da industrialização no crescimento e desenvolvimento dos municípios citados, enfatizando os indicadores socioeconômicos. Faz-se necessário esclarecer que os aspectos ambientais não constam entre os objetivos do estudo.

### **1.5 Relevância do Estudo**

O tema industrialização relacionado com crescimento e desenvolvimento vem sendo discutido recorrentemente dentro da comunidade acadêmica. Em decorrência, o presente estudo tem como pertinência analisar dois municípios localizados ao sul do estado de Goiás, pertencentes à Microrregião do Rio Meia Ponte (GO): Goiatuba e Morrinhos.

A distância entre os dois municípios é de 55,4 quilômetros (Km), apesar de os dois serem próximos um deles apresenta um pólo industrial maior que o outro, demonstrando ser mais industrializado. Por essa razão o presente estudo considerou relevante verificar o crescimento e o desenvolvimento, desses dois municípios, relacionados com o fenômeno da industrialização.

Para isso, foram levados em consideração debates conceituais que diferenciam crescimento e desenvolvimento e indicadores socioeconômicos dos municípios, com a finalidade de proporcionar um resultado que verifique a forma como a industrialização interferiu nos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), contribuindo para o crescimento e desenvolvimento econômico regional.

Os estudos referentes a esse tema apresentam ponderações muito além das medições históricas de crescimento econômico e dos cálculos dos indicadores sociais. Não que se queira descartá-los, ou simplesmente minimizar a sua importância, mas é necessário cogitar algo muito mais profundo, como promover uma análise mais qualitativa de desenvolvimento (VIEIRA; SANTOS, 2012).

## **1.6 Organização da Pesquisa**

Com o propósito de facilitar o entendimento, esta pesquisa está dividida em cinco seções. A primeira traz a introdução, que envolve o problema da pesquisa, os objetivos, a delimitação do estudo, sua relevância e organização.

A segunda seção apresenta a revisão de literatura, que aborda os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, a contribuição da industrialização nos processos de crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro, e indicadores econômicos e de desenvolvimento, enfatizando a industrialização dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) dentro do contexto do desenvolvimento regional.

A terceira seção descreve o método, o delineamento da pesquisa, sua área de realização, coleta e tratamento de dados. A quarta seção enfatiza os resultados e discussão, contextualizando a industrialização na Microrregião do Rio Meia Ponte do estado de Goiás, juntamente com os municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), e os indicadores econômicos, financeiros e sociais.

A dissertação é concluída na quinta seção com as considerações finais, seguidas das referências.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Estudar os termos desenvolvimento e crescimento é ter um amplo horizonte a ser analisado, principalmente quando a questão é inserir o tema industrialização. Para iniciar o estudo faz-se necessária uma abordagem dos debates conceituais entre crescer e desenvolver.

### 2.1 Crescimento x Desenvolvimento

Cientistas sociais, em suas pesquisas, debatem quanto à forma de mensurar crescimento e desenvolvimento econômico e também o modo do compartilhamento mais distributivo dos recursos que contribuem para análise dos dois institutos. Para isso, a busca das conceituações da comunidade acadêmica referentes ao crescimento e desenvolvimento é de suma importância no delineamento desta pesquisa.

Assim, por exemplo, a noção de que o espaço pode ser uma região ou uma nação; o tempo definindo o lapso temporal a ser analisado, podendo ser um estudo de curto, médio ou longo prazo; e as políticas públicas implementadas visando crescimento e desenvolvimento local são aspectos que podem ser considerados na parametrização da pesquisa, colaborando na apuração dos resultados relacionados ao objeto pesquisado (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Os autores defendem que o desenvolvimento econômico compreende um processo dinâmico, de modo que a capacidade de produção representada pela quantidade de bens e serviços fabricados por uma coletividade, em determinada unidade de tempo, inclina a crescer mais apressadamente do que ela. O desenvolvimento acontece, portanto, de forma quantitativa e qualitativa, representando o aumento da oferta de bens e serviços *per capita*, modificando as técnicas produtivas, a forma de distribuição dos rendimentos e o comportamento da mão de obra (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Os autores ressaltam, porém, que é inadequado assegurar que todas essas modificações dependem da dinâmica da área econômica. Afirmam que toda a sociedade, independente de como se atribui o poder político diante da expansão de suas necessidades, está demarcada às limitações das técnicas de produção e à disponibilidade de recursos (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Estudos acerca de crescimento e desenvolvimento tiveram origem com os trabalhos desenvolvidos por Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867), mas foi na década de 1940, com o surgimento da Economia do Desenvolvimento, que o termo desenvolvimento recebeu destaque como objeto de pesquisa científica, acarretando

toda uma literatura econômica que até atualmente auxilia na compreensão da relação entre o desenvolvimento e a sociedade industrializada moderna (SANTOS; BRAGA; SOUZA, 2012).

Smith (1776), em sua obra ‘A Riqueza das Nações’ expressa que para se ter desenvolvimento, em uma determinada região, os agentes econômicos precisam atender seus desejos individuais de forma natural. O autor baseava-se no princípio de que o homem durante sua existência vive para fazer trocas, tornando-se um negociante, isso em decorrência da sociedade mercantil que o transformou.

Já Malthus (1798) define o crescimento e desenvolvimento somente de forma econômica, levando em conta, além da forma econômica, os efeitos que toda alta produção e concentração de riqueza em mãos de poucos poderiam impactar na vida da população. O autor observou que a produção de alimentos para a população e a oferta de empregos elevariam a qualidade de vida e conseqüentemente o crescimento populacional (SANTOS; BRAGA; SOUZA, 2012).

Além disso, os autores citam que o trabalho de David Ricardo (1817) apresenta uma linha mais voltada à questão econômica, como Smith (1776) na publicação dos ‘Princípios de Economia Política e Tributação’, em que defendia como ponto primordial a concentração de renda em favor dos capitalistas urbanos industriais, que eram encarregados de acumular riqueza, contribuindo para o crescimento econômico, e eram também os detentores da oferta de emprego, o que contribuía para o desenvolvimento.

O desenvolvimento Ricardiano era mais canalizado ao crescimento da economia e não necessariamente ao processo de desenvolvimento da economia (SANTOS; BRAGA; SOUZA, 2012). Por fim, Santos, Braga e Souza (2012) argumentam que o trabalho de Karl Marx (1867) apresenta mais semelhanças com os pensamentos de Malthus (1798), pois além de analisar as questões econômicas mostra preocupação com a situação da população trabalhadora.

Vieira (2009) aborda a crítica de Marx ao sistema capitalista decorrente do crescimento da produção, motivada pela maximização dos lucros sem, necessariamente, estender-se na melhoria ou no atendimento da sociedade, tidos como não prioritários para a lógica capitalista.

O sistema econômico, movido pelo dinheiro, pode aumentar a oferta de bens sem que isso contribua, necessariamente, para a melhoria da qualidade de vida da população. O crescimento da produção foi acompanhado por uma forte concentração funcional da renda, não contribuindo para a melhoria da qualidade de vida para a maior parte das pessoas, e principalmente dos trabalhadores.

Arrighi (2008) reportou-se ao teorema da queda tendencial da taxa de lucro identificado por Marx, que foi compreendido como uma alternativa de Marx para demonstrar a natureza

propensa à crise e os limites do capitalismo. Esse teorema, entretanto, não foi desenvolvido originariamente por Marx, mas por economistas políticos, tais como Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo. Segundo o autor, Marx apresenta esse teorema da economia política clássica longe de pressupor uma queda da taxa de lucro. Ele trata esse teorema como uma tendência superficial, portanto, sujeita a muitos fatores e tendências compensatórias.

Na medida em que a taxa de lucro efetivamente cai, de acordo com Marx, ela o faz como uma manifestação econômica superficial de um desenvolvimento histórico, mas fundamental à tendência da composição orgânica do capital, isto é, a razão entre capital constante (máquinas, matérias-primas etc.) e capital variável (trabalho assalariado) crescer (ARRIGHI, 2008).

Piketty (2014), em sua obra ‘O Capital do Século XXI’, traz as ideias de Karl Marx ao século XXI, relatando o reconhecimento do acerto, em partes, da análise marxista quanto à acumulação de capital pertinente ao sistema de produção capitalista. Para o autor, Marx foi refém, no século XIX, da inexistência de bases de pesquisa de dados históricos referentes à evolução do patrimônio e da renda, bem como da desconsideração da variável referente ao avanço tecnológico como mecanismo capaz de viabilizar o infinito crescimento do capital privado.

Diante do exposto, as indagações quanto à identificação de como identificar desenvolvimento e crescimento atingem posições notórias. Destaca-se a preocupação referente à provável conciliação entre os dois. Veiga (2008) cita a recente forma econômica da sociedade moderna em relação à preservação dos recursos naturais, que é uma questão preocupante para o planeta. Isso demonstra como é difícil conceituá-los, pois para tê-los há muitas implicações em diversas áreas.

De acordo com Sandroni (2005), crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado pela evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) ou pelo Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico.

Nesse mesmo sentido, Siedenberg (2006) define crescimento como um conjunto de alterações de caráter predominantemente, quantitativo, expressando aumento, dimensão de volume e/ou quantidade. Acrescida ao conceito de crescimento econômico soma-se a ampliação da capacidade produtiva e da produção de uma economia em determinado lapso temporal, geralmente calculada pela variação do Produto Nacional Bruto (PNB), que é a soma de todos



os bens produzidos e serviços realizados ou do Produto Interno Bruto (PIB), que é o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país.

Vasconcellos (2000), por sua vez, discorre que crescimento econômico é o mesmo que crescimento continuado da renda *per capita* no decorrer do tempo, demonstrando que o crescimento econômico é importante para a economia, porém esse aumento da renda pode não estar sendo utilizado em favor da sociedade como um todo, mas sim exportado para outros países, para o patrimônio de poucas pessoas ou grupos de investidores.

Siedenberg (2006) aponta que o crescimento da renda *per capita* interfere na vida da sociedade, e salienta que é imprescindível que o crescimento econômico supere o crescimento demográfico de determinado país ou região, resultando em um quadro de mudanças estruturais que tenha por finalidade melhorar os indicadores socioeconômicos. Esses índices estão relacionados ao desenvolvimento econômico, como as questões de caráter social, o bem-estar, nível de consumo, índice de desenvolvimento humano (IDH), taxa de desemprego, analfabetismo e qualidade de vida, entre outros.

Ao verificar a importância de mudanças estruturais para o crescimento e desenvolvimento de uma região, Vasconcellos (2000) definiu que o desenvolvimento econômico precisa ser fundamentado na melhoria dos indicadores de bem-estar econômico e social. Por essa razão, criou as fontes de crescimento econômico relacionadas com os aspectos relevantes para haver desenvolvimento econômico, tomando por alicerce duas premissas basilares: capital e mão de obra. As fontes obedecem a uma ordem de classificação, que foram disponibilizadas para ser melhor exemplificadas (Quadro 1).

**Quadro 1** - Fontes do crescimento econômico

<b>1ª Fonte</b>	Ampliar a força de trabalho, decorrente do crescimento demográfico e da imigração.
<b>2ª Fonte</b>	Aumentar o valor do estoque de capital, ou da capacidade produtiva.
<b>3ª Fonte</b>	Melhorar a qualidade da mão de obra, especializando-a por meio de programas de educação e treinamento.
<b>4ª Fonte</b>	Investir em tecnologia, que permita uma maior eficiência na utilização do estoque de capital.
<b>5ª Fonte</b>	Prestabilidade na forma de contribuição dos rendimentos organizacionais referente à interação dos insumos.

Fonte: Vasconcelos (2000)

As abordagens científicas referentes ao conceito de desenvolvimento remetem à busca de explicar as diversas formas como pode ser analisado dentro de uma sociedade, principalmente quando está relacionado com a industrialização. É perceptível que a industrialização contribui para a geração de emprego ocasionando renda aos trabalhadores. Isso auxilia no acesso das pessoas a melhores condições de alimentação, moradia, lazer, saneamento

dentre outros que fatores que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas (VIEIRA,2009).

Schumpeter (1997), além de defender o desenvolvimento econômico com investimentos em inovações tecnológicas no processo de produção industrial, também menciona a existência da necessidade de se observar outros aspectos socioeconômicos que interferem na qualidade de vida das pessoas.

Monteiro *et al* (2010) relatam que expressão ‘qualidade de vida’ teve sua primeira colocação pública pelo presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson, em 1964, que demonstrou a preocupação com a população, esclarecendo que não apenas a lucratividade apontada pelos resultados financeiros dos bancos deveriam ganhar destaque dentro de uma economia, mas também a qualidade de vida que as pessoas encontram dentro da economia.

Panzini *et al* (2007) salientam que dentro da literatura científica não há uniformidade de pensamentos referente ao conceito qualidade de vida, ressaltando, também, que muito se confunde ‘qualidade de vida’ com ‘padrão de vida’. O autor narra que o primeiro diz respeito às questões significativas para cada pessoa, tem caráter pessoal, enquanto o segundo refere-se aos indicadores gerais, como os aspectos socioeconômicos, demográficos e saúde básica.

Gonçalves e Vilarta (2004) não fazem separação de termos entre ‘qualidade de vida’ e ‘padrão de vida’. Entendem que a qualidade de vida está atrelada na forma como as pessoas vivem, como, por exemplo, a forma de compreensão do cotidiano envolvendo as variáveis, como no tempo de atendimento para prevenção ou remediação da saúde, o tempo dispendido na formação escolar para se ter educação, somando a isso o transporte coletivo digno, condições para aquisição de material escolar, qualidade da alimentação, moradia, trabalho e cooperação nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito, isso sim pode ser dito como qualidade de vida.

Ainda conforme os mesmos autores, a distribuição de renda é fator essencial para determinar a qualidade de vida da população, tornando-se mais intensa com a sedimentação do capitalismo. Por causa do fenômeno da industrialização, a acumulação do capital ficou concentrado nas mãos de poucos. Verifica-se, ao longo da história, que as pessoas que possuem bens materiais gozam de uma condição de vida melhor e pertencem à classes sociais diferentes, por exemplo, patrão e empregado (GONÇALVES; VILARTA, 2004).

Para mensurar as desigualdades sociais foi criado um método estatístico denominado índice de GINI, que faz uma variação entre o número 0 (zero) e o número 1(um), no qual, zero corresponde a uma completa igualdade na renda (todos apresentam a mesma renda *per capita*) e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população possui toda a renda e os demais nada têm) assim podendo

definir se determinada região obteve crescimento ou desenvolvimento econômico (DATASUS, 2016).

Schwartzman (1974) defende que há uma relação entre o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida pelo fator renda *per capita*, porém sua afirmação não foi absoluta. Para o autor a formulação do cálculo da renda *per capita* não retrata a verdadeira situação social. Entende que a maneira essa renda é apurada omite muitas variáveis que estão diretamente ligadas no campo da avaliação direta da qualidade de vida, e conseqüentemente na distribuição da renda entre as pessoas. Para melhor exemplificar, o Quadro 2 comprova a visão do autor.

**Quadro 2** – Avaliação do desenvolvimento econômico e qualidade de vida

<b>1ª Avaliação</b>	A quantificação da renda <i>per capita</i> apresenta valores médios, os quais ocultam as desigualdades nas distribuições de renda sendo um problema implícito no cálculo de qualquer média.
<b>2ª Avaliação</b>	Os valores médios apresentados no cálculo da renda <i>per capita</i> desconhecem outros elementos, por essa razão apresentam crescimento e não desenvolvimento. Na avaliação do autor, a chave para mudar seria dar relevância a outros indicadores alternativos, porém sem sair do quadro econômico, como os indicadores típicos da industrialização: consumo de energia, produção e consumo de aço, etc.
<b>3ª Avaliação</b>	Avalia os dois institutos, crescimento e desenvolvimento, com certa preocupação voltada para o bem-estar humano, em que narra o famoso jargão popular ‘dinheiro não traz felicidade’, faz menção quanto ao poder aquisitivo adquirido pelas pessoas, que podem consumir mais produtos e serviços gerados pelo mercado industrial, porém não estão bem psicologicamente. Isso deve ao fato de o aumento financeiro vir junto a questões sociais negativas: como o dinheiro não é distribuído de forma uniforme a todas as pessoas, ou seja, uns têm muito e outros têm pouco, deslocamento de pessoas de uma cidade para outra em busca de oportunidades, gerando uma concentração populacional em determinada região. Essa região ao receber um contingente diminui sua oferta de emprego ocasionando desemprego, criminalidade, precariedade dos serviços públicos prestados, tais como: saneamento, educação, transporte, lazer, pois o Poder Público não consegue atender toda a população. Sem falar que toda essa situação degrada o meio ambiente afetando a saúde da população, gerando <i>stress</i> , e acarretando mais problemas, como a incidência de enfermidades de componente psicossomático reconhecido (úlceras, cardiopatias), enfermidades mentais, divórcio e suicídio, dentre outros.

**Fonte:** Schwartzman (1974).

Bresser-Pereira (2008) também levanta e discute a questão do desenvolvimento econômico levando em consideração mudanças estruturais, culturais e institucionais, e ressalta que desenvolvimento econômico não o mesmo que crescimento da renda *per capita* ou apenas crescimento econômico. O autor segue essa linha e explica que definir puramente crescimento econômico pela variável de aumento da renda *per capita* não é confiável por causa de situações

em que a produção média por habitante aumenta, porém mesmo com essa ampliação no longo prazo não foram verificados aumentos uniformizados dos salários e do padrão de vida.

O autor discorre também demonstrando o trabalho de Schumpeter (1982), que foi reconhecido na história como o primeiro a verificar o fato de que para haver desenvolvimento econômico precisaria haver transformações estruturais do sistema econômico e apenas o crescimento da renda *per capita* não era garantia de desenvolvimento.

Schumpeter utilizou de suas observações para afirmar que havia necessidade de alterações para obtenção de lucros econômicos, momento em que simplesmente ocorria crescimento. O autor entende que precisava de algo a mais, como a implantação de uma estrutura que trouxesse inovação, ou de um investimento com incorporação do progresso técnico ensejando assim um puro processo de desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Souza (1999) demonstra que Schumpeter estabeleceu ao crescimento uma particularidade unicamente expansiva, enquanto que o desenvolvimento apenas aconteceria “na presença de inovações tecnológicas por obra de empresários inovadores financiados pelo crédito bancário. O processo produtivo deixa de ser rotineiro e passa a existir lucro extraordinário” (SOUZA, 1999, p.16).

Diante desse contexto, Furtado (1983, p. 90) discorda de Schumpeter por entender que para haver desenvolvimento necessário se faz essencialmente ter crescimento que não decorra de uma questão tecnológica, mas sim da diversidade das formas sociais e econômicas concebidas pela divisão dos trabalhos sociais que satisfaça as múltiplas necessidades de uma coletividade.

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente [...] O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão (FURTADO 1983, p. 90).

Dessa maneira, a visão de Furtado (1983) direcionou o desenvolvimento além das questões estritamente econômicas, levando em consideração a multiplicidade de fatores sociais e institucionais que esquivam a uma análise puramente econômica. Sachs (2004) concorda com

Furtado ao comentar que “[...] os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo) para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS 2004, p. 13).

Corroborando com essa ideia um fator importante do desenvolvimento econômico, que não é somente relatado por meios de indicadores que mensuram o crescimento do produto ou produto *per capita*: devem ser incorporados no conceito de desenvolvimento outros índices que representam, mesmo de forma sucinta, a qualidade de vida das pessoas (PASSOS; NOGAMI, 2011).

Sen (2000) também concorda que analisar crescimento e desenvolvimento vai além da economia propriamente dita. Precisa ser considerada a forma como a maioria das pessoas é vítima de diversas formas de privação de liberdade básica para a sobrevivência que lhes impede de participar do processo de desenvolvimento.

[...] Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2000, p.18).

Para Sen (2000) o desenvolvimento de um país estaria diretamente ligado às oportunidades que se oferecem à população de fazer escolhas na prática do exercício da cidadania, garantindo dessa forma, os direitos sociais básicos, como a saúde, educação e outros, como segurança, habitação, cultura e lazer. No caso brasileiro esses direitos estão fundamentados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Para diferenciar crescimento de desenvolvimento econômico foi necessário voltar o olhar para a história econômica para ter o entendimento que pode acontecer em determinadas situações particulares em que ocorra o aumento da renda *per capita*, porém, sem refletir na população. São casos singulares dentro de uma sociedade.

Em situações normais as mudanças tecnológicas e as divisões do trabalho proporcionam expansão da produtividade levando a alterações nas formas institucionais, culturais e também básicas de uma determinada sociedade. Nesse momento a teoria de Marx a respeito de proposição da formação de uma sociedade como a que se refere ao campo tecnológico e

econômico, cultural, e institucional tornou-se sedimentado. Se ocorrerem alterações em qualquer dos campos citados, os demais também sofrerão reflexos, mais cedo ou mais tarde (SANTOS; BRAGA; SOUZA, 2012).

Uma mudança em uma área provocará outra área não se definindo qual a melhor que possa melhorar ou piorar, mas a correlação entre as áreas pode ser considerada a um evento social no que tange à conceituação para discernir crescimento de desenvolvimento econômico (BRESSER - PEREIRA, 2008).

Considerados os conceitos citados, a ideia de crescimento e desenvolvimento leva a uma percepção que vai além da econômica, mas leva também à preocupação de agregar fatores socioeconômicos que estão interligados ao bem-estar humano; a valorização das relações entre os atores sociais; o meio ambiente; a mobilização social, cultural entre outros que regem a vida em sociedade (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Com intuito de diminuir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento foram criados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), coordenados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil (PNUD) que representam oito metas estabelecidas para diminuir ou até mesmo erradicar tais problemas. São eles:

- i) redução da pobreza;
- ii) atingir o ensino básico universal;
- iii) igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres;
- iv) reduzir a mortalidade na infância;
- v) melhorar a saúde materna;
- vi) combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
- vii) garantir a sustentabilidade ambiental; e
- viii) estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento, todas visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas (PNUD, 2015).

Todos os objetivos traçados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil (PNUD) estão constitucionalizados na Lei Maior, no artigo 3º, como metas fundamentais da República Federativa do Brasil, e no artigo 170 referindo à ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa que tem por fim assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Rocha *et al* (2000) declaram que a caracterização de um conceito de qualidade de vida e a definição de uma formulação para mensurá-la seria uma ousadia, pois no entendimento dos autores a qualidade de vida pode ser visualizada de diversas formas dependendo do pensamento de cada pessoa.

Minayo, Hartz e Buss (2000) não levam em consideração a parte econômica e sim arraigam na ideia de que a qualidade de vida diz respeito unicamente ao ser humano. É ele que tem o discernimento de entender o nível de sua satisfação em relação à família, ao amor, às amizades no ambiente de trabalho e aos problemas que o circundam. Com isso, cada pessoa define seu padrão de conforto e bem-estar.

Ainda de acordo com os autores outro aspecto relevante a ser mencionado é a distribuição de renda, que se mal distribuída pode gerar desigualdades, em especial ao Produto Interno Bruto (PIB) ou outro agregado *per capita*. Os dados socioeconômicos coletados para análise podem não gerar informações da verdadeira situação econômica em que a maioria da população se encontra.

A partir desse prisma pode-se concluir que quanto mais a desigualdade cresce em referência à média *per capita* do PIB indica que a maioria das pessoas se encontra em uma situação ainda pior do que demonstra o aumento da renda média (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

Há, no entanto, diversas razões para que as pessoas vejam as aferições dos indicadores socioeconômicos diferentes daquilo que são representados. Em verdade, a forma matemática de se calcular a estatística pode estar certa, porém a maneira de se mensurar é que seria perfeita, pois deveria levar em consideração as demais variáveis que representam a situação da população como, por exemplo, o bem-estar humano (ALMEIDA, 2014).

Vieira e Santos (2012) exprimem a ideia que recursos variados que contribuam para o refinamento da produtividade e da produção são essenciais para obtenção do desenvolvimento econômico, contudo o fracionamento desses recursos de forma mais qualitativa e equitativa podem abrir espaços para que impulsionem o equilíbrio do desenvolvimento possibilitando a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Para Monteiro *et al* (2010) em um primeiro momento o termo qualidade de vida estava interligado com a aquisição de bens materiais, porém, no decorrer dos anos foi se somando à qualidade de vida outros elementos, como o bem-estar pessoal; as conquistas alcançadas principalmente de um sonho realizado; melhora nas relações interpessoais e sociais; e mudança nos hábitos de vida com alimentação mais saudável e prática de exercícios físicos.

Com isso percebe-se que além do indicador objetivo, que é o econômico, os fatores psicossociais como indicadores subjetivos também são importantes para melhor saúde corpórea e mental e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida. A vinculação da qualidade de vida com crescimento e desenvolvimento necessita avaliar não só os fatores econômicos, mas

também os fatores sociais e psicológicos que pessoas estão vivenciando, para que se possa pensar em conceituar a qualidade de vida (SCHWARTZMAN, 1974).

Gonçalves e Vilarta (2004) corroboram com essa ideia afirmando que a relação entre as pessoas e o ambiente, o qual estão inseridas, é fator fundamental para se definir o nível de bem-estar, podendo mencionar, portanto, a qualidade de vida dessas pessoas. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico, também, está atrelado ao bem-estar humano.

Essa mesma melhoria em sua vida, no entanto, ocasiona danos ao meio ambiente na medida em que os automóveis lançam gases tóxicos na atmosfera poluindo o ar e toda essa poluição provoca alterações climáticas. Consequentemente, o bem-estar acaba sendo uma agravante na qualidade de vida do indivíduo (ALMEIDA, 2014).

Minayo, Hartz e Buss (2000) contribuem com a pesquisa dizendo que a qualidade de vida se respalda em diversos ramos: nos conhecimentos; experiências; valores de indivíduos e coletividade e suas histórias. Enfim, a qualidade de vida está relacionada com a estrutura social e cultural de cada população.

Panzini *et al* (2007) aperfeiçoando o pensamento dos autores anteriores expõem a importância de se conhecer a cultura de um povo para analisar o termo qualidade de vida, já que a cultura é o alicerce para se entender a forma e a percepção de vida dos indivíduos pertencentes àquela população. O que pode ser qualidade de vida para uns pode não ser para outros. Há toda uma história envolvida que deve ser levada em consideração.

Vieira e Santos (2012) realçam que conhecer a história da construção de uma sociedade é fundamental para o entendimento do padrão de vida das pessoas também precisa ser observado e que as modificações econômicas levam a fatores subjetivos, por essa razão prejudica a quantificação do desenvolvimento econômico.

Os mesmos autores compreendem que em relação ao desenvolvimento vinculado com a qualidade de vida faz-se necessário abordá-lo como produtividade social que não se refere apenas ao que foi produzido em bens e serviços, mas a relação existente entre as pessoas em determinado lapso de tempo, enxergando como a produção de tais bens e serviços pode ter contribuído para a qualidade de vida da população e de que forma esses bens e serviços serão distribuídos no grupo (VIEIRA; SANTOS, 2012).

A qualidade de vida para Rocha *et al* (2000) pode ser vista como algo cultural, com a presença de tecnologia, eficiência e ciência que leve a uma forma suave de se viver, relacionando-a, assim, com a felicidade das pessoas. Ressaltam que o poder aquisitivo é importante para adquirir bens materiais, fazer com que as pessoas se sintam mais felizes, porém há algo mais sublime do que ter: é o sentimento de ser. Esse sentimento não pode ser comprado



por nenhuma fortuna, ele aflora de cada indivíduo alcançando suas potencialidades como cidadãos.

Monteiro *et al* (2010) corroborando com esse pensamento defendem que a qualidade de vida está ligada com o relacionamento das pessoas a partir de seu comportamento individual ou coletivo no meio em que estão inseridas, levando em consideração os meios culturais, padrão de valores, preocupações, expectativas, ou seja, sentimentos que interferem na sua felicidade.

Gonçalves e Vilarta (2004) têm a percepção de que bens materiais são imprescindíveis para se ter qualidade de vida e condições para fazer aquisições materiais em ligação direta com os indicadores de desenvolvimento econômico. A título de ilustração, por exemplo, com a industrialização a oferta de produtos no mercado encontra-se bastante diversificada fazendo com que as pessoas consumam mais e mais, acreditando que dinheiro que recebem pelo seu trabalho não seja suficiente para suprir todos seus desejos, por isso acreditam que está cada vez mais difícil aumentar a família, pois mais pessoas seria sinônimo de mais despesas.

Para manter o padrão de qualidade de vida rotulado por essas pessoas a taxa de natalidade está cada vez menor, o que vem provocando mudanças no perfil populacional com queda da mão de obra ativa. A população está envelhecendo e nesse momento, com essa mudança de faixa etária, também mudarão as formas da qualidade de vida (GONÇALVES; VILARTA; 2004).

Para Minayo, Hartz e Buss (2000) a formulação da identificação da qualidade de vida envolve não só o desenvolvimento socioeconômico, que deve ser considerado, mas juntamente com ele o desenvolvimento sustentável, gerando pensamentos ligados ao verdadeiro desenvolvimento, utilizando para isso a democracia e os direitos humanos e sociais.

Vieira e Santos (2012) criticam quanto aos estudos dos indicadores socioeconômicos, pois não podem atentar-se somente ao atendimento das necessidades fundamentais dos indivíduos. Também devem levar em consideração as variáveis, além das materiais que proporcionam qualidade de vida para as pessoas, já que o “bem-estar dos indivíduos não depende exclusivamente da posse de bens materiais, mas da acessibilidade aos meios que permitem o pleno desenvolvimento das potencialidades das pessoas e também da coletividade” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 364).

Rocha *et al* (2000) refletem que quanto ao ser biológico e social, a qualidade de vida deve ser analisada de forma qualitativa, ponderando quanto às condições vitais e primordiais para vida humana cuja a capacidade de adquirir, produzir ou transformar bens seja de forma estruturada para que possa contribuir para o seu bem-estar.

Minayo, Hartz e Buss (2000), finalizando a exposição conceitual, evidenciam que a qualidade de vida não pode ser apenas definida por razões científicas ou técnicas, mas também devem ser somadas ao seu conceito as políticas praticadas pelos governos, voltadas para o bem da coletividade, os estudos dos pesquisadores na melhoria de diversos elementos que se tornaram essenciais para suprir a sociedade moderna, que está cada vez mais dependente da tecnologia que a industrialização lança no mercado todos os dias, dentre outros.

## **2.2 Contribuição da industrialização no processo de crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro**

Relacionar desenvolvimento com industrialização se tornou corriqueiro pela população, pois as indústrias ofertam empregos, inserem ou transformam produtos necessários para atender a sociedade moderna que está cada vez mais exigente e tecnológica. O processo de industrialização é visto como um caminho imprescindível para se conseguir condições de crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida, por isso muitos países do mundo ambicionam a implantação da industrialização em seus territórios (OLIVEIRA, 2002).

A industrialização até então seria um meio necessário para se chegar ao dito desenvolvimento, porém muitos estudiosos da época discordaram dessa imposição ocasionando discussões teóricas tanto no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) quanto na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Para se chegar a um entendimento o impacto da industrialização nos processos de crescimento e desenvolvimento econômico autores como Prebisch, Furtado, Cardoso, entre outros, abrem a discussão sobre desenvolvimento enfatizando além do aspecto puramente econômico (SANTOS; BRAGA; SOUZA, 2012). Sabe-se, na história do capitalismo, que a ideia de implantar a industrialização sempre foi relacionada ao processo econômico de uma nação.

Relata-se, na história, que os países que aderiram à primeira revolução industrial (Inglaterra) e a segunda (Inglaterra, Alemanha, França, Holanda, Bélgica, Itália, Estados Unidos e Japão) foram aqueles que ficaram à frente do sistema capitalista e foram considerados países desenvolvidos, principalmente no século XIX.

Em alguns países, como o Brasil, as inserções industriais chegaram durante o século XX e isso acarretou um atraso na vinda da industrialização para o país, o que fez com que as indústrias ficassem limitadas e incompletas especialmente pela falta de potencialidade dos setores de bens de capital (VIEIRA, 2009).

Vieira (2009) explica que com o advento da Revolução Industrial, em um primeiro momento relatado na História da Economia, alguns países do mundo iniciaram de forma tardia, como o Brasil. No final do século XIX e começo do século XX é que o país começou a se industrializar. O impulso para a industrialização foram os ricos cafeicultores de São Paulo com capital de sobra originário das exportações de café que começaram a investir no setor industrial.

O governo de Getúlio Vargas, em 1930, incentivou o setor industrial em todo país visando que a instalação de indústrias no território brasileiro traria um resultado significativo no desenvolvimento nacional.

Suzigan (2000) relatou a limitação do desenvolvimento industrial relacionado com a subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro e deste ao capital internacional. A relação entre o desenvolvimento da indústria e a expansão do setor cafeeiro não é linear tal como sugere a interpretação da industrialização liderada pela expansão das exportações.

[...] a ótica do capitalismo tardio substitui a tradicional dicotomia fatores externos *versus* fatores internos como motores do crescimento, por uma interpretação que visualiza o crescimento da indústria como primordialmente um resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, o qual, por sua vez, depende da procura externa. [...] Assim, o desenvolvimento do capitalismo no comércio do café ao mesmo tempo estimulou o desenvolvimento industrial e impôs limites a esse desenvolvimento (SUZIGAN, 2000, p. 35-37).

Furtado (1968) defendia que as políticas econômicas instituídas pelo governo até a década de trinta serviam aos interesses econômicos da burguesia cafeeira e não a todo o país. Apesar do processo de industrialização brasileiro ter iniciado de forma tardia em relação aos países desenvolvidos era defendido como uma forma de promover o desenvolvimento pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) que foi criada após a Segunda Guerra Mundial.

Lamonica e Feijo (2011) esclarecem a colaboração de Kaldor (1970) na composição de proposições teóricas que explicassem a relação do crescimento econômico dos países participantes da era industrial. O autor destacou a importância da industrialização para economia tendo como cerne apontado no estudo o retorno financeiro referente à alta escala de rentabilidade das produções industriais e também que as diferenças entre os países

industrializados e outros que estavam se industrializando era o patamar que se encontravam em relação ao nível de demanda agregada refletido na economia.

Todo esse estudo resultou na formulação de um conjunto de leis de Kaldor, que contribuíram para elucidar as ações de uma economia capitalista principalmente enfatizando a industrialização como um caminho extremamente essencial para que o país pudesse crescer economicamente. As leis de Kaldor estão representadas no Quadro 3 (LAMONICA; FEIJO, 2011).

**Quadro 3 - Leis de Kaldor**

<b>1ª Lei de Kaldor</b>	Existe uma relação positiva entre o crescimento da indústria e o crescimento do produto agregado, daí quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será a taxa de crescimento do produto agregado.
<b>2ª Lei de Kaldor</b>	Há uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade na indústria e o crescimento do produto industrial, sendo a relação de causalidade na direção de quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será também a taxa de crescimento da produtividade.
<b>3ª Lei de Kaldor</b>	Quanto maior a taxa de crescimento das exportações, maior o crescimento do produto.
<b>4ª Lei de Kaldor</b>	O crescimento da economia a longo prazo não é restringido pela oferta, mas sim pela demanda, assim a principal restrição da demanda ao crescimento do produto numa economia aberta é o Balanço de Pagamentos.

**Fonte:** Adaptado de Lamonica e Feijo (2011)

De acordo com os autores, Kaldor (1970) finaliza suas leis deixando o legado de que a industrialização contribuiu para o crescimento econômico e que a sociedade brasileira presenciou um aumento das atividades industriais nos anos de 1970, período em que a exportação se destacou e a importação diminuiu, mas foi na década de 30 que a industrialização ganhou impulso no Brasil devido ao incentivo por meio da utilização de políticas públicas (LAMONICA; FEIJO, 2011).

No Brasil a defesa da expansão das atividades industriais ganhou forças a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que incentivou a instalação de indústrias priorizando as nacionais, tentando evitar uma dependência internacional. Curado (2013) explica que Vargas criou leis para regulamentação das atividades industriais. Os pensamentos industrialistas visualizavam as seguintes vantagens que estão esquematizadas no Quadro 4.

**Quadro 4 - Pensamentos industrialistas**

<b>1ª Vantagem</b>	O desenvolvimento das atividades originalmente realizadas nas antigas metrópoles permitiria a superação do caráter colonial da economia.
<b>2ª Vantagem</b>	A redução das importações de produtos industrializados, conseqüentemente traria impactos positivos para as contas externas.
<b>3ª Vantagem</b>	A observação histórica do desenvolvimento das nações deixava evidente a importância da expansão da indústria para o desenvolvimento.

**Fonte:** Curado (2013).

A ideia era que a industrialização contribuísse para que o Brasil superasse o caráter colonial, pois a sociedade brasileira por volta do início do século XX era sua maioria rural e sua atividade econômica apenas baseada na produção agrícola e produtos manufaturados. Com a chegada das indústrias a partir de 1930 houve migração das pessoas do rural para o urbano, ocasionando um crescimento desordenado das cidades, formando centros metropolitanos e desenhando na história do país um novo quadro econômico (CURADO, 2013).

A partir do pensamento cepalino Celso Furtado em 1961 publicou sua obra ‘Desenvolvimento e Subdesenvolvimento’ e em 1968 ‘Formação Econômica do Brasil’, que mostram os argumentos do autor quanto à concordância em relação à pró-industrialização. Furtado (1961) demonstra que o desenvolvimento econômico estava relacionado com introduções inéditas de fatores de produção que visassem a ampliação da produtividade do trabalho e que todas essas inovações estavam atreladas a setores dinâmicos das atividades industriais, justificando, portanto, projetos de industrialização para o Brasil (CURADO, 2013).

Cardoso e Faletto (1970) criticam as ideias cepalinas referentes à industrialização e ao desenvolvimento. Entendem que a industrialização contribuía impreterivelmente para o crescimento econômico, porém quanto mais o Brasil se industrializava mais se distanciava do desenvolvimento.

Com o passar do tempo Furtado (1972) vislumbrou que para haver desenvolvimento não bastava apenas o país estar industrializado, não desmerecendo a importância da industrialização para o crescimento e desenvolvimento econômico para uma nação. Passou a considerar que a industrialização implicava no surgimento de outros fatores que levavam ao subdesenvolvimento, como a concentração do capital nas mãos de poucos e conseqüentemente acúmulo de riquezas, enquanto a classe trabalhadora era cada vez mais explorada e assalariada, o que sedimentou em seu livro ‘Economia Industrial Subdesenvolvida’.

Furtado (1972) se refere ao conceito de “economia industrial subdesenvolvida” e fundamentou que a expansão da indústria foi essencial para a manutenção do ritmo de expansão da economia brasileira, porém em especial em função de três aspectos:

- i) os efeitos de encadeamento para frente e para trás seriam muito superiores na indústria do que nos setores primários;
- ii) a diminuição da pressão no Balanço de Pagamentos, em função da redução da importação de produtos industriais; e
- iii) o processo de inovação concentrava-se na indústria.

O autor conclui que a industrialização continuava sendo essencial para o crescimento econômico do país ainda que não gerasse necessariamente um efetivo desenvolvimento da nação. Curado e Cruz (2008) utilizaram como referência os apontamentos realizados por Tavares (1975) e Mello (1982) quanto ao processo de industrialização brasileiro, que os autores dividiram em três fases, conforme disposto no Quadro 5.

**Quadro 5** - Três fases do processo de industrialização brasileira

<b>Fase do crescimento com diversificação da atividade industrial (1860-1933)</b>	A primeira fase demonstra que industrialização estava arraigada na produção de café, vista como uma complementação na economia brasileira.
<b>Industrialização restringida (1933-1955)</b>	A segunda fase representa a expansão industrial, quando houve diversificação na produção, porém ficou conhecida como industrialização restringida pelo motivo da produção industrial depender mais da importação de bens para produzir do que dependia dos produtos que eram exportados.
<b>Industrialização pesada (1955-1980)</b>	A terceira fase destaca a industrialização com investimentos de capital internacional e do Poder Público, intensificando assim o crescimento da estrutura industrial brasileira.

**Fonte:** Curado e Cruz (2008)

Curado e Cruz (2008) mencionaram os registros dos estudos de Suzigan (2000) quanto ao processo de industrialização observando-o e relatando em quatro fases que pormenorizam as observações de Tavares (1975) e Mello (1982). Ressaltam o início da industrialização brasileira de forma tardia, a dificuldade enfrentada pelo Brasil na importação de produtos, compelindo diante dos obstáculos para se industrializar e destacando o setor cafeeiro que colaborou também para impulsionar o processo industrial brasileiro, conforme Quadro 6.

**Quadro 6** - As quatro fases do processo de industrialização brasileira

<b>Teoria dos choques adversos</b>	Relata que o surgimento da industrialização brasileira se deu a partir de crises internacionais quanto às importações. O Brasil enfrentou dificuldades no setor importador, e por isso precisou produzir internamente.
<b>Industrialização como resultada da expansão das exportações</b>	O processo de industrialização cresceu também diante da produção de café, quando precisou desenvolver habilidades empresariais, infraestrutura, capital para investimento e mão de obra para que houvesse industrialização.
<b>Industrialização como desenvolvimento do capitalismo ou capitalismo tardio</b>	A industrialização chegou de forma tardia no Brasil, porém foi crucial para que houvesse uma mudança no campo de trabalho, retratando a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.
<b>Industrialização promovida por políticas governamentais</b>	O impulso da industrialização também teve a contribuição das políticas governamentais com incentivos e isenções de políticas fiscais, criando as condições necessárias para promover a industrialização no Brasil.

Fonte: Curado e Cruz (2008)

Arrighi (1996) em ‘O Longo Século XX’ apontou que o capitalismo só triunfa quando coloca o Estado ao seu serviço. Quando o capitalista se associa ao Estado essa associação permite a cada um alcançar seus objetivos. O capitalista acumula riqueza e dinheiro e o Estado acumula poder.

(...) a concentração do poder nas mãos de determinados blocos de órgãos governamentais e empresariais foi tão essencial para as reiteradas expansões materiais da economia mundial capitalista quanto a concorrência entre estruturas políticas aproximadamente equivalentes. Como regra geral, as grandes expansões materiais só ocorreram quando um novo bloco dominante acumulou poder mundial suficiente para ficar em condições não apenas de contornar a competição interestatal, ou erguer-se acima dela, mas também de mantê-la sob controle, garantindo um mínimo de cooperação entre os Estados. O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos, em outras palavras, não foi a concorrência entre Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo (ARRIGHI, 1996, p.13).

Outros autores contribuíram para o entendimento do processo de industrialização brasileiro e compartilharam do mesmo raciocínio de Cardoso e Faletto (1970) e Furtado (1972), como Tavares e Serra (1972) que se posicionam em relação à essencialidade da industrialização para o crescimento. Relataram que maioria da população se encontrava em privação econômica e com baixa qualidade de vida, pois os capitalistas só pensavam em gerar lucratividade. Os autores chegaram à conclusão que não há uma relação direta entre industrialização e desenvolvimento (SANTOS; BRAGA; SOUZA, 2012).

Ao corroborar com os autores, Wilson Cano (1985) apontou que nas regiões industrializadas do Brasil “a qualidade de vida baixou consideravelmente: ganharam mais

indústrias e mais empregos, mas também ganharam mais filas de transporte, menos água, escolas e hospitais (...) e muito mais favelas” (CANO, 1985, p. 29).

A industrialização não provocou excepcionalmente um avanço dos números referentes ao produto e renda nacional, mas expandiu a distância entre crescimento econômico e desenvolvimento (qualidade de vida), pois traceja outros fatores, como a destruição e poluição do meio ambiente, distorções de urbanização e alienação do ser humano (OLIVEIRA, 2002).

Almeida (2014) descreve que o desenvolvimento econômico de uma nação é determinado pela qualidade de vida da população e não somente pelo crescimento da produção de bens. Para Torres, Ferreira e Dini (2003) “Não é suficiente conhecer somente as condições econômicas, também deve-se ter informações sobre a saúde, conhecimento e habilidades, relações sociais, condições de trabalho etc., para medir o nível de vida” (TORRES; FERREIRA; DINI, 2003, p. 81).

Santos e Carniello (2011) acentuam que a compreensão de desenvolvimento foi alterada diversas vezes no período contemporâneo principalmente na forma de relacionar o desenvolvimento com os processos de instalação de indústrias.

Diante dos argumentos abordados verificou-se que a busca para impulsionar a industrialização acarreta uma contribuição para o crescimento econômico, mas não necessariamente promove o desenvolvimento que está diretamente relacionado com a qualidade de vida das pessoas. É indiscutível, porém, que a industrialização é de suma importância para colher os frutos do progresso de uma nação.

### **2.3 Indicadores econômicos e a industrialização**

Para Vieira (2009) a industrialização contribui para a produção de bens, serviços, arrecadação de impostos, dentre outros fatores que resultam em números que podem ser quantificados. Podem, portanto, serem demonstrados no intuito de se apurar a condição econômica e financeira que a área industrial pode estar gerando aos empresários, país, estado, município e principalmente em relação à quantidade que deve ser repassada aos cofres públicos.

Continua o autor que a relação da arrecadação de impostos pelo Estado de uma forma geral compõe a base de custeio de todos os serviços que realiza para sociedade, por isso a demonstração dos indicadores econômicos e financeiros são fundamentais para que possa fazer uma previsão de quanto está arrecadando para planejar seus investimentos, gastos públicos e



principalmente promover o desenvolvimento que sempre foi o objetivo de todos os governos visando melhoria na qualidade de vida das pessoas (VIEIRA, 2009).

Almeida (2014) menciona que para se atingir desenvolvimento além de levar em consideração os fatores que acarretam a melhoria da qualidade de vida das pessoas faz-se necessária também uma análise de indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) corrente juntamente com os índices de valores adicionados aos preços básicos, ou outro agregado *per capita* e financeiros como impostos, despesas e receitas municipais para visualizar a situação econômica e financeira de uma determinada região.

Em relação à média *per capita* do Produto Interno Bruto (PIB) os dados disponibilizados podem ser inconsistentes e não demonstrar a fiel realidade da condição econômica em que a maioria da população de uma determinada região se encontra. Se há uma discrepância elevada da desigualdade em relação ao aumento da média *per capita* do Produto Interno Bruto (PIB), pode ser que grande parte das pessoas se encontrem em uma situação ainda pior do que demonstra o aumento da renda média (ALMEIDA, 2014).

Os indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) e financeiros como os impostos de uma determinada região são extraídos das Contas Econômicas ou também chamadas Contas Nacionais, que denotam o núcleo central do Sistema de Contas Nacionais. Consistem em uma sequência de contas de fluxos inter-relacionadas, detalhadas por setor institucional, demonstrando os dados estatísticos por atividade econômica: demografia, agropecuária, indústria, comércio, serviços, construção civil, transportes etc. (IBGE, 2015).

Para Heineck (2010) as Contas Nacionais contribuem na análise de dados dos fluxos de produção, monetário e dos gastos em um determinado período de tempo, norteados o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia por meio de três óticas que podem ser observadas no Quadro 7.

**Quadro 7** - Formulação do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB)

<b>1ª Ótica</b>	Valor do produto igual ao valor da produção menos o valor dos consumos intermediários.
<b>2ª Ótica</b>	Valor da renda igual à soma das remunerações pagas aos fatores de produção.
<b>3ª Ótica</b>	Valor da despesa igual à soma dos gastos finais da economia, sejam estes em bens de consumo ou formação de capital.

**Fonte:** Heineck (2010).

A partir do ano de 2013 o Banco de Metadados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que trabalha desde de 1996 em parceria com Órgãos Estaduais de Pesquisa e Estatística e Secretarias Estaduais de Planejamento e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para a elaboração das Contas Regionais do Brasil e o Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, com metodologia integrada à do Sistema de Contas Nacionais (IBGE, 2015).

A finalidade desse projeto foi adequar o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) de forma particular e distinta, às mudanças econômicas no decorrer dos anos em função das suas estruturas setoriais internas, do impacto das mudanças diferenciado em função das características da economia, nacional, regional e municipal para melhor retratar a situação brasileira (IBGE, 2015).

As modificações na metodologia do cálculo Produto Interno Bruto (PIB) promovidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fizeram com que se acrescentassem mais informações nas pesquisas estruturais anuais que buscam mensurar os setores econômicos mais representativos e que passam a servir de base para a maior parte da estrutura da nova série do Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2015).

Dentre elas se destacam a Pesquisa Industrial Anual (PIA); a Pesquisa Anual de Comércio (PAC); Pesquisa Anual de Serviços (PAS), e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), além do Censo Agropecuário; da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), anual, e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Além dessas fontes de dados são incorporadas informações de instituições externas, como a Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), obtida na Secretaria da Receita Federal (IBGE, 2015).

Vale ressaltar que o Instituto Mauro Borges (IMB) também acompanhou a atualização do cálculo que se deu a partir do ano de 2013. O Produto Interno Bruto (PIB) foi calculado utilizando a nova metodologia, com mais informações, mas nos anos anteriores até o ano de 2012 foi adotada ainda para o cálculo a metodologia antiga. A nova metodologia utiliza como alicerce os dados disponibilizados pelas Contas Nacionais, facilitando a comparabilidade dos resultados entre os municípios, estados e até mesmo em relação ao país (IMB, 2016).

Destaca-se também que além de analisar um indicador econômico significativo como o Produto Interno Bruto (PIB) pertinente se faz visualizar os indicadores financeiros como os tributos (ALMEIDA, 2014). Nos termos do artigo 3º da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), o tributo é conceituado como uma prestação compulsória em

dinheiro feita pelo sujeito passivo da obrigação tributária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, não decorrente de sanção de ato ilícito desde que instituído em lei e cobrado mediante uma atividade administrativa plenamente vinculada (CTN, 2016).

A Constituição Federal de 1988 em seu preâmbulo institui um Estado Democrático cabendo-lhe assegurar e garantir o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Para isso o Estado necessita do recolhimento dos tributos para obter recursos para desempenhar suas funções sociais, contribuindo no processo de crescimento e desenvolvimento econômico da sociedade (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O financiamento do Estado por meio da arrecadação tributária deve possibilitar que o Estado Brasileiro cumpra suas três funções essenciais previstas no artigo 3º da Constituição Federal de 1988 como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: i) garantir os recursos necessários para realização de seus fins; ii) ser instrumento de distribuição de renda e indutor do desenvolvimento social do País; e iii) contribuir para minimizar as diferenças regionais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Piketty (1997) em sua obra ‘A Economia da Igualdade’ trata a tributação como mecanismo mais eficaz de redistribuição de riquezas destinada ao combate das desigualdades sociais: “O instrumento privilegiado da redistribuição pura é a redistribuição fiscal, que, por meio das tributações e transferências permite corrigir a desigualdade das rendas produzida pelas desigualdades das dotações iniciais e pelas forças do mercado, ao mesmo tempo que preserva o máximo a função alocativa do sistema de preços” (PIKETTY, 1997, p. 85)

Piketty (2014) cita em sua obra ‘O Capital no Século XXI’ que o processo de estruturação do Estado fiscal e social foi em todos os países desenvolvidos de hoje um fator essencial do processo de modernização e desenvolvimento nacional. Ressalta também o interesse do capital globalizado ao escolher países de baixa tributação para os seus investimentos, tendo como efeito o entrave ao desenvolvimento social e econômico da sociedade.

No Brasil a carga tributária conheceu grande incremento desde que foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que agigantou o fenômeno das contribuições parafiscais, com intuito de contribuir principalmente para as instalações industriais (MACHADO, 1999). Conforme dispõem os artigos 5º do Código Tributário Nacional (1966) e 145 da Constituição Federal (1988), o tributo é classificado de acordo com a sua espécie em: i) impostos; ii) taxas; e iii) contribuições de melhoria (CTN, 2016).

Machado (1999) explana sobre a forma como os tributos são distribuídos, podendo ser vinculados ou não vinculados. Os tributos vinculados são aqueles cuja cobrança se motiva pela existência de uma determinada atividade do Estado, realizada para um contribuinte em especial e não para toda a coletividade, beneficiando-o de alguma forma. São as taxas e as contribuições de melhoria. Enquanto os tributos não vinculados são aqueles cobrados pelo Estado sem a exigência da contraprestação de serviços ou obras ao contribuinte em específico. O Estado, cobra esse tipo de tributo para obter recursos para financiar suas atividades estatais (MACHADO, 1999).

Além disso o autor menciona a divisão dos principais impostos não vinculados pertencentes aos entes federativos, União, Estados e Municípios, previstos nos artigos 145 ao 162 da Constituição Federal, elucidando suas siglas e descrição juntamente com suas bases de cálculo, fatos geradores e a obrigação do recolhimento aos cofres públicos, conforme Quadro 8 (MACHADO, 1999).

**Quadro 8** – Distribuição dos impostos entre os Entes Federativos

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
Impostos federais	Impostos estaduais	Impostos municipais
<p><b>Imposto de Importação (II)</b> – Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros e sobre a bagagem de viajante que vier do exterior. O fato gerador desse tributo é a entrada desses produtos e bagagens no território nacional. O contribuinte do imposto é o viajante ou o importador.</p>	<p><b>Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)</b> – Imposto que incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias; sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e sobre serviços de comunicação. O contribuinte desse imposto pode ser qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume, qualquer atividade descrita.</p>	<p><b>Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)</b> – Imposto que tem como fato gerador a prestação de serviço (por empresa ou profissional autônomo) de serviços descritos na lista de serviços da Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003. Os contribuintes do imposto são as empresas ou profissionais autônomos que prestam o serviço tributável. Em alguns casos, os municípios podem atribuir às empresas ou aos indivíduos que tomam os serviços a responsabilidade pelo recolhimento do imposto</p>
<p><b>Imposto de Exportação (IE)</b> – Imposto sobre a exportação para o estrangeiro de produtos nacionais ou nacionalizados, cujo fato gerador é a sua saída do território nacional. O contribuinte do imposto é o exportador.</p>	<p><b>Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)</b> – Como diz o nome, é o imposto que incide sobre a propriedade de veículos automotores terrestres somente. O contribuinte do imposto é o proprietário do veículo em questão.</p>	<p><b>Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)</b> – Imposto cuja incidência tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de propriedade imóvel localizada em zona urbana ou extensão urbana. Os contribuintes do imposto são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm a posse do imóvel por justo título.</p>

<p><b>Imposto de Renda (IR)</b> – Imposto sobre o acúmulo de renda (ou rendimento). Seu contribuinte é qualquer pessoa física ou jurídica que acumule renda que supere valores determinados todos anos pela Receita Federal.</p>	<p><b>Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)</b> – Imposto que recai sobre a transmissão de qualquer bem ou direito havido por sucessão legítima ou sucessão testamentária, inclusive a sucessão provisória; sobre a transmissão por doação, a qualquer título, de quaisquer bens ou direitos. Seus contribuintes podem ser o herdeiro ou o legatário na transmissão causa mortis; o donatário, na doação e o fiduciário quando este for encarregado de transmitir a herança ou o legado ao seu sucessor.</p>	<p><b>Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis Inter vivos (ITBI)</b> – Imposto cujo fato gerador é a transmissão, inter vivos (entre pessoas vivas), a qualquer título, por ato oneroso de propriedade ou domínio útil de bens imóveis; a transmissão a qualquer título de direitos reais sobre imóveis. O contribuinte do imposto pode ser qualquer uma das partes envolvidas na operação tributada, como dispuser a lei.</p>
<p><b>Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)</b> – Imposto que recai sobre o produto importado quando do seu desembaraço aduaneiro, assim como na saída (do estabelecimento) de produto nacional industrializado (o IPI afeta o valor de tudo o que adquirimos enquanto produto). Esse imposto também é cobrado na arrematação do produto apreendido ou abandonado quando é levado a leilão. Seu contribuinte pode ser o importador, o industrial, o comerciante ou o arrematador.</p>		
<p><b>Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)</b> – Imposto que recai sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários. Seus contribuintes são as partes envolvidas em cada uma das operações descritas.</p>		
<p><b>Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)</b> – Imposto cujo fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel (como definido na lei civil) localizado fora da zona urbana do município. Os contribuintes desse imposto podem ser o proprietário do imóvel (tanto pessoa física quanto jurídica), o titular do seu domínio útil ou ainda o seu possuidor a qualquer título.</p>		
<p><b>Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)</b> – Ainda que seja um imposto de competência da União (federal), como disposto na Constituição Federal, esta não o instituiu até os dias de hoje.</p>		

**Fonte:** Machado (1999).

Diante do Quadro 8 observa-se que os impostos são distribuídos em federais, estaduais e municipais. Por essa razão cada esfera de governo, respeitando a Constituição Federal de 1988 e o Código Tributário Nacional (1966), pode atribuir auxílio dos impostos pertencentes a cada esfera (MACHADO, 1999).

Segundo Horta (2000) para preservar a integridade pública de cada ente tributante foi preciso dar mais autonomia para os arrecadadores decidirem a melhor destinação dos recursos públicos.

(...) composição plural do Estado; repartição de competências entre o Governo Central e os Governos Locais, abrangendo legislação e tributação federal nos Estados-membros, para preservar a integridade territorial, a ordem pública e os princípios constitucionais da Federação; o Poder Judiciário dual, repartido entre a União e os Estados, distribuído entre Tribunais e Juízes, assegurada a existência de um Supremo Tribunal, para exercer a função de guarda da Constituição, aplacar dissídios de competência e oferecer a interpretação conclusiva da Constituição Federal; o poder constituinte originário, com sede na União; o poder constituinte derivado nos Estados-membros, fonte da auto-organização e da autonomia desses ordenamentos parciais; a organização bicameral do Poder Legislativo Federal, obediente ao princípio da representação do povo na Câmara de Deputados e a da representação dos Estados no Senado federal ou órgão equivalente (HORTA, 2000, p. 212).

Para que o Estado cumpra com sua função social são fundamentais as arrecadações tributárias, os repasses de recursos entre os entes federativos que são primordiais para custear a organização estatal, e contribuindo para que o Poder Público, em suas esferas de governo, possa definir políticas públicas para o crescimento e desenvolvimento da sociedade, e auxiliando a cumprir suas metas (ALMEIDA, 2014).

Nessa continuidade, vale mencionar, que a arrecadação tributária realizada pelos contribuintes aos Entes tributantes, colabora para que a função social do tributo seja praticada dentro da sociedade, com a finalidade de atingir o bem estar e melhorar a distributividade. Dessa forma, cooperando para construção de uma sociedade justa, promovendo também, o desenvolvimento nacional, e possibilitando obter recursos para serem destinados com intuito de erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Portanto, os tributos representam as fontes de custeio para que o Estado possa empregar o que arrecada em benefícios coletivos (MACHADO, 1999).

Assim, a tributação torna imprescindível dentro do processo socioeconômico. Vieira (2009) relata que muitos municípios adotam políticas de atração industrial concedendo uma série de incentivos fiscais, isenção de taxas municipais, doação de terrenos e criação de distritos industriais dentre outros benefícios com intuito de promover crescimento e desenvolvimento econômico para sua região, com a concepção de que a industrialização gera arrecadação

tributária com o passar dos anos, mas principalmente contribui para o aumento da oferta de emprego e renda.

As políticas de incentivos fiscais no processo de atração de algo que interessa ao Poder Público são chamadas, dentro do Direito Tributário, extrafiscalidade. Podendo ser considerada um dispositivo que o Estado utiliza para ir além de aumentar sua receita diante dos recolhimentos tributários, mas também, investir em outros valores constitucionais, como a geração de empregos, por exemplo. Isso se deve, pelo fato que os governos podem oferecer isenções, benefícios fiscais, progressividade de alíquotas, principalmente para atrair empresas para que se instalem em seus territórios, com a intenção não propriamente de arrecadar, mas com a finalidade que essas organizações colaborem na oferta da empregabilidade e assim contribuindo tanto para o crescimento quanto para o desenvolvimento local (MACHADO, 1999).

Não são todos os impostos provenientes das atividades industriais. Apenas alguns são recolhidos pelas indústrias, como o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) pertencente à esfera municipal; Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), referente à esfera federal; e Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) tocante à esfera estadual (CTN, 2016).

Nessa vertente de divisões das entidades tributantes, o Imposto Sobre Serviços De Qualquer Natureza (ISSQN) que se encontra regulamentado pela Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, traz a determinação da competência de tributar aos municípios e ao Distrito Federal. Horta (2000) cita a autonomia dos municípios em expedir normas no campo financeiro, como, por exemplo, o estabelecimento dos percentuais das alíquotas que serão aplicadas nas bases de cálculo para o recolhimento do referido imposto e que podem variar entre 2% a 5% de município para município.

De acordo com o artigo 102 do Código Tributário Nacional (CTN), regido pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que estabelece a legislação tributária como fato gerador do Imposto Sobre Serviços De Qualquer Natureza (ISSQN), a ocorrência de prestação de serviço de qualquer natureza com exceção dos serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicações são geradores de outro tributo.

Em sua redação destaca também que o imposto é devido sempre no município em que for realizada a prestação do serviço, obedecendo ao princípio tributário intrínseco da territorialidade. Diante disso as empresas que prestam serviços para as indústrias são obrigadas

a recolher o imposto para o município que sedia a indústria, por essa razão tantos municípios oferecem incentivos e benefícios como uma forma de atração para as indústrias visando melhorar a arrecadação municipal (CTN, 2016).

Para Chiesa (2005) as indústrias que contratarem um terceiro para prestar serviços sem fornecimento de material, excluindo a produção de qualquer bem, simplesmente para a realização de algum serviço à área industrial pratica um fato gerador de recolhimento do imposto ao município onde realiza o serviço, independente do município de origem do terceiro prestador.

Outro tributo que as indústrias recolhem aos cofres públicos é o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que pode ser considerado um relevante mecanismo tributário na intervenção nos setores da economia, pois ele pode tanto estimular quanto desestimular o processo produtivo industrial. É chamado entre os tributaristas de imposto seletivo, pois governo o controla de acordo com a necessidade e a competitividade demandadas no mercado (VALERIO; PELISSON; BUSSAGLIA, 2010).

Com previsão na Constituição Federal Brasileira, no artigo 150 e seus incisos I, II, III, IV, VI que fundamentam a competência tributária ativa do imposto a União, é um tributo federal. Os artigos 46 a 51 do Código Tributário Nacional (2016) determinam como fato gerador: a saída de produto industrializado; a importação de produto industrializado; e a arrematação de produto industrializado em leilão. Compete à União definir as alíquotas que incidem sobre cada tipo de produto e para isso criou a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI) (RBF, 2016).

Por fim, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, Energia Elétrica e de Comunicação (ICMS) é um tributo de competência dos Estados e do Distrito Federal conforme previsão do art. 155, inciso II, da Constituição Federal de 1988.

Cada Estado brasileiro se tornou responsável por criar sua própria legislação tributária no que diz respeito a esse imposto. Como o país é composto de 27 estados, comporta 27 legislações distintas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, Energia Elétrica e de Comunicação (ICMS). O ICMS do estado de Goiás, por exemplo, está regulamento na Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991 (SEFAZ, 2016).

Assim, em relação ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, Energia Elétrica e de Comunicação (ICMS) cabe a cada Estado da Federação determinar as alíquotas incidentes



sobre a base de cálculo referente às operações de circulação de mercadorias e serviços. Cabe também determinar as isenções fiscais como, por exemplo, o processo de atração das indústrias por meio de leis infraconstitucionais atingindo a extrafiscalidade como forma de intervenção estatal na economia local (ALMEIDA, 2014).

As políticas públicas adotadas pelos estados, voltadas à atração de indústrias para seus territórios acarretam a chamada guerra fiscal, que pode ser considerada uma disputa de incentivos e benefícios para que as indústrias se instalem, pois na visão dos governantes a industrialização contribui para promover desenvolvimento local e geração de emprego e renda (ALMEIDA, 2014).

Para Machado (1999) os incentivos extrafiscais realizados no que tange ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, Energia Elétrica e de Comunicação (ICMS), por exemplo, na redução de alíquota ou até mesmo isenções para a atração de empreendimentos industriais podem ser vistos como um caminho para se cumprir os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988, que são a promoção do desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, a diminuição das desigualdades sociais e regionais.

Diante do exposto nota-se que o processo de industrialização pode interferir nos indicadores econômicos e financeiros do país, do estado ou do município, que podem ser quantificados em números, como no Produto Interno Bruto (PIB), e nos tributos que são gerados pelas atividades industriais, contribuindo para a melhoria da arrecadação aos cofres públicos e permitindo que o poder público possa investir mais na promoção do desenvolvimento (ALMEIDA, 2014).

## **2.4 Indicadores de desenvolvimento e as políticas públicas**

O Produto Interno Bruto (PIB) contribui na visualização da influência da industrialização para o crescimento econômico de uma determinada região, mas além disso necessária se faz uma abordagem dos indicadores que quantificam o desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice Firjan De Desenvolvimento Municipal (IFDM). Faz-se necessário também apresentar abordagens quanto às políticas públicas implementadas com intuito de promover o desenvolvimento (ALMEIDA, 2014).

Machado e Pamplona (2008) relatam que os estudos abordando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se deram com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que divulgou seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) no dia 24 de maio de 1990, data que marcou a apresentação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) trazendo como metodologia o cálculo de três pilares básicos da sociedade: longevidade (saúde); conhecimento (educação); e padrão de vida (renda e emprego).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o objetivo era criar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que proporcionasse condições para que não se quantificassem apenas os indicadores econômicos que apresentam o crescimento econômico, mas outros que mostrassem as condições humanas que a população se encontra.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não abarca todas as variáveis possíveis que podem promover o desenvolvimento, como, por exemplo, não calcula a satisfação das pessoas nem indica o melhor lugar no mundo para se viver. A democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outras diretrizes não contempladas no cálculo desse Índice (IDH) (PNUD, 2016).

Em síntese, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem como finalidade demonstrar informações referentes aos níveis de educação, longevidade e renda não se estendendo aos volumes de recursos e às políticas públicas implementadas que propiciaram a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de determinado município em relação aos índices passados (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005).

Siedenberg (2006) opina que é normal, nos cálculos, os indicadores serem expostos como referências estatísticas em si mesmas retirando sua verdadeira essencialidade, tornando-os indicadores que representam o que verdadeiramente não são. De fato, um indicador oferece apenas uma parcela de determinado aspecto de uma situação muito mais complexa.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é visto como uma alternativa ao uso do produto interno bruto *per capita* (PIB *per capita*) para mensurar o desenvolvimento de uma determinada população, admitindo assim entender as características socioeconômicas não observáveis por meio desse PIB (SILVEIRA; SILVA; CARVALHO, 2008).

De acordo com Lourenço e Romero (2002) a composição do cálculo para se mensurar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizando a expectativa de vida ao nascer, o grau

de instrução da população e a renda que é fundamental para determinar a condição financeira que estabelece o padrão de vida das pessoas contribui bastante para não mais levar só em consideração a mensuração do crescimento econômico. De acordo com os autores, as variáveis do cálculo para se mensurar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seguem a metodologia conforme demonstrado no Quadro 9.

**Quadro 9** - Metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

<b>Expectativa de vida</b>	Define como parâmetro de cálculo a partir da esperança de vida ao nascer e que leva em consideração referências mínimas de idade de sobrevivência utilizando no mínimo 25 anos e no máximo 85 anos.
<b>Conhecimento</b>	O cálculo é realizado por meio da combinação entre a alfabetização adulta (15 anos e mais), que representa 2/3 do peso da medida, e a taxa de escolaridade ajustada do primário, secundário e superior, que representa 1/3 da ponderação. São considerados como parâmetro mínimo números extremos como o mínimo 0% e máximo 100%.
<b>Padrão de vida</b>	É o cálculo realizado para mensurar o nível de vida das pessoas utilizando do valor do PIB real <i>per capita</i> , considerando nessa contagem a referência dos dólares internacionais de Paridade do Poder de Compra (PPC) entre países. Tendo como parâmetro para o valor do PIB real <i>per capita</i> o mínimo de cem dólares e quarenta mil dólares.

**Fonte:** Lourenço e Romero (2002)

Para Lourenço e Romero (2002) os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) podem variar entre 0 (zero) e 1 (um) no que se refere à avaliação dos valores mínimos e máximos para verificar os níveis de desenvolvimento, corroborando com o que foi estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que definiu três critérios para a verificação do desenvolvimento do país ou da região analisada, demonstrados no Quadro 10.

**Quadro 10**- Valores máximos e mínimos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de acordo com PNUD

<b>0,0 a 0,5</b>	Baixo desenvolvimento humano
<b>0,5 a 0,8</b>	Médio desenvolvimento humano
<b>0,8 a 1,0</b>	Alto desenvolvimento humano

**Fonte:** PNUD (2015)

No intuito de obter mais informações quanto aos níveis de desenvolvimento em que cada um dos municípios brasileiros se encontra é que foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que segue a mesma metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A partir do ano de 2013 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) passou a adotar uma nova metodologia e como isso o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) relata que não se pode fazer um comparativo do IDHM de um município com o IDH de um país, pois o IDHM tem como inspiração o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas diferencia-se do cálculo em função dos ajustes que sofre para melhor se adequar à realidade brasileira. A nova metodologia pode ser observada no Quadro 11 (PNUD, 2016).

**Quadro 11** - Variáveis da nova metodologia IDHM Brasil a partir do ano 2013

	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
		População Adulta	População Jovem	
<b>IDHM Brasil 2013</b>	Esperança de vida ao nascer	18 (anos) + com fundamental completo (peso 1)	% 5 - 6 (anos) na escola % 11-13 (anos) finais do fundamental % 15-17 (anos) c/ fundamental completo % 18-20 (anos) com médio completo (peso 2)	Padrão de vida Renda mensal <i>per capita</i> (em R\$ ago/2010).

Fonte: PNUD (2016)

No *site* eletrônico oficial da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) encontram-se informações do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de todos os municípios brasileiros. A Federação tem cobertura nacional. Dispõe de periodicidade anual com recorte municipal e utiliza dados fornecidos por outras bases estatísticas públicas oficiais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dentre outras (FIRJAN, 2016).

Postali e Nishijima (2011) explicam que o IFDM é formado a partir do cálculo da média aritmética simples dos indicadores das três dimensões: saúde, educação, e emprego e renda. No IFDM-Educação, com base nos dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC), são consideradas as taxas de matrícula na educação infantil; as taxas de abandono e de distorção

idade série; o percentual de docentes com ensino superior; a média de horas-aula diárias; e os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Os autores continuam abordando também a formação do IFDM-Saúde. Na sua constituição são utilizados os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde utilizando o cálculo da média ponderada de três indicadores oriundos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) mensurando: o número de consultas pré-natal; a taxa de óbitos infantis por causas evitáveis; e a taxa de óbitos infantis por causas mal definidas (POSTALI; NISHIJIMA, 2011).

Postali e Nishijima (2011) discorrem sobre o IFDM - Emprego e Renda, que recorre aos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) permitindo assim uma quantificação: da geração de emprego formal; do estoque de emprego formal; e dos salários médios do emprego formal.

Para melhor ilustrar o exposto, as variáveis dos dados utilizados para se apurar o IFDM podem ser observadas no Quadro 12, disponibilizado no sítio eletrônico da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2016):

**Quadro 12** - Resumo das variáveis componentes do IFDM FIRJAN – por Área de Desenvolvimento

Saúde	Educação	Emprego e Renda
Número de consultas pré-natal	Matrículas na educação infantil	Geração de emprego formal
Óbitos por causas mal definidas	Abandono no ensino fundamental	Absorção da mão de obra local
Óbitos infantis por causas evitáveis	Distorção idade-série no ensino fundamental	Geração de Renda formal
Internação sensível à atenção básica	Docentes com ensino superior no ensino fundamental	Salários médios do emprego formal
	Média de horas aula diárias no ensino fundamental	Desigualdade
	Resultado do IDEB no ensino fundamental	
<b>Fonte: Ministério da Saúde</b>	<b>Fonte: Ministério da Educação</b>	<b>Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego</b>

Fonte: FIRJAN (2015)

Ainda em observação do Quadro 12, o instituto público FIRJAN (2016) clarifica a composição do IFDM com as porcentagens analisadas em cada dimensão, como segue:

### Saúde:

- Percentual de mais de seis consultas pré-natal por nascido vivo, peso 33,3%.
- Óbitos de causas mal definidas, peso 33,3%.
- Taxa de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis, peso 33,3%.

### • Educação:

- Educação Infantil => Atendimento educação infantil: peso 20,0%.
- Ensino Fundamental => Distorção idade série, peso 10,0%.
- Percentual de Docentes com Curso Superior, peso 15%.
- Média de horas-aula diária, peso 15%.
- Taxa de abandono, peso 15%.
- Média IDEB, peso 15%.

### • Emprego e Renda:

**Emprego:** geração de emprego do período estudado dividida pelo estoque do período anterior, peso 7,5% (ordenação de geração negativa, 2,5%). Média trienal da geração de emprego, peso 7,5% (ordenação das médias negativas, 2,5%). Saldo absoluto do período, peso 15%. Saldo absoluto do período anterior, 10%. Saldo absoluto do segundo período anterior ao em estudo, 5%.

**Renda:** Crescimento Anual Real, peso 5,0% (ordenação crescimento anual negativo, 2,5%). Crescimento Real/Média Trienal, peso 5,0% (ordenação crescimento trienal negativo, 2,5%). Valor corrente do salário, peso 35%.

O Índice IFDM é dividido em quatro esferas: baixo desenvolvimento, inferior a 0,4 pontos; desenvolvimento regular, entre 0,4 e 0,6 pontos; desenvolvimento moderado, entre 0,6 e 0,8 pontos; e alto desenvolvimento, superior a 0,8 pontos. Destaca-se à frente do IDH com a dimensão desenvolvimento moderado (FIRJAN, 2016).

**Quadro 13** - Divisão dos pontos de indicação do desenvolvimento IFDM - FIRJAN

Municípios com IFDM entre 0 e 0,4	Baixo desenvolvimento
Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6	Regular desenvolvimento
Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8	Moderado desenvolvimento
Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0	Alto desenvolvimento

Fonte: FIRJAN (2016)

A formulação e a implementação de políticas públicas são necessárias para que possam surgir premissas que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade. Podem ser apontadas por indicadores de desenvolvimento, demonstrando que a participação do poder público é fundamental para uma transformação social, não apenas econômica (JANNUZZI, 2002).

Vieira (2009) discorre que o desenvolvimento não pode ser auferido exclusivamente com o aumento da produção e da produtividade das indústrias, principalmente quando o quadro industrial começa a ampliar-se de forma descontínua. O direcionamento das políticas públicas é essencial na busca do desenvolvimento sobretudo as regionais, mas essas políticas precisam transcender as barreiras econômicas senão estarão cerceadas aos surtos de crescimento, acompanhados por crise que são os momentos dos ajustes de produção e acumulação de renda de forma desigual.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil (2009/2010) é perceptível que no âmbito da política pública ela seja tratada mais frequente como política governamental, porém, delineia uma nova visão na formulação das políticas públicas tendo como referência o cidadão.

Para que sejam efetivas é necessário que essas políticas: i - levem em conta o dia a dia dos indivíduos, em suas ações e peculiaridades; ii - sejam políticas empoderadoras, fornecendo opções e cursos diferenciados de ação às pessoas; iii - respeitem a diversidade dos indivíduos e realização dessas políticas de acordo com as condições de cada um; e iv - contemplem micropolíticas baseadas em pequenas ações, mas que podem ter grandes efeitos se feitas por mais gente ou persistentemente no tempo (PNUD, 2010).

Sen (2000) explica que a liberdade é indispensável para haver desenvolvimento: a liberdade das escolhas e as oportunidades dadas ao cidadão de exercer livremente a sua condição de agente.

Jannuzzi (2002) relata que os indicadores sociais demonstram dados inconsistentes na pesquisa social quantitativa e pesquisas nessa linha de raciocínio assinalam, às vezes, que não existe relação entre pobreza e desemprego ou criminalidade e condições de vida, permitindo muitas variações na mensuração real dos indicadores que distorcem os resultados.

As políticas são habitualmente chamadas de ‘públicas’ quando abordam ações governamentais, entendidas como metas da atividade política. O entendimento do ‘ser público’ inicia-se muito além do ser coletivo, mais do que alcança o poder oriundo da autoridade

soberana do governo legitimada pela ação política. Apesar de o cidadão individual ser importante, a dimensão pública é maior e por isso as políticas públicas dizem respeito aos fins e aos desejos de uma comunidade, bem como aos meios que são definidos para a sua realização (PNUD, 2010).

Para Sen (2000) se o ponto primordial da compreensão do assunto se baseia na identificação da liberdade como o mais importante objetivo do desenvolvimento “(...) o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista de liberdade como a perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 10).

Santos e Magalhães (2012) entendem que além da liberdade dada ao cidadão existem dois tipos de políticas públicas: as de integração e as de inserção. As primeiras almejam o equilíbrio, a homogeneização da sociedade com a finalidade de oferecer a todos o acesso aos serviços públicos. Já as políticas de inserção são as que atuam retificando os efeitos do desequilíbrio social sem interferir nas suas causas. Se forem bem aceitas pela sociedade acabam sendo utilizadas para captar votos dos governantes.

Nesse raciocínio sobre políticas públicas de inserção Amaral e Monteiro (2013) atestam que em 2003 o Governo Federal elaborou o Programa Bolsa Família com o intuito de unir os demais programas de transferência de renda criados até aquele momento, bem como aperfeiçoar o foco das ações.

Para tanto, começou a laborar com a transferência condicionada de renda visando progresso também nos setores de educação e saúde, buscando com isso melhorar o acesso das pessoas aos direitos sociais básicos bem como elevar o capital humano de seus beneficiários. A opinião dos autores é que “Estudos geraram evidências de que programas de transferência condicionada de renda produzem impactos significativos na diminuição da desigualdade de renda, ou mesmo na pobreza” (AMARAL; MONTEIRO, 2013, p. 532).

Bichir (2010) elucida o trabalho no governo ressaltando que o programa Bolsa Família (PBF) serviu para unificar três outros programas que já existiam: Bolsa-Escola; Bolsa Alimentação; e Auxílio-Gás. O PBF atingiu todo o âmbito nacional com a unificação das três esferas governamentais: federal, estadual e municipal passando a ser um só programa de transferência direta da renda por intermédio de convênios.

O Governo desde de 2003, ano da implantação do Programa, realiza o cadastramento das famílias que se encontram em situação de extrema pobreza para o recebimento de um



auxílio mensal, porém em contrapartida exige a frequência escolar e os cuidados básicos de saúde que as famílias beneficiadas devem cumprir (BICHIR, 2010).

Nesse sentido, Kerstenetzki (2009) corrobora ao citar que a implementação do programa Bolsa Família procurou basicamente atingir dois objetivos: o primeiro diz respeito à redução da pobreza e o segundo a dar fim ao seu ciclo intergeracional. O primeiro objetivo seria alcançado pelas transferências, enquanto que o segundo geraria frutos pelas condicionalidades de educação e saúde, como o acompanhamento da frequência escolar das crianças e também a participação em campanhas de orientação nutricional e prevenção à saúde com ênfase nas crianças pequenas e nas mulheres gestantes.

Santos e Magalhães (2012) reforçam que a pobreza deve ser considerada um fenômeno plurifacetado. O Estado deve buscar, além de articulações políticas para a transferência do benefício PBF, outras políticas públicas emergenciais e estruturantes com o intuito de não cair na velha prática assistencialista.

As autoras discorrem que o modelo do PBF trouxe uma nova visão de inclusão social, pois além da transferência do benefício as famílias contam com estratégias adotadas pelo Estado para manter esse recebimento: necessitam participar de ações promovidas nas áreas de educação e saúde, contribuindo para melhor condição de vida.

Amaral e Monteiro (2013) destacam que as desigualdades sociais começaram a diminuir no Brasil de forma expressiva e contínua a partir dos anos 2001 e 2004. Esse decréscimo se deu pelas mudanças no mercado de trabalho, crescimento da economia brasileira, aumento real do salário mínimo, melhor desempenho na legalização do emprego formal, lançamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), aposentadorias rurais e estabelecimento de mecanismos de proteção social.

Para os autores a diminuição da desigualdade social aconteceu concomitantemente com o aparecimento dos programas de transferência condicionada de renda que ambicionavam resolver problemas de desigualdade e pobreza, determinando em contrapartida a participação das famílias. O propósito inicial das transferências é que “À medida que procuram transferir recursos concentrados nas mãos dos mais ricos à população mais pobre, esses programas esperam diminuir gradativamente a distância entre ricos e pobres, além de amenizar a situação de pobreza no país” (AMARAL; MONTEIRO, 2013, p. 533).

Bichir (2010) esclarece quanto ao funcionamento do Programa Bolsa Família (PBF) que a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) do Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome (MDS) é responsável pelo PBF, incumbida de definir os critérios para seleção das famílias que serão contempladas e o quanto cada uma receberá, observando a quantidade de pessoas que compõe cada família.

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) delibera na aplicação do questionário do Cadastro Único instituindo critérios para concessão, suspensão ou até mesmo o corte dos benefícios, além de dar rumo aos critérios operacionais. No tocante à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), é a encarregada pela avaliação do impacto do programa. À Caixa Econômica Federal compete a operacionalização do sistema pelo Cadastro Único e o pagamento dos benefícios.

Viera (2009) destaca a importância da participação ativa das políticas governamentais determinando as áreas prioritárias para sua aplicação. O Estado tem o papel de agente regulador, seguindo as políticas keynesianas, como forma de evitar os desequilíbrios regionais, pois o capital privado na lógica capitalista busca a maximização do lucro nas áreas mais desenvolvidas.

Costuma-se, na política pública, dar atenção ao planejamento e aos projetos governamentais, ao modelo em que a efetivação é voltada para as pessoas. Por outro lado, nas políticas com o cidadão com base no desenvolvimento humano a instalação se dá no momento em que as pessoas têm condições para cooperar na aplicação prática de soluções (PNUD, 2010).

Na visão de Bichir (2010) o PBF para muitos autores apontou uma redução da pobreza e da desigualdade no Brasil, porém os autores não chegaram a um consenso no que se refere ao peso relativo dos fatores mais importantes dessa dinâmica. É que muitos avaliam a dimensão dos programas de transferência de renda, em particular o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada para a diminuição da pobreza e da desigualdade.

Ainda para Bichir (2010), para esses autores sem as políticas distributivas o crescimento econômico obtido nos últimos anos não teria conseguido sozinho, uma queda no que tange à desigualdade, isso se deve pelo entendimento de outros autores as transformações no mercado de trabalho e até mesmo o dinamismo mais recente da economia favoreceram mais a diminuição da desigualdade do que os Programas em si.

Bichir (2010) finaliza dizendo que muito autores justificam que o PBF reflete mais intensamente nos índices de desigualdade, como o Índice de Gini, do que na pobreza propriamente dita. A efetividade do PBF na diminuição da desigualdade está relacionada à progressividade dos benefícios que realmente são direcionados aos mais pobres. O Programa

Bolsa Família, por exemplo, não apresenta impacto relevante na redução da proporção de pobres, uma vez que o valor dos benefícios transferidos é baixo, ficando quase sempre abaixo da linha da pobreza.

Para Amaral e Monteiro (2013) se o objetivo principal das transferências de renda fosse a diminuição da pobreza não seria necessário criar condicionalidades, pois somente a transferência de renda conseguiria os objetivos projetados. Isso posto, a discussão recairia nos aspectos relativos ao tamanho dessa transferência e qual seria o público alvo ideal para criar melhores resultados positivos com a política.

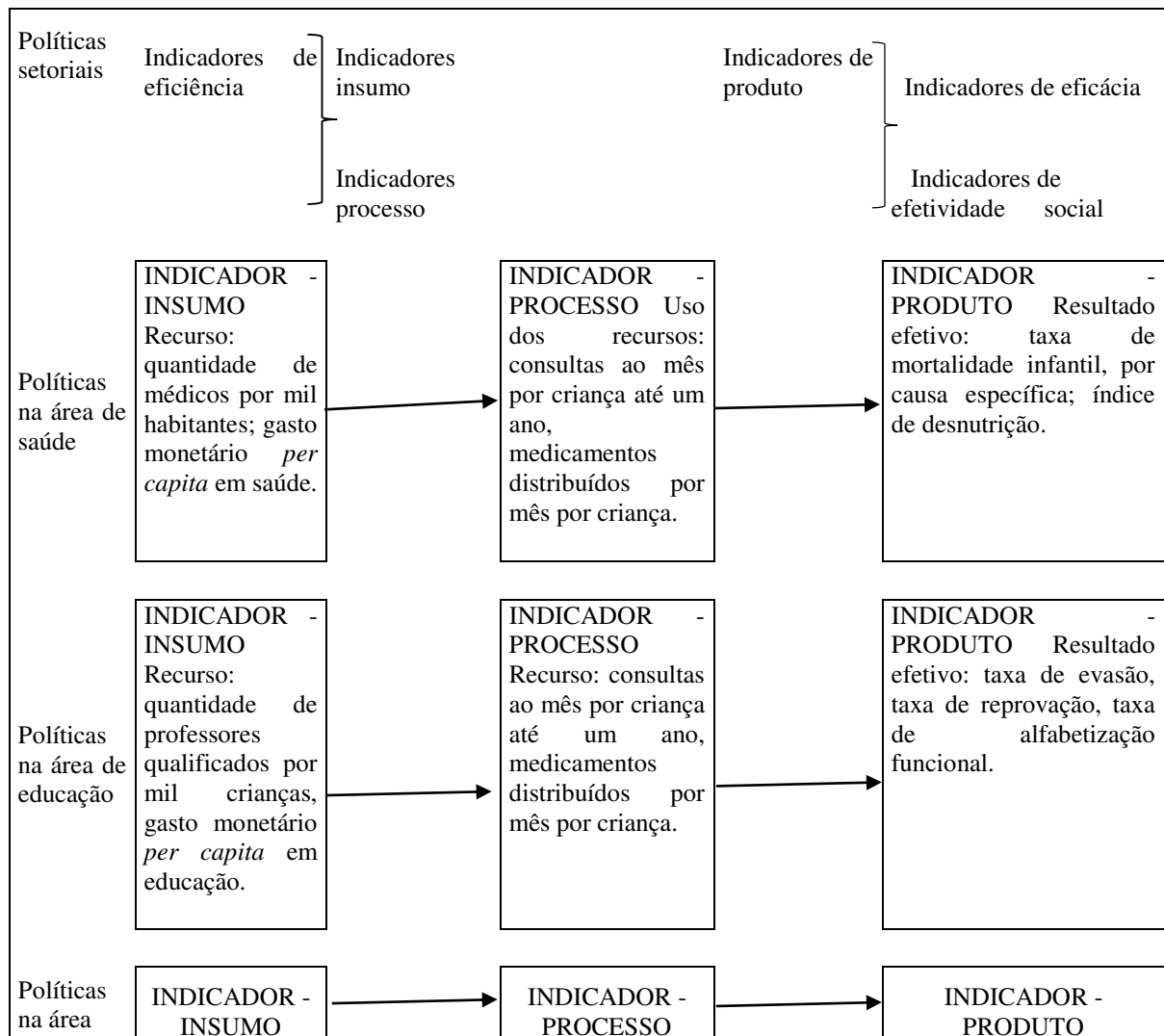
Ressalta-se que se o propósito maior das transferências era o de elaborar estratégias para extinguir o ciclo vicioso que conecta as gerações das famílias pobres ao benefício seria conveniente procurar outras estratégias de investimento, ou seja, o objetivo não seria exclusivamente resolver as dificuldades de acesso às necessidades básicas por parte de uma camada mais vulnerável de cidadãos (AMARAL; MONTEIRO, 2013).

Kerstenetzki (2009) observa que alguns autores ponderam que o Bolsa Família é assistencialista e por essa razão permaneceria uma disposição natural em aumentar a dependência dos indivíduos ao Programa ao invés de despertar a responsabilidade e a autonomia das famílias pobres.

Jannuzzi (2002) afirma que em todas as etapas do processo de planejamento e operacionalização da política social é imprescindível a utilização de indicadores específicos, cada qual oferecendo elementos e subsídios diferenciados para o correto encaminhamento do processo. Durante a execução dos programas faz-se indispensável valorizar o esforço empregado pelos indicadores-insumo e indicadores-processo de avaliação da eficiência dos recursos utilizados.

Quanto à avaliação dos programas colocados em prática, os resultados devem ser mensurados por meio de indicadores-produto de variados formatos para que seja possível estimar a eficácia do alcance das metas específicas, bem como a efetividade social das soluções sugeridas (JANNUZZI, 2002). O autor elucida sua visão propondo um exemplo de um modelo de avaliação das políticas públicas por meio de indicadores sociais, como demonstra a Figura 1.

**Figura 1** – Modelo de avaliação das políticas públicas por meio de indicadores sociais



Fonte: Jannuzzi (2002, p. 61)

### 3. MÉTODO

#### 3.1 Delineamento da pesquisa

A proposta desta pesquisa é averiguar a industrialização e desenvolvimento regional nos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) na década de 2000, examinando os indicadores socioeconômicos com a finalidade de verificar se houve crescimento econômico, desenvolvimento econômico ou se ocorreram ambos os fenômenos.

Viera (2009) aborda o aspecto metodológico quanto à importância de delimitar o lapso temporal do tema e fazer uso das séries históricas com o intuito de apresentar a evolução dos indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico dos municípios.

Santos e Carniello (2011) definem que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, assim sendo a presente pesquisa foi elaborada a partir dessa abordagem.

As informações qualitativas são consideradas instrumentos necessários para auxiliar uma análise histórica conjuntural desde que as informações quantitativas sejam classificadas e analisadas não podendo ser a finalidade do estudo, mas um dos instrumentos de análise (VIEIRA, 2009).

Quanto aos objetivos pretendidos, a abordagem deste estudo é descritiva. O pesquisador procurou observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos ou fenômenos (variáveis), sem interferir ou manipulá-los, descrevendo as características de determinado fenômeno utilizando como procedimentos a análise documental (SANTOS; CARNIELLO, 2011).

O delineamento da pesquisa foi bibliográfico, desenvolvido a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa documental se assemelha à bibliográfica: a diferença essencial está na natureza das fontes.

A pesquisa documental se vale de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. São considerados documentos, regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, estatísticas e arquivos escolares (SANTOS; CARNIELLO, 2011).

Turrioni e Mello (2012) retratam a pesquisa documental como uma fonte de coleta de dados restrita em documentos que podem ser classificados em escritos ou não escritos; dados primários ou dados secundários; e, por fim, relacionando-os como documentos contemporâneos ou retrospectivos da forma como contribuem para o estudo.

Turrioni e Mello (2012) exemplificam a pesquisa documental separando-a em dois momentos: em dados contemporâneos e retrospectivos conforme Quadro 14.

**Quadro 14** - Resumo das principais fontes para a pesquisa documental

	ESCRITOS		OUTROS	
	PRIMÁRIOS	SECUNDÁRIOS	PRIMÁRIOS	SECUNDÁRIOS
<b>CONTEMPORÂNEOS</b>	<b>Compilados na ocasião pelo autor</b>	<b>Transcritos de fontes primárias contemporâneas</b>	<b>Feitos pelo autor</b>	<b>Feitos por outros</b>
	Exemplos: * Documentos de arquivos públicos; * Publicações parlamentares e administrativas; * Estatísticas (censo); * Documentos privados; * Cartas; * Contrato.	Exemplos: * Documentos de arquivos públicos; * Publicações parlamentares e administrativas; * Estatísticas (censo); * Documentos privados; * Cartas; * Contrato.	Exemplos: * Fotografias; * Gravações em fita magnética, CD ou DVD; * Filmes; * Gráficos; * Mapas; * Outras ilustrações.	Exemplos: * Material cartográfico; * Filmes comerciais; * Rádio; * Cinema; * Televisão.
<b>RETROSPECTIVOS</b>	<b>Compilados após o acontecimento pelo autor</b>	<b>Transcritos de fontes primárias retrospectivas</b>	<b>Analisados pelo autor</b>	<b>Feitos por outros</b>
	Exemplos: * Diários; * Autobiografias; * Relatos de visitas a instituições; * Relatos de viagens	Exemplos: * Pesquisa recorrendo a diários ou autobiografias.	Exemplos: * Objetos; * Gravuras; * Pinturas; * Desenhos; * Fotografias; * Canções folclóricas; * Vestuário; * Folclore.	Exemplos: * Filmes comerciais; * Rádio; * Cinema; * Televisão.

**Fonte:** Turrioni e Mello (2012).

Nessa concepção, Santos e Carniello (2011) e Turrioni e Mello (2012) corroboram citando que na pesquisa descritiva o pesquisador não interfere. Ocorre apenas a descrição do objeto da pesquisa e procura-se entender a frequência com que ocorre certo fenômeno buscando verificar as suas características e natureza, considerando as causas e suas relações sem deixar de preocupar-se com a possibilidade de conexão com outros fenômenos.

### 3. 2 Área de realização e coleta de tratamento de dados

Vieira (2009) narra que o planejamento e a realização da pesquisa requerem delimitação e aprofundamento quanto ao tema escolhido para o estudo, por essa razão o pesquisador deve valer-se da utilização de dados disponibilizados em diversas fontes, mesmo aqueles que já foram analisados são considerados materiais para que se possa ter uma pesquisa documental. Os dados podem ser analisados pelo pesquisador com intuito contribuir para uma nova vertente do assunto estudado.

Santos e Carniello (2011) e Turrioni e Mello (2012) reforçam que as fontes podem servir para a coleta dos materiais, como: documentos de arquivos públicos; pesquisas realizadas por outras pessoas; pesquisas estatísticas baseadas em dados de recenseamento, como os disponibilizados nas bases públicas oficiais; e imagens, dentre outras fontes.

No entendimento de Turrioni e Mello (2012) no que diz respeito à classificação os documentos podem ser primários, que são relacionados com a vivência dos fatos que deram origem ao objeto de estudo, e secundários, que se referem aos dados disponibilizados, porém sem a vivência do pesquisador com a origem do objeto de pesquisa. Ambos auxiliam na pesquisa documental.

Os procedimentos adotados na realização desta pesquisa ocorreram em algumas etapas. Primeiramente se fez um levantamento de dados e informações a partir da consulta em teses, dissertações, artigos científicos, periódicos, revistas e livros, dentre outros que abordam a relação da industrialização com o crescimento e desenvolvimento econômico. Utilizou-se um instrumento com roteiro para coleta de informações gerais sobre o tema.

Em um segundo momento foi feita análise dos documentos obtidos; na terceira etapa realizou-se a classificação com aprofundamento e confronto entre a teoria bibliográfica e a documental; e, por fim, a apuração dos resultados obtidos relacionando-os ao problema e ao objetivo proposto (SANTOS; CARNIELLO, 2011).

Nesse sentido, tendo como fase inicial desta pesquisa a compreensão dos reflexos da industrialização no crescimento e desenvolvimento econômico optou-se pelos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), partindo em um primeiro momento para a busca de documentos primários com acesso às Secretárias Municipais de Indústria e Comércio das prefeituras dos municípios em estudo; Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG); e também à Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG).

Em visita às Secretárias Municipais de Indústria e Comércio das prefeituras dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) para obtenção e análise de documentos referentes à industrialização verificou-se que não havia dados disponibilizados acerca desse tema. Foi sugerida uma busca na Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) localizada em Goiânia, capital do Estado, que dispunha apenas de dados da capital e dos municípios maiores. Não havia documentos relevantes a respeito do processo de industrialização dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO).

O mesmo ocorreu na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG). Os documentos, escritos eram inconsistentes por estarem muito velhos e apagados. O banco de dados referentes à década de 2000 foi totalmente perdido em uma mudança de sistema. Por essa razão, a Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) está fazendo uma campanha para que indústrias e comércios atualizem seus dados cadastrais.

Mediante a situação encontrada e a incerteza quanto à obtenção de dados primários iniciou-se nova fase da pesquisa a partir de dados obtidos em fontes secundárias, de forma que fosse permitida a obtenção de informações mais concretas e seguras que possibilitassem o tratamento de dados para atingir os objetivos propostos.

Os dados secundários foram obtidos na pesquisa bibliográfica, no acervo físico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba (FAFICH) e em buscas em sítios eletrônicos: Scientific Electronic Library Online (SCIELO); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP; e Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.

Quanto à pesquisa documental e descritiva foi feita em bases públicas oficiais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para obtenção dos dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) Industrial da década de 2000 dos municípios em estudo; Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; Sistema FIRJAN para obter dados socioeconômicos; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para complementar as informações, particularmente os dados demográficos e populacionais; Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento; Controladoria Geral da União Portal da Transparência do Governo Federal e da Empresas do Brasil; e sítio eletrônico das prefeituras de Goiatuba e Morrinhos..

Nesses órgãos, em seus endereços eletrônicos, buscaram-se informações dos indicadores: i) econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) Industrial; e ii) financeiros, que se referem aos impostos gerados pelas atividades industriais, como o Imposto Sobre



Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Cada um compete a um ente federativo.

Ressaltam-se os indicadores que contribuem para a qualidade de vida das pessoas, como os educacionais, de saúde, censitários, populacionais e de emprego e renda dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) relacionados com a industrialização. O intuito é entender se houve crescimento ou desenvolvimento econômico local, analisando os fatos de acordo com o referencial teórico exposto neste estudo.

Após a coleta dos dados secundários obtidos em bases públicas institucionais citadas no presente estudo e também dos dados teóricos bibliográficos partiu-se para a fase do tratamento dos dados que tem por finalidade organizá-los de forma que se possa visualizar a situação de cada município estudado em relação aos aspectos socioeconômicos, foco da pesquisa.

O tratamento dos dados será explicado com informações dos dados obtidos durante a realização da pesquisa acompanhadas de figuras, quadros, tabelas e gráficos com o propósito de exemplificar de forma quantitativa toda a teoria exposta da industrialização nos indicadores socioeconômicos dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), porém sem interferir na natureza qualitativa da pesquisa. Em termos gerais, a pesquisa qualitativa tem por finalidade conhecer, compreender e aprofundar os conhecimentos adquiridos, gerando discussões (SANTOS; CARNIELLO, 2011).

Isso posto, no tratamento de dados as representações utilizadas como figuras, quadros, tabelas e gráficos serão acompanhadas de explicações com a finalidade de oferecer ao leitor um melhor entendimento dos indicadores socioeconômicos ligados ao fenômeno da industrialização e ao desenvolvimento local.

Em síntese, para melhor compreensão do processo metodológico da dissertação, a pesquisa é de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e utiliza como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica e documental. Após a coleta de todos os dados necessários teve início o seu tratamento para a definição dos resultados e discussão finalizando com as considerações finais, conforme Figura 2.

**Figura 2** - Fluxograma da Metodologia adotada na pesquisa



**Fonte:** elaborado pela autora

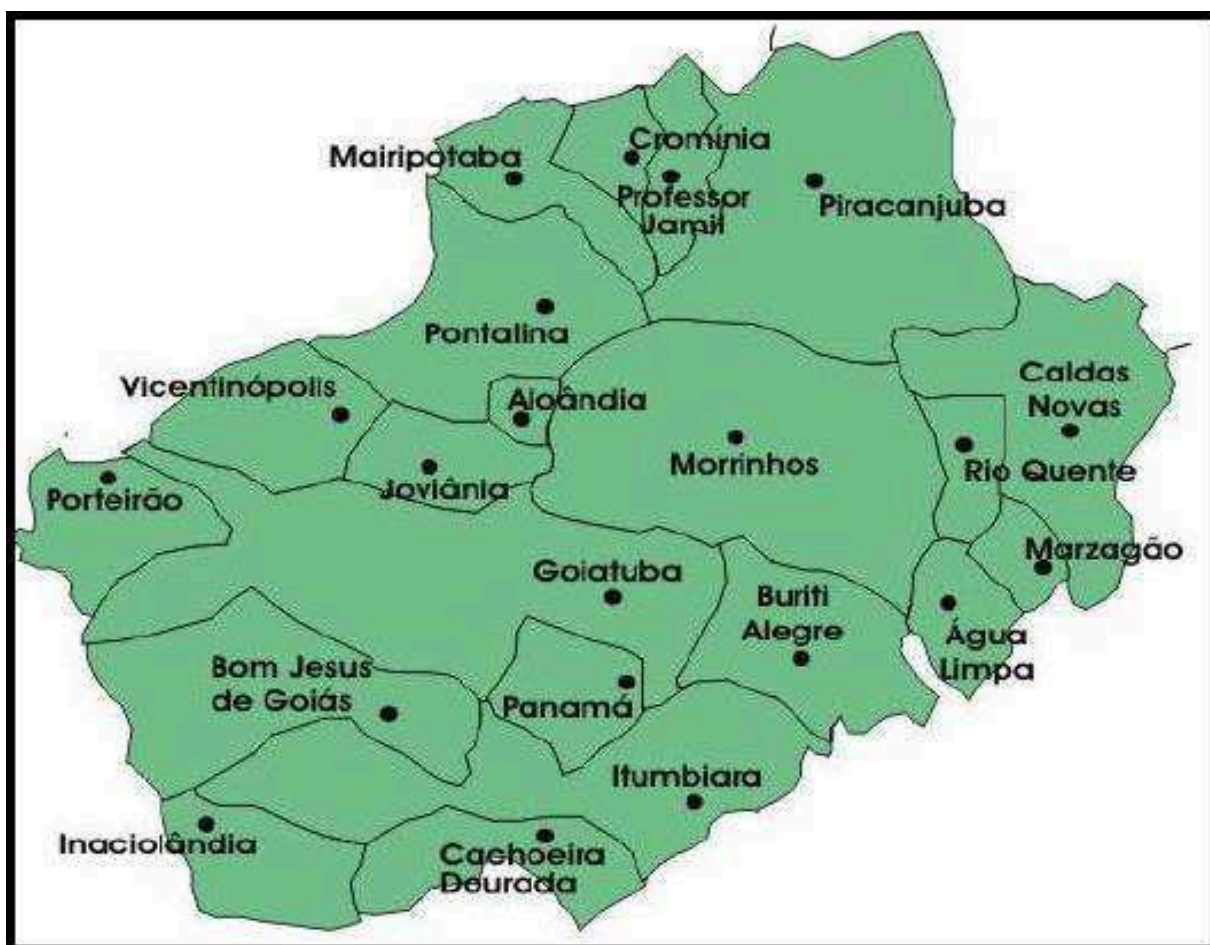
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Industrialização da Microrregião do Rio Meia Ponte do Estado de Goiás

A região Centro-Oeste brasileira engloba os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A presente pesquisa retrata dois municípios, Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), que estão entre os 21 municípios pertencentes à Microrregião do Rio Meia Ponte do estado de Goiás atualmente considerada uma das principais unidades político-administrativas do referido Estado (PIRES, 2008).

A Região desenvolve intensa atividade econômica ligada principalmente à agroindústria situada na região central do Brasil. Compreender a origem do processo de industrialização da Microrregião do Rio Meia Ponte do Estado de Goiás se faz importante para o deslinde da pesquisa que pode ser demonstrada pela Figura 3.

**Figura 3** – Municípios da Microrregião do Rio Meia Ponte do Estado de Goiás



Fonte: SEGPAN/IMB (2013)

Cano (1978) apontou que o Centro-Oeste estava desprovido de indústrias, mas suas pequenas instalações fabris de base agrícola serviam para o atendimento do pífio mercado interno. Para Olivette (2000) a ocupação da região Centro-Oeste iniciou-se a partir da zona amazônica com a descoberta de metais preciosos e do extrativismo vegetal da castanha e da borracha dando origem às populações ribeirinhas. Outro fator importante na expansão para o território da região Centro-Oeste foi a defesa das fronteiras brasileiras.

Segundo o mesmo autor já no fim dos anos 60 e 70 teve início a estratégia de modernização, período conhecido como ‘milagre brasileiro’, que significou para o setor agrícola a consolidação dos complexos agroindustriais. Para o Centro-Oeste isso implicou em mudanças na forma de produção na incorporação de novas áreas de plantio e substituição de atividades agrícolas (OLIVETTE, 2000).

Goiás passou pelo processo de extrativismo a partir dos anos 1820 com a mineração pelo ouro, frente que ocupa principalmente o centro - sul do Estado, região que ficou conhecida como ‘Minas dos Goyazes’. Com o esgotamento das minas houve a ocupação efetiva do sul do Estado e a partir do século XIX os mineiros e paulistas que vieram residir nas terras goianas se dedicaram principalmente à criação extensiva de gado (MIZIARA e FERREIRA, 2008).

No início do século XX, em 1913, Pires (2008) ressaltou a implantação da Estrada de Ferro Goiás que interligando a região sudeste do Estado aos principais centros do capitalismo nacional na época Minas Gerais e São Paulo fez de Goiás uma economia complementar a São Paulo, responsável pela expansão das áreas de lavoura e pecuária. As regiões sul e sudoeste de Goiás foram integrando pela produção de carne e arroz a expansão da economia paulista sob orientação do capital mercantil do Triângulo Mineiro.

Essa preponderância da produção de grãos e da pecuária bovina de corte se justifica porque são justamente essas atividades que usam intensivamente o fator terra, que é o mais barato que a Região possui. O predomínio dessas atividades se deve também ao rigor climático do cerrado, que elimina a competição pelo uso da terra por parte de outras atividades como lavouras permanentes (MIZIARA, 2009).

A Microrregião do Rio Meia Ponte do estado de Goiás oferece em abundância matéria-prima agropecuária e isso contribui para atração do crescimento industrial em Goiás. Pode-se dizer que existe uma integração entre a agropecuária moderna e o avanço da agroindústria desde meados da década de 1980 (PIRES, 2008).

De acordo com Mendonça, Ribeiro e Júnior (2002) as políticas governamentais foram importantes durante o processo de industrialização agrícola do Planalto Central. Foram elas que

auxiliaram na implantação da modernização agrícola nas extensões do cerrado<sup>1</sup> ambiente que possui elevada biodiversidade e contribui para altas escalas de produção de *commodities* para exportação, tendo como finalidade equilibrar a balança comercial brasileira e simultaneamente conseguir uma harmonia entre as necessidades exigidas pelo capital nacional coligado ao capital transnacional (MENDONÇA; RIBEIRO; JÚNIOR; 2002).

Os autores entendem que a industrialização foi introduzida na agricultura agroexportadora para sua modernização colaborando para o processo de alteração no uso e na ocupação dos solos no Centro-Oeste com a execução de técnicas modernas no cultivo de grãos e na criação de gado, fazendo com que o cerrado fosse mais bem aproveitado e gerando uma infraestrutura que viabilizou o crescimento e desenvolvimento regional (MENDONÇA; RIBEIRO; JÚNIOR; 2002).

O processo de modernização e industrialização no setor agrícola e pecuário da Microrregião do Rio Meia Ponte (GO) resultou em profundas modificações para a economia do estado de Goiás em seu processo produtivo e principalmente nos índices de urbanização e em toda a sua paisagem rural e urbana, mas não descaracterizou como uma Microrregião agrícola (MENDONÇA; RIBEIRO; JÚNIOR; 2002).

Veiga (2002) considera como rurais os municípios de pequeno porte que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km<sup>2</sup>; de médio porte os que registram uma população no intervalo de mais de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere os 80 hab./ km<sup>2</sup>, mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes; e centros urbanos os municípios com mais de 100 mil habitantes (VEIGA, 2002).

Em uma vinculação dessa classificação com o critério instituído pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) a primeira classificação englobaria os municípios essencialmente rurais, a segunda os relativamente rurais e a últimas aqueles ditos urbanos (VEIGA, 2002).

Veiga (2002) ainda salienta que o Brasil é basicamente rural, formado por 80% dos municípios onde residem aproximadamente 30% da população brasileira representando 4.485 municípios brasileiros que seriam municípios rurais. Por isso o autor denomina o país de Brasil Rural e considera suas sedes municipais apenas cidades imaginárias.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entretanto, definiu o grau de urbanização da seguinte forma :i) municípios predominantemente urbanos, aqueles com mais

---

<sup>1</sup> O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, abrangendo oito estados do Brasil Central: Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e o Distrito Federal (MENDONÇA; RIBEIRO; JÚNIOR; 2002).

de 50% da população residente na zona urbana; e ii) municípios predominantemente rurais aqueles com menos de 50% da população residente na zona rural. A metodologia adotada pela IBGE apresenta mais municípios urbanos brasileiros (IBGE, 2015)

Os 21 municípios pertencentes à Microrregião do Meia Ponte do estado de Goiás tinham menos que 50 mil habitantes durante o período entre 2000 a 2010 com exceção de Caldas Novas e Itumbiara, conforme pode ser visualizado na Tabela 1, o que demonstra também a variação populacional na respectiva década.

**Tabela 1** - Dados populacionais da Microrregião do Rio Meia Ponte (GO) comparados com o estado de Goiás e Brasil (2000 - 2010)

Municípios	População (2000)	População (2010)	Varição (2000/2010) em %
Água Limpa	2.200	2.013	-8,50
Aloândia	2.128	2.051	-3,62
Bom Jesus de Goiás	16.257	20.727	+27,50
Buriti Alegre	8.718	9.054	+3,85
Cachoeira Dourada	8.525	8.254	-3,18
Caldas Novas	49.660	70.473	+41,91
Cromínia	3.660	3.555	-2,87
Goiatuba	31.130	32.492	+4,38
Inaciolândia	5.239	5.699	+8,78
Itumbiara	81.430	92.883	+14,06
Joviânia	6.904	7.118	+3,10
Mairipotaba	2.403	2.374	-1,21
Marzagão	1.920	2.072	+7,92
Morrinhos	36.990	41.460	+12,08
Panamá	2.776	2.682	-3,39
Piracanjuba	23.557	24.026	+1,99
Pontalina	16.556	17.121	+3,41
Porteirão	2.823	3.347	+18,56
Professor Jamil	3.403	3.239	-4,82
Rio Quente	2.097	3.312	+57,94
Vicentinópolis	6.015	7.371	+22,54
Microrregião do Meia Ponte	314.391	361.323	+14,93
Estado de Goiás	5.003.228	6.003.788	+20,00
Brasil	169.799.170	190.747.731	+12,34

Fonte: IPEADATA (2016)

Em termos comparativos, o crescimento populacional do país ao final da década de 2000 foi de +12,34%, menor que o estado de Goiás (GO) com percentual de +20,00% e da Microrregião do Rio Meia Ponte de Goiás (GO) com 14,93%. Apesar de o Estado de Goiás se sobressair, os percentuais ficaram bem próximos.

Os municípios que apresentaram crescimento superior a 10 % de sua população no período estudado foram: Bom Jesus: +27,50%; Caldas Novas: + 41,91%; Itumbiara: + 14,06%; Morrinhos: + 12,08%; Porteirão: + 18,56%; Rio Quente: + 57,94%; e Vicentinópolis: + 22,54%. Os municípios maiores, Caldas Novas e Rio Quente, destacam-se pelo turismo.

Esses municípios formam a maior estância hidrotermal do mundo, também conhecida por possuir fontes naturais de águas medicinais. Com uma economia voltada totalmente para o turismo recebe um número cada vez maior de turistas estrangeiros, de países como Japão, Estados Unidos, Argentina, México, Inglaterra, Portugal, Itália, Argentina e França, dentre outros (IBGE, 2015).

Particularmente, comparando os municípios em estudo percebe-se que Morrinhos (GO) cresceu +12,08% enquanto Goiatuba (GO) cresceu apenas +4,38%. O crescimento populacional maior de Morrinhos em relação a Goiatuba (GO) pode ser evidenciado pela quantidade de indústrias que ambos os municípios conseguiram atrair, conforme se verifica no Quadro 15.

No período estudado enquanto Goiatuba atraiu dez indústrias, cinco na década de 2000, Morrinhos na mesma década atraiu 19, como pode ser visualizado no Quadro 16, explicando assim a maior movimentação populacional.

A escolha desses dois municípios dentro da Microrregião do Rio Meia Ponte de Goiás se deu em razão de serem circunvizinhos, com as mesmas características econômicas, sociais e populacionais no início da década de 2000, para analisar seu processo de industrialização com intuito de verificar se foi suficiente para demonstrar crescimento ou desenvolvimento econômico.

#### **4.2 Contextualização dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO)**

De acordo com a informações contidas no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o município de Goiatuba (GO) teve sua origem com a vinda dos

bandeirantes de São Paulo para o Oeste em busca de ouro e outras pedras preciosas, na época muito abundantes nos sertões brasileiros, mas, essa primeira viagem não deu muitos resultados.

Apenas mais tarde, em 1860, habitantes de cidades de Minas Gerais chegaram ao local e ali se fixaram tomando posse de terras para a agricultura e produção de gado. A facilidade para se adquirir terras foi o que mais contribuiu para trazer os primeiros habitantes ao município.

Em 1892, Manuel Vicente Rosa, Manoel Bernardo da Costa e Cândido Luiz de Castilho doaram ao padroeiro São Sebastião uma gleba de terras destinadas à formação do povoado que recebeu o nome de Bananeiras dada a existência de uma moita de bananeiras nas margens de um rio próximo.

No mesmo ano Manoel Vicente fez celebrar a primeira missa num rancho de palha onde mais tarde foi construída uma capela. Com a aglomeração de casas em volta da capela foi formado o povoado de São Sebastião das Bananeiras.

Em 1900 o povoado foi elevado à categoria de distrito, e em 1931 pelo Decreto nº 627 de 21 de janeiro foi elevado a município tendo ainda a mesma denominação. Somente em 31 de outubro de 1938, pelo Decreto Lei Estadual nº 1233, passou a denominar-se Goiatuba. Quem sugeriu esse nome foi o andarilho Manoel Espósito Espositel, conhecido por Gabinatte que sempre visitava a cidade em meados de 1937 e era muito querido por todos no local.

Gabinatte dizia que Goiatuba era derivado do nome Goiás, mas os entendidos explicam que Goia vem dos índios Goia e tuba significa 'instrumento musical' ou 'grande'. Goia deriva-se da língua Tupi e tuba quer dizer grande, então Goiatuba significa 'Goiás grande'.

A área do Município é de 2.475,112 km<sup>2</sup> contando atualmente com o distrito de Marcianópolis e quatro aglomerados: Santo Antônio, Serrinha, Posto Alvorada e Venda Seca. Seu Bioma é o Cerrado e a Mata Atlântica.

Delimita-se ao norte com os municípios de Vicentinópolis, Joviânia, e Morrinhos; ao sul, com os municípios de Castelândia, Bom Jesus de Goiás, Itumbiara e Panamá; a leste, com Buriti Alegre e a oeste com Porteirão. Tem o clima tipicamente tropical, quente e úmido, apresentando nitidamente as estações secas e chuvosas (IBGE CIDADES, 2015). A Figura 4 demonstra a sua localização no estado de Goiás.



**Figura 4** - Estado de Goiás - destaque para o município de Goiatuba



Fonte: IBGE (2015)

A economia do município de Goiatuba (GO) é predominantemente voltada à agroindústria, por essa razão buscaram-se informações quanto ao seu potencial econômico industrial. Um estudo realizado pela Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN) utilizando os dados disponibilizados pelo programa Produzir/Fomentar, referentes à industrialização na década de 2000, evidenciou os produtos que servem de matéria-prima para as agroindústrias, conforme o Quadro 15.

**Quadro 15** - Produtos destaque nos setores da economia no município de Goiatuba na década de 2000

Produtos Destaque	Produtividade
Aves	356.250 cabeças
Bovinos	103.600 cabeças
Cana-de-açúcar	1.640.000 toneladas
Milho	73.125 toneladas
Soja	121.500 toneladas
Leite	31.613 litros

Fonte: SEGPLAN/ SEPIN (2012).

Os incentivos fiscais são oferecidos por todas as esferas de governo, principalmente pelos governos municipais que acreditam que com a instalação de indústrias haverá geração de

emprego e renda para os munícipes. Vale ressaltar que as políticas públicas praticadas para atratividade de indústrias não é o foco desta pesquisa e sim a contribuição da industrialização para o crescimento e desenvolvimento local.

A industrialização modifica um determinado espaço geográfico a partir da construção de seus pátios industriais e contribuem para a parceria de empresas ligadas diretamente e indiretamente à prestação de serviços ou fornecimento de matéria-prima. Curado e Cruz (2008) e Curado (2013) entendem esse fenômeno como importante, pois provoca profundas alterações socioespaciais acelerando a urbanização e fazendo com que a industrialização se reflita na economia local.

Em busca de informações referentes às políticas realizadas para atração de indústrias buscou-se a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio da prefeitura de Goiatuba (GO). As informações obtidas foram que a partir do ano de 2008, por meio da Lei nº 2524/2008 de 30 de junho de 2008 foi implementado o Plano Diretor Democrático Participativo de Goiatuba (PDDP).

O Plano estabelece medidas a respeito do desenvolvimento econômico aliado ao desenvolvimento social, porém não há legislação própria voltada especificamente para atração de indústrias. O Município deixa claro que uma das perspectivas é “criar uma política municipal”, como está disposto no Plano (p.22), porém ainda não foi estabelecida uma política forte para esse fim.

A industrialização também é vista como um caminho para o progresso. O Município traz em seu Plano Diretor áreas propostas para o zoneamento municipal e se alguma indústria quiser se instalar há um local apropriado para sua sede de acordo com a sua natureza (PREFEITURA DE GOIATUBA, 2016).

[...]

Art. 23. A política de promoção do desenvolvimento econômico no município deve estar articulada ao desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente, visando a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população.

[...]

Art. 26. Para a realização dessas diretrizes o Poder Público Municipal poderá interagir com agentes dos setores envolvidos na cadeia produtiva, na perspectiva de adoção das seguintes estratégias:

[...]

V - criar uma política municipal de subsídios e incentivos fiscais e administrativos para empresas que se instalarem nas áreas propostas no zoneamento municipal (LEI Nº 2524/2008 DE 30 DE JUNHO DE 2008, p. 17).

A Lei Orgânica nº 20 de 4 de agosto de 2010, de Goiatuba, estabeleceu como dispositivo legal o artigo 171-C discorrendo sobre a promessa de o Município adotar políticas de fomento na atração de atividades industriais, como segue:

Art. 171-C. O Município adotará política de fomento às atividades industriais, comerciais e de serviços, com prioridade à empresa brasileira de capital nacional, por meio de planos e programas de desenvolvimento integrado, dispondo sobre a ocupação racional do solo e a distribuição adequada das atividades econômicas; a implantação de infraestrutura básica para atração de indústrias, incentivando a instalação de novas indústrias com prioridade às que industrializam produtos locais, visando o abastecimento do Município, a livre concorrência, a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente e criação de novos empregos. Dispositivo acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 20, de 4 de agosto de 2010.

Há previsão, mas não existe de fato a efetivação da criação de políticas atrativas para a industrialização. O município de Goiatuba encontra-se pouco industrializado, conforme demonstrado no Quadro 16.

**Quadro 16** - Relação das indústrias instaladas em Goiatuba (GO) entre o período de 1975 a 2010

Nº	Razão Social	Atividade Principal	Data De Abertura
1	Indústria & Comércio Tupinambás Ltda. – Epp	Torrefação e moagem de café	15/04/1975
2	Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	Fabricação de açúcar em bruto	24/09/1981
3	Frangoiano Alimentos Ltda.	Abate de aves / Fabricação de produtos de carne.	05/08/1982
4	Sul Goiano Indústria e Comércio de Fertilizantes	Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto orgânico-minerais	02/04/1992
5	Polenghi Indústrias Alimentícias	Fabricação de laticínios	20/08/1996
6	Cesar Tavares Indústria e Comercio de Rações Animal Ltda. – Me	Fabricação de alimentos para animais	16/11/2001
7	Globoaves São Paulo Agroavícola Ltda.	Produção de ovos	12/11/2007
8	Agrex do Brasil S.A.	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	01/12/2008
9	Bom Sucesso Agroindústria Ltda.	Fabricação de álcool	21/08/2009
10	Supernutri Solução em Nutrição Animal Ltda. – Me	Fabricação de alimentos para animais	26/11/2009

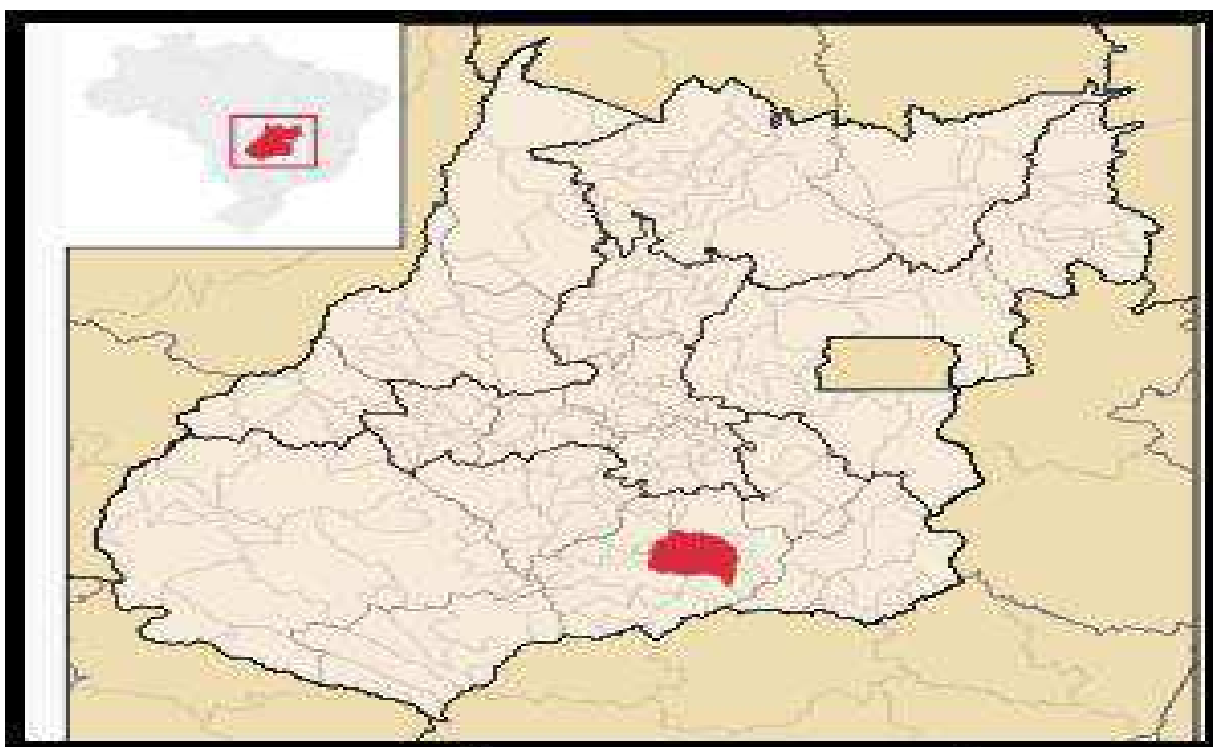
**Fonte:** adaptado do sítio eletrônico [www.empresasdobrasil.com](http://www.empresasdobrasil.com).

O Quadro 16 mostra que o Município possui dez indústrias. Cinco delas foram instaladas antes do ano 2000 e as outras cinco entre os anos de 2000 e 2010. Todas são relacionadas ao agronegócio (EMPRESAS DO BRASIL, 2016).

Morrinhos também se destaca pelas agroindústrias. Situado a 289 km de São Simão, porto de acesso à hidrovia Paranaíba/Paraná/Tietê principal ponto de ligação hidroviária entre o Centro-Oeste e os países do MERCOSUL, oferece facilidade tanto para a obtenção de matéria-prima para produção quanto para seu escoamento.

O nome Morrinhos foi escolhido para identificar o município dada a existência de três acidentes geográficos na região: Morro do Ovo, Morro da Cruz e Morro da Saudade. A distância de Morrinhos até Goiânia, capital do estado de Goiás, é de 128 km. Fica a 184 km de Anápolis, 336 km de Brasília, capital federal, e 56 km de Caldas Novas. A Figura 5 mostra o Município.

**Figura 5** - Estado de Goiás - destaque para o município de Morrinhos



Fonte: IBGE (2015)

O Distrito Agroindustrial de Morrinhos (DAIMO) é gerido pelo órgão do Governo Estadual chamado Goiás Industrial. Foi organizado de forma a facilitar a instalação de empresas que escolhem o Município para exercer suas atividades. O DAIMO oferece toda infraestrutura, com ruas asfaltadas, iluminação, rede de esgoto, fibra óptica, estudo de impacto ambiental (EIA) e também é cadastrado para receber incentivos fiscais de Estado e União.

Morrinhos, com parcerias políticas, projetou um lugar para receber a industrialização que deseja para promover sua atividade econômica. A Lei nº 1.781, de 14 de dezembro de 2000 criou o programa PRODUZIR e autorizou a adesão do município ao estado de Goiás no tocante ao financiamento conjunto de indústrias beneficiárias do programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás, o PRODUZIR:

Art. 1º. Fica autorizada a adesão do Município de Morrinhos ao Estado de Goiás, por meio de convênio, no tocante ao financiamento conjunto de indústrias beneficiárias do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR, instituindo o PRODUZIR Municipal.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar ao Tesouro Estadual, conforme artigo 17, inciso VI, da Lei Estadual nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, as suas quotas-partes de financiamento do PRODUZIR Municipal (25% de 73%), na proporção de seu Índice de Participação dos Municípios - IPM, referente ao financiamento conjunto de indústrias beneficiárias do Programa PRODUZIR, concomitantemente aos lançamentos a crédito municipal da transferência do ICMS.

Art. 3º A destinação dos recursos, conforme o disposto no artigo anterior será operacionalizada mediante ordenação de despesa conforme provisão orçamentária, que poderá abranger períodos anteriores não previstos (LEI nº 1781,2000).

A Lei Orgânica nº 901 de 05 de abril de 1990, que foi consolidada na Emenda Constitucional nº 15 de 06 de dezembro de 2010 retratou a preocupação do Município em fomentar as políticas no processo industrial.

[...]

Art. 155 – O Município adotará, buscando quando possível e necessário, a participação e a cooperação dos governos estadual e federal, política de fomento à indústria e ao comércio, de incentivos e apoio à empresa brasileira de capital nacional de pequeno porte, inclusive a artesanal, por meio de planos e programas de desenvolvimento integrado e crédito especializado, visando assegurar a livre concorrência, a defesa do consumidor, a qualidade de vida e do meio ambiente e a busca do pleno emprego.

Art. 156 – Os eventos, feiras, simpósios e outros acontecimentos que visem o aperfeiçoamento da mão de obra, a melhoria da qualidade de trabalho e o crescimento econômico nas atividades de indústria, comércio e prestação de serviços, receberão por parte do Município o apoio necessário a consecução de seus objetivos (LEI ORGÂNICA nº 901, 1990).

Além da previsão na Lei Orgânica o Município criou uma lei que trata especialmente das políticas voltadas para contribuir no processo de industrialização municipal visando crescimento e desenvolvimento. É a Lei nº 2.281, de 29 de janeiro de 2007 que institui a Política de Desenvolvimento Industrial de Morrinhos, trazendo também uma margem de liberdade outorgada ao Secretário da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, ao dispor

quanto à coordenação e implementação dos objetivos da Política de Desenvolvimento Industrial do Município de Morrinhos, conforme o artigo 2º do mesmo diploma.

[...]

Art. 2º. À Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo compete:

I – projetar, construir e implantar, direta ou indiretamente, inclusive com recursos fornecidos pelo PRODUZIR, Unidades de Desenvolvimento Industrial –UDIs, assim entendidos os Distritos Industriais ou Agroindustriais, as Áreas Industriais, os Condomínios Industriais, Polos Industriais, Galpões Industriais e Integrados de Produção, administrando-as e aos seus serviços e equipamento de apoio, podendo executar obras de infraestrutura que se fizerem necessárias, em imóveis de sua propriedade ou de terceiros, ou edificar obras de construção civil de alta relevância para o processo municipal de desenvolvimento em imóveis de propriedade do Município, para adequar aquelas ao cumprimento de seus objetivos e finalidades.

II – promover e divulgar a existência dos bens imóveis mencionados no inciso I e suas oportunidades industriais;

III – prestar assessoramento técnico, quando por razões de fomento à industrialização, às empresas interessadas em se instalar nas suas Unidades de Desenvolvimento Industrial – UDIs;

IV – implantar e manter nos distritos os serviços de apoio e logística necessários ao funcionamento das atividades inerentes aos assentamentos, mediante a cobrança remuneratória mensal, estipulada em forma de tarifas, a serem fixadas por decreto;

V – fazer promessas de vendas e vender áreas de terras, lotes e módulos de distritos industriais a interessados em se instalarem nos distritos atendida a lei que rege a espécie;

VI – assentar e ou reassentar, mediante a venda de galpões, prédios, condomínios e assemelhados, os interessados em se localizarem para a exploração de indústria nos distritos, considerados em tais casos, além do correspondente ao terreno, os preços das construções, quando se tratar de prédios oriundos da retomada da propriedade resolúvel por desvio de finalidade, cessação de atividade ou equivalente, observando-se que em tais casos os valores serão fixados em decreto, após a avaliação dos mesmos, considerando-se fundamentalmente suas destinações e atendida a política de desenvolvimento industrial, estabelecida por uma comissão para tal fim designada;

VII – escolher, segundo os critérios técnicos preestabelecidos, os locais para desenvolvimento ou ampliação de polos industriais e de infraestrutura necessária;

VIII – formalizar processos e protocolos de intenções para a celebração de contratos e convênios com entidades públicas e privadas nacionais e internacionais (Lei nº 2.281,2007)

O Município se empenha para atrair indústrias, pois tem como finalidade a geração de emprego e renda para os munícipes visando o crescimento econômico, na medida em que a população empregada reflete-se na melhoria da qualidade de vida e contribui para o desenvolvimento econômico. O Quadro 17 traz as indústrias instaladas em Morrinhos (GO).

**Quadro 17** - Relação das indústrias instaladas em Morrinhos (GO) entre o período de 1975 a 2010

<b>Nº</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Atividade Principal</b>	<b>Data De Abertura</b>
1	Cerâmica Santa Fe De Morrinhos Ltda. – ME	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos.	31/05/1975
2	Luci pereira costa – ME	Fabricação de calçados de couro.	10/09/1986
3	J David Ferreira Sobrinho	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar.	20/07/1988
4	OLÉ – Ângelo Auricchio Companhia Ltda.	Fabricação de Conservas de Legumes e Outros Vegetais, Exceto Palmito.	25/10/1993
5	Cooperativa Mista Dos Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM) .	Fabricação de laticínios.	13/12/1994
6	Indústria De Artefatos De Cimento Brasil Ltda. – ME	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.	20/09/1995
7	Elson Leonel Machado – ME	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente.	08/05/1996
8	W. C. Alves - ME (Bebidas Carreiro)	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar.	20/03/1997
9	Doralino Luiz De Castilho - ME	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente.	30/09/1997
10	Só Botinas De Morrinhos Ltda. – ME	Fabricação de calçados de couro.	24/08/1998
11	Celina Indústria E Comércio de Tecidos Ltda. – ME	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico.	13/11/1998
12	Christian Ricardo M Fiori - ME	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção.	15/03/1999
13	Metalúrgica Venaferrro Ltda. – ME	Fabricação de esquadrias de metal.	01/12/1999
14	A Regional Gesso Indústria E Comercio Ltda. – ME	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.	20/01/2000
15	Lajes Forte Materiais Para Construção Ltda. – ME	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção.	25/08/2000

16	Arte Talento Móveis Planejados Ltda – ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira.	04/04/2002
17	Indústria Comércio E Representação Comercial De Artefatos De Couro 4r Ltda. – ME	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente.	18/03/2004
18	Botinas Pereira Ltda.	Fabricação de calçados de couro.	31/08/2004
19	Central Energética Morrinhos SA	Fabricação de álcool.	14/12/2004
20	Stillus Indústria e Comércio De Moveis Para Escritório Ltda. – ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira.	22/06/2005
21	Patrícia M De S Morais – ME	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente.	01/11/2005
22	Rosecléia Jose Gomes – ME	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda.	27/10/2006
23	Ecoplast Indústria E Comércio De PVC Ltda. – ME	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios.	25/04/2007
24	Cardoso & Pontes Ltda. - ME	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios.	25/05/2007
25	Metal Transformer Indústria & Comercio Ltda. – ME	Fabricação de esquadrias de metal.	04/09/2007
26	Goncalves e Barros Construtora Ltda. – ME	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção.	28/11/2007
27	Global Leader Indústria E Comercio De Couros Ltda. – EPP	Curtimento e outras preparações de couro.	29/05/2008
28	Cooperativa Mista de Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM)	Fabricação de alimentos para animais.	30/06/2008
29	CISAL Alimentos - Indústria Sul-Americana de Alimentos	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos.	08/12/2008
30	Work Indústria E Comercio De Bebidas Ltda.	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar.	03/02/2009
31	Abatedora Avícola Santa Vitoria Ltda.	Abate de aves.	13/05/2009
32	DS Móveis Planejados Ltda. – ME	Fabricação de móveis com predominância de madeira.	13/12/2010

Fonte: adaptado do sítio eletrônico [www.empresasdobrasil.com](http://www.empresasdobrasil.com).



O Quadro 17 aponta que o Município possui 32 indústrias: 13 instaladas antes do ano 2000 e as outras 19 entre 2000 a 2010. A maioria das indústrias é pequena e está relacionada ao agronegócio. Pode-se concluir, portanto, que Morrinhos (GO) se apresenta mais industrializado do que o município vizinho, Goiatuba (GO), que também possui uma economia voltada à agropecuária.

Quanto à área agrícola, cultiva abacaxi, algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, laranja, mamão, mandioca, maracujá, manga, melancia, milho, palmito, soja, sorgo e principalmente o tomate de diversas qualidades. Na pecuária Morrinhos (GO) possui rebanho de bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, muares, ovinos e suínos, além de granja de galinhas.

Na década de 2000 o Município ocupou no *ranking* nacional o posto de quarta bacia leiteira do País. Além da produção de leite ainda tem gado para corte, mel de abelha e granja com produção de ovos de galinha. Além disso, oferece muitos empregos para a população local e vizinha dada a sua estrutura industrial (IMB, 2016).

Na Tabela 2 consta o comparativo da população urbana e rural dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), da Microrregião do Rio Meia Ponte (GO), do estado de Goiás (GO) e do Brasil, no intuito de verificar a participação da variação da população na área urbana.

**Tabela 2** – Comparativo da população censitária urbana e rural: municípios, microrregião, estado e país (2000 – 2010)

População	População urbana (2000)	População urbana (2010)	Variação da participação da população urbana (%)	População rural (2000)	População rural (2010)	Variação da participação da população rural (%)
Goiatuba	27.806	29.941	+7,68	3.324	2.551	-23,26
Morrinhos	30.929	35.959	+16,26	6.061	5.501	-9,24
Microrregião do Rio Meia Ponte	271.104	314.391	+19,49	43.287	37.381	-13,64
Estado de Goiás	4.396.645	5.420.714	+23,29	606.583	583.074	-3,88
Brasil	137.953.959	160.924.140	+16,65	31.845.211	29.823.591	-6,35

Fonte: IPEADATA (2016)

Os dados da Tabela 2 apontam que o município de Goiatuba (GO) apresentou no ano de 2010 um aumento de +7,68% o que representa 2.135 habitantes, enquanto em Morrinhos (GO) no final da década de 2000 houve uma variação de +16,26% o representando um aumento de 5.030 pessoas no perímetro urbano.

Pode-se concluir que o município de Morrinhos (GO) foi o que mais se aproximou dos resultados do estado de Goiás que cresceu +23,29%, da Microrregião do Rio Meia Ponte (GO) com +19,49 %, e, por fim, do Brasil que apresentou +16,65% de crescimento populacional urbano.

Em relação a quantidade de pessoas que residem na zona rural dos municípios objeto do presente estudo, juntamente comparando com o Estado, a Microrregião e o País, apresentaram que apesar das pessoas estarem deslocando cada vez mais para cidades, isso não os descaracterizaram como rurais. Veiga (2002) afirma que são rurais municípios de pequeno porte que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km<sup>2</sup>; de médio porte os que registram uma população no intervalo de mais de 50 a 100 mil habitantes, assim encaixando a ruralidade para Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO).

Nesse sentido, identificou que as pessoas que moram efetivamente na zona rural, vem apresentando uma quantidade cada vez menor, o que reflete a modernização do campo onde as máquinas estão substituindo a força braçal fazendo com que as pessoas migrem para a zona urbana em busca de empregos diretos ou indiretos visando à melhoria da qualidade de vida. Neste momento a industrialização dos centros urbanos contribui na oferta da empregabilidade das pessoas (ALMEIDA, 2014).

Gonçalves e Vilarta (2004) confirmam a concepção que em busca de melhores condições de vida o indivíduo muda de ambiente de acordo com que ele acredita ser o seu nível de bem-estar, a qualidade de vida.

A avaliação econômica de Schumpeter (1997) propunha que para promover o desenvolvimento seria improvável definir uma alteração econômica analisando somente a questão econômica. Outros elementos deveriam estar presentes, como, por exemplo, o número de empregos gerados dentro das condições econômicas.

### 4.3 Dados Econômicos e Financeiros dos Municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO)

O estudo da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) diz respeito ao trabalho dos macroeconomistas que analisam e interpretam os modelos teóricos macroeconômicos verificando o comportamento das variáveis econômicas. De acordo com Heineck (2010) as variáveis estariam relacionadas com o valor do produto diminuído e o valor dos consumos intermediários, o que tange ao valor da renda igual à soma da remuneração paga aos fatores de produção. O valor da despesa seria igual à soma dos gastos finais da economia, sejam bens de consumo ou formação de capital e tudo isso se resumiria na formulação para obtenção do resultado correspondente ao Produto Interno Bruto (PIB).

Sandroni (2005) definiu o Produto Interno Bruto (PIB) como o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico. Vieira (2009) cita que o crescimento de uma economia é indicado ainda pelo crescimento de sua força de trabalho; a receita nacional poupada é investida; e o grau de aperfeiçoamento tecnológico.

**Tabela 3** - Variação do crescimento econômico dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (2000 - 2010)

	Goiatuba			Morrinhos		
	2000	2010	Variação %	2000	2010	Variação %
Produto Interno Bruto a Preços Correntes - PIB (R\$ mil)	431.398,54	695.391	61,19	352.950,25	653.866	85,26
Produto Interno Bruto per Capita (R\$)	13.821,57	21.409,18	54,90	9.469,08	15.772,15	66,56

**Fonte:** IMB - Valores atualizados em reais de 2010, deflacionado pelo IPCA do IBGE (2016).

Ao traçar um comparativo entre os municípios estudados no que se refere ao Produto Interno Bruto a Preços Correntes verifica-se que o Morrinhos (GO) apresentou no final da década de 2000 uma variação 24,07% maior do que a de Goiatuba (GO). Quanto ao Produto Interno Bruto *per capita* também apresentou uma variação maior que chegou ao percentual de 11,66% conforme Tabela 3, podendo ser atribuída à industrialização como fator importante ao Município que apresentou melhor crescimento.

Vasconcellos (2000), Siedenberg (2006) e Bresser-Pereira (2008) definem o crescimento econômico como uma continuação do crescimento continuado da renda *per capita*, com isso gerando interferência na vida da população.

O estudo da participação da industrialização para o crescimento e desenvolvimento regional permitiu elaborar um comparativo que diz respeito ao Produto Interno Bruto Industrial (PIB) dos municípios pesquisados com o percentual atingido pela Microrregião do Rio Meia Ponte (GO) e do estado de Goiás no período de 2000 a 2010, como pode ser observado na Tabela 4.

O município de Morrinhos (GO) se sobressai apresentando o melhor resultado de industrialização com 30,69% a mais que Goiatuba (GO), corroborando assim o Quadro 16 apresentado no teor da pesquisa que mostra a relação das indústrias instaladas no Município ratificando a Tabela 4 que evidencia o aumento no crescimento econômico industrial dos municípios, ressaltando também o crescimento da Microrregião do Rio Meia Ponte (GO) e do estado de Goiás (GO).

**Tabela 4** - Variação do PIB Municipal – industrial (2000 - 2010)

<b>Localidades</b>	<b>PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos (2000)</b>	<b>PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos (2010)</b>	<b>Variação do crescimento econômico (%)</b>
Goiatuba	51.257,17	71.445,52	+39,39
Morrinhos	33.928,29	57.704,65	+70,08
Microrregião do Rio Meia Ponte	521.952,02	729.509,79	+39,77
Estado de Goiás	5.551.667,31	10.055.756,72	+81,13

**Fonte:** IPEADATA - Valores atualizados em reais de 2010 deflacionado pelo IPCA do IBGE (2016).

O PIB municipal industrial na década de 2000 destaca que Morrinhos (GO) cresceu e quase atingiu o dobro de Goiatuba (GO). Superou a Microrregião do Rio Meia Ponte e ficou bem próximo do crescimento econômico alcançado pelo estado de Goiás, revelando uma forte industrialização e sua contribuição ao crescimento econômico local.

Arrighi (1996) retrata em ‘O Longo Século XX’ que a economia do capitalismo deve estar aliada com ao Estado. Nesse sentido, a industrialização se reflete diretamente na arrecadação tributária municipal. Os tributos arrecadados são extremamente importantes na contribuição do crescimento e desenvolvimento econômico.

Piketty (1997), Machado (1999), Horta (2000), Chiesa (2005), Valério, Pelisson, Bussaglia (2010) e Almeida (2014) abordam o tema referente à tributação municipal, estadual e federal. Os autores defendem a tributação como instrumento mais conveniente de redistribuição de riquezas destinadas ao combate das desigualdades sociais.

Os impostos gerados pela industrialização são: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Cada imposto compete a um ente federativo.

Buscou-se o Departamento de Arrecadação das prefeituras de Goiatuba e Morrinhos com intuito de obter os valores referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) recolhido das indústrias instaladas nos municípios na década de 2000, com a finalidade de demonstrar a quantidade de recursos arrecadados da parte industrial para os cofres públicos municipais.

Verificou-se que os recolhimentos realizados referentes a esse Imposto uma vez arrecadados pelas prefeituras não se separam dos recolhidos do comércio. As prefeituras não têm controle dos valores específicos desse Imposto originado das indústrias. Por essa razão foi inviável demonstrar em quadro, tabela, ou mesmo gráfico, os reflexos da industrialização na tributação dos Municípios no que se diz respeito ao imposto municipal.

Sem êxito na obtenção de dados primários da tributação do ISS referente à industrialização utilizaram-se dados secundários fornecidos pelas bases de dados públicas. Carniello (2011) e Turrioni e Mello (2012) recomendam a exploração das fontes que podem servir para a coleta dos materiais, como documentos de arquivos públicos; pesquisas realizadas por outras pessoas; pesquisas estatísticas baseadas em dados de recenseamento, como os disponibilizados nas bases públicas oficiais; e imagens, dentre outras fontes.

A base de dados macroeconômicos referentes ao Brasil, organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem as informações consolidadas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) não separando os valores arrecadados da indústria e do comércio.

A partir desses dados disponibilizados pelo IPEA verificou-se que Morrinhos (GO) angariou mais recursos em comparação com Goiatuba (GO); com a Microrregião do Rio Meia Ponte e até mesmo com o estado de Goiás. Isso pode ser reflexo da industrialização presente no Município durante a década de 2000. O ISSQN representa valores que ficam de fato nos cofres públicos municipais: não é dividido com os outros entes federativos, diferentemente dos demais impostos.

**Tabela 5** - Variação da arrecadação do ISSQN (2000 – 2010)

Localidades	ISSQN (2000)	ISSQN (2010)	Variação da arrecadação ISSQN (%)
Goiatuba	482.451,43	1.343.482	178,47
Morrinhos	1.012.753,45	3.579.850	253,48
Microrregião do Rio Meia Ponte	9.516.410,79	29.983.520	215,07
Estado de Goiás	193.559.962,38	613.457.196	216,93

**Fonte:** IPEADATA - Valores atualizados em reais de 2010, deflacionado pelo IPCA do IBGE (2016).

O mesmo procedimento foi realizado no que diz respeito ao outro indicador financeiro decorrente das atividades industriais que é o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como se trata de tributo federal buscou-se a Secretaria da Receita Federal, sediada no estado de Goiás, com o intuito de obter o valor arrecadado do IPI, entretanto nesse Órgão Federal não existe um filtro no sistema para mensurar o quanto cada município arrecada do tributo federal.

A Secretaria da Receita Federal tem a relação do IPI arrecadado por mês de cada estado brasileiro, que atualmente fica disponibilizada no seu endereço eletrônico. Por esse motivo, sem dados contundentes primários buscaram-se outras bases públicas como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Mauro Borges (IMB).

Infelizmente essas fontes também não têm dados consolidados referentes a tal imposto. Por essa razão foi inexecutável apresentar por meio de quadro, tabela ou mesmo gráfico a arrecadação desse imposto gerado pela industrialização na tributação do município. Machado (1999) explana sobre a divisão tributária do imposto federal (IPI) para os municípios brasileiros. Do valor total de 100% arrecadado do IPI pela União, 47% é dividido da seguinte forma (QUADRO 18):

**Quadro 18** – Distribuição do IPI

21,5%	Destinado para o Fundo de Participação dos Estados - FPE, que é dividido entre as unidades federadas, observando-se critérios da legislação.
22,5%	Atribuído para o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, que é distribuído aos Municípios, observados alguns critérios da legislação. Essa constitui a principal fonte de arrecadação da maioria dos Municípios do Brasil.
3,0%	Reservado para os programas de financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Do total que cabe ao Nordeste, 50% é destinado à região semiárida.

**Fonte:** Machado (1999)

Os valores arrecadados de IPI pela União fazem parte da formação dos recursos repassados aos municípios pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A partir da base pública do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) pode se extrair de forma consolidada não sendo exclusivamente o valor que retrata o IPI, mas naquele em que ele está inserido na quantidade de cifras destinadas aos municípios na década de 2000.

Observa-se, mais uma vez, o município de Morrinhos (GO) destacando-se frente as demais localidades, superando a soma de todos os municípios goianos, evidenciando uma variação do Fundo de Participação Municipal de 100,77% durante a década de 2000, conforme demonstra a Tabela 6, o que pode ser reflexo da industrialização instalada no Município pela sua movimentação econômica.

**Tabela 6** - Variação do Fundo de Participação Municipal (2000 - 2010)

<b>Localidades</b>	<b>FPM (2000)</b>	<b>FPM (2010)</b>	<b>Variação do FPM (%)</b>
Goiatuba	7.026.977	11.877.980	69,03
Morrinhos	6.714.668	13.480.708	100,77
Microrregião do Rio Meia Ponte	83.169.473	141.201.713	69,78
Estado de Goiás	1.035.748.234	1.829.226.164	76,60

**Fonte** IPEADATA - Valores atualizados em reais de 2010, deflacionado pelo IPCA do IBGE (2016).

Ainda em relação à base pública do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para finalizar a parte de tributação referente à industrialização, foram obtidos valores consolidados repassados pelo estado de Goiás aos municípios no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

De acordo com Machado (1999), de 100% do valor arrecadado pelo Estado do referido imposto 25% pertencem aos Municípios. O principal critério para distribuição é o seu movimento econômico. A Tabela 7 destaca o município de Morrinhos (GO) no aspecto relacionado com a industrialização.

**Tabela 7 - Variação da arrecadação do ICMS (2000 - 2010)**

<b>Localidades</b>	<b>ICMS (2000)</b>	<b>ICMS (2010)</b>	<b>Variação da arrecadação ICMS (%)</b>
<b>Goiatuba</b>	16.873.960	12.410.210	-26,45
<b>Morrinhos</b>	6.477.864	14.321.024	121,08
<b>Microrregião do Rio Meia Ponte</b>	131.430.204	166.200.081	26,46
<b>Estado de Goiás</b>	976.704.920	1.912.683.141	95,83

**Fonte:** IPEADATA - Valores atualizados em reais de 2010, deflacionado pelo IPCA do IBGE (2016).

Como o propósito de apurar o valor de ICMS gerado pelas indústrias recorreu-se à Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ) sediada na capital do Estado para obter dados mais específicos para o presente estudo. A referida Secretaria não dispõe dos dados solicitados e recorreu-se, então, à base de dados do Instituto Mauro Borges (IMB) que retrata todo o cenário goiano.

Esse Órgão também não conta com os dados da década de 2000 na íntegra, contabilizando-os somente a partir do ano de 2007. Apesar do restrito período disponível para análise, já que não se pode contar com os anos de 2000 a 2006, percebe-se que houve melhoria na arrecadação do ICMS do município de Morrinhos (GO) e queda do município de Goiatuba (GO).

De acordo com a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN) a diminuição da arrecadação do ICMS no município de Goiatuba (GO) se deve à queda de produção da cana-de-açúcar no ano de 2010. Uma das causas foi o término precoce da safra 2009/2010, pois o Município sedia a usina Goiasa Goiatuba Álcool Ltda. que atua na fabricação de etanol, açúcar de diversos tipos e energia elétrica. Essa indústria é a que gera mais impostos.

Goiatuba (GO) possui um quadro industrial reduzido que faz toda a diferença no cenário econômico do Município. A queda de produção da matéria-prima contribuiu bastante para que houvesse uma retração do imposto, como pode ser visualizado na Tabela 8 (SEGPLAN, 2016).



**Tabela 8** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (2000 - 2010)

ICMS	2007	2008	2009	2010
Arrecadação do ICMS de Goiatuba- Indústria (R\$ mil)	1.751,66	4.349,16	9.149,21	4.820,00
Arrecadação do ICMS de Morrinhos - Indústria (R\$ mil)	6.675,47	12.062,09	11.802,91	12.598,00

**Fonte:** IMB - Valores atualizados em reais de 2010, deflacionado pelo IPCA do IBGE (2016).

Apesar da tabulação dos dados referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) ser iniciada a partir de bases públicas do ano de 2007, percebe-se que o município de Morrinhos (GO) apresentou no final do ano de 2010 uma arrecadação das indústrias quase três vezes maior que o valor arrecadado por Goiatuba (GO), portanto, a industrialização se reflete no crescimento econômico local.

Conclui-se, então, que a industrialização se faz mais presente em Morrinhos (GO) do que em Goiatuba (GO), contribuindo para um melhor desempenho em relação ao crescimento econômico.

#### **4.4 Dados Sociais dos Municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO)**

O desenvolvimento econômico pode ser considerado o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social (VIEIRA, 2009).

Em virtude da análise de cada Município, que consiste em estudar cada espaço geográfico em função do crescimento e do desenvolvimento, na concepção de Almeida (2014) o crescimento leva à promoção da dinâmica econômica e notável progresso social, portanto o rumo que se dá de forma qualitativa no desenvolvimento pode bloquear o aumento das limitações locais ou regionais e os desequilíbrios que futuramente poderiam provocar rachaduras no equilíbrio social.

Oliveira (2002) e Vieira e Santos (2012) relatam que a industrialização impulsionou o crescimento econômico regional e contribuiu para a promoção do desenvolvimento, além da importância das condições econômico-financeiras das pessoas. Também houve contribuição da industrialização para o padrão de vida e conforto com a oferta de emprego.

Para Almeida (2014) o desenvolvimento decorre do fator trabalho formado a partir da população de um país ou região passível de mobilização, enquanto que considerando os fatores de produção a do trabalho foi obtida em função do tamanho da população.

Já Furtado (1983) e Souza (1999) abordaram o entendimento de Schumpeter (1982) quanto à expansão do crescimento e do desenvolvimento com inovações tecnológicas, o que pode ser notado com a presença da industrialização que contribuiu para que o número de empregos oferecidos à população aumentasse com o passar do tempo, à medida que as indústrias foram se instalando nos municípios.

Na década de 2000 a variação do número de vagas de empregos foi positiva, principalmente em relação a Morrinhos (GO) que apresentou um percentual de 130,72 % de aumento na geração de empregos, conforme na Tabela 9. Goiatuba (GO) apresentou 88,94 % e o estado de Goiás 97,87%.

**Tabela 9** - Comparativo dos números de empregos entre os municípios e o estado (2000 - 2010)

<b>Número de Empregos</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>Variação %</b>
Goiatuba Empregos - Total (número)	4.031	7.616	88,94
Morrinhos Empregos - Total (número)	3.444	7.946	130,72
Goiás Empregos - Total (número)	663.902	1.313.641	97,87

Fonte: IMB (2016)

**Tabela 10** - Comparativo dos rendimentos entre os municípios e o estado (2000 – 2010)

<b>Rendimentos</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>Variação %</b>
Goiatuba	802,31	1.175,48	46,51
Morrinhos	703,68	1.100,03	56,33
Goiás	996,22	1.330,82	33,59

Fonte: IMB - Valores atualizados em reais de 2010, deflacionado pelo IPCA do IBGE (2016).

As indústrias, de certa forma, podem ser um caminho para melhorar a oferta de emprego nos municípios, mas embora Morrinhos apresente um quadro industrial melhor que o de Goiatuba a oferta de emprego e rendimento não foi tão expressiva como deveria aparentar,

demonstrando que o Município não se destacou nesse aspecto pelo fato de ser mais industrializado.

Schumpeter (1997) cita que não é possível explicar a alteração econômica somente pelas situações econômicas pregressas, uma vez que o estado econômico da população não é proveniente somente das condições econômicas anteriores, mas tão somente do todo precedente. Siedenberg (2006) finaliza para mensurar que se uma região se desenvolveu, necessário se faz analisar os indicadores de forma mais complexa.

Nesse contexto considera-se também a base de dados IMB que disponibilizou os referentes ao Índice de Desenvolvimento Municipal Trabalho (IDM Trabalho). Diante disso verificou-se que o município de Morrinhos (GO) ofereceu mais empregos formais do que Goiatuba (GO). Pode-se atribuir essa formalidade à imposição das indústrias que exercem suas atividades econômicas com empregados registrados em carteira de trabalho e previdência social (CTPS). Houve também um aumento da empregabilidade entre os trabalhadores que apresentam maior nível de escolaridade, conforme Tabela 11.

**Tabela 11** - Comparativo do Índice de Desenvolvimento Municipal Trabalho (2010)

<b>Municípios</b>	<b>Ano</b>	<b>IDM Trabalho</b>	<b>Empregos formais entre a população de 18 a 64 anos</b>	<b>Trabalhadores com formação de nível médio ou superior</b>	<b>Geração de empregos formais</b>
Goiatuba	2010	4,46	3,62	4,01	1,5
Morrinhos	2010	5,84	2,93	4,86	7,37

**Fonte:** IMB (2016)

Lourenço e Romero (2002) retratam a composição do cálculo para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizando a expectativa de vida ao nascer, o grau de instrução da população e a renda, que são fundamentais para determinar a condição financeira que estabelece o padrão de vida das pessoas, contribuindo bastante para ir além do crescimento econômico.

Machado e Pamplona (2008) corroborando citam que a metodologia adotada para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) revela as três premissas basilares para mensuração: educação, longevidade, renda e emprego.

Embora o município de Morrinhos (GO) tenha se apresentado mais industrializado, o que pode ser um fator importante na contribuição da oferta de empregos formais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) disponibilizado pela base de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil foi de 0,734 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM, entre 0,700 e 0,799). Em Goiatuba o IDHM também foi alto, com 0,725 (PNUD, 2016).

Em síntese, os dados da Tabela 12 apontam que o IDHM de educação, longevidade e renda dos municípios foram muito próximos, portanto a industrialização de Morrinhos (GO) não contribuiu o suficiente para que melhorasse seus indicadores de desenvolvimento.

**Tabela 12** - Comparativo do Índice de Desenvolvimento Municipal (2000 - 2010)

IDHM e componentes	Goiatuba		Morrinhos	
	2000	2010	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	<b>0,434</b>	<b>0,627</b>	<b>0,419</b>	<b>0,621</b>
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	33,71	48,74	32,09	47,84
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	73,13	93,03	65,89	88,47
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	66,54	89,72	68,26	90,4
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	36,46	63,43	39,43	63,65
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	18,06	38,6	18,13	40,77
<b>IDHM Longevidade</b>	<b>0,809</b>	<b>0,825</b>	<b>0,803</b>	<b>0,862</b>
Esperança de vida ao nascer (em anos)	73,52	74,47	73,18	76,69
<b>IDHM Renda</b>	<b>0,711</b>	<b>0,737</b>	<b>0,717</b>	<b>0,739</b>
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	667,28	785,84	693,12	792,66

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A metodologia do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) disponibiliza mais uma classificação no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. O Índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1 maior é o desenvolvimento da cidade. Essa classificação do desenvolvimento dos municípios de acordo com o IFDM obedece ao seguinte critério (FIRJAN, 2016):

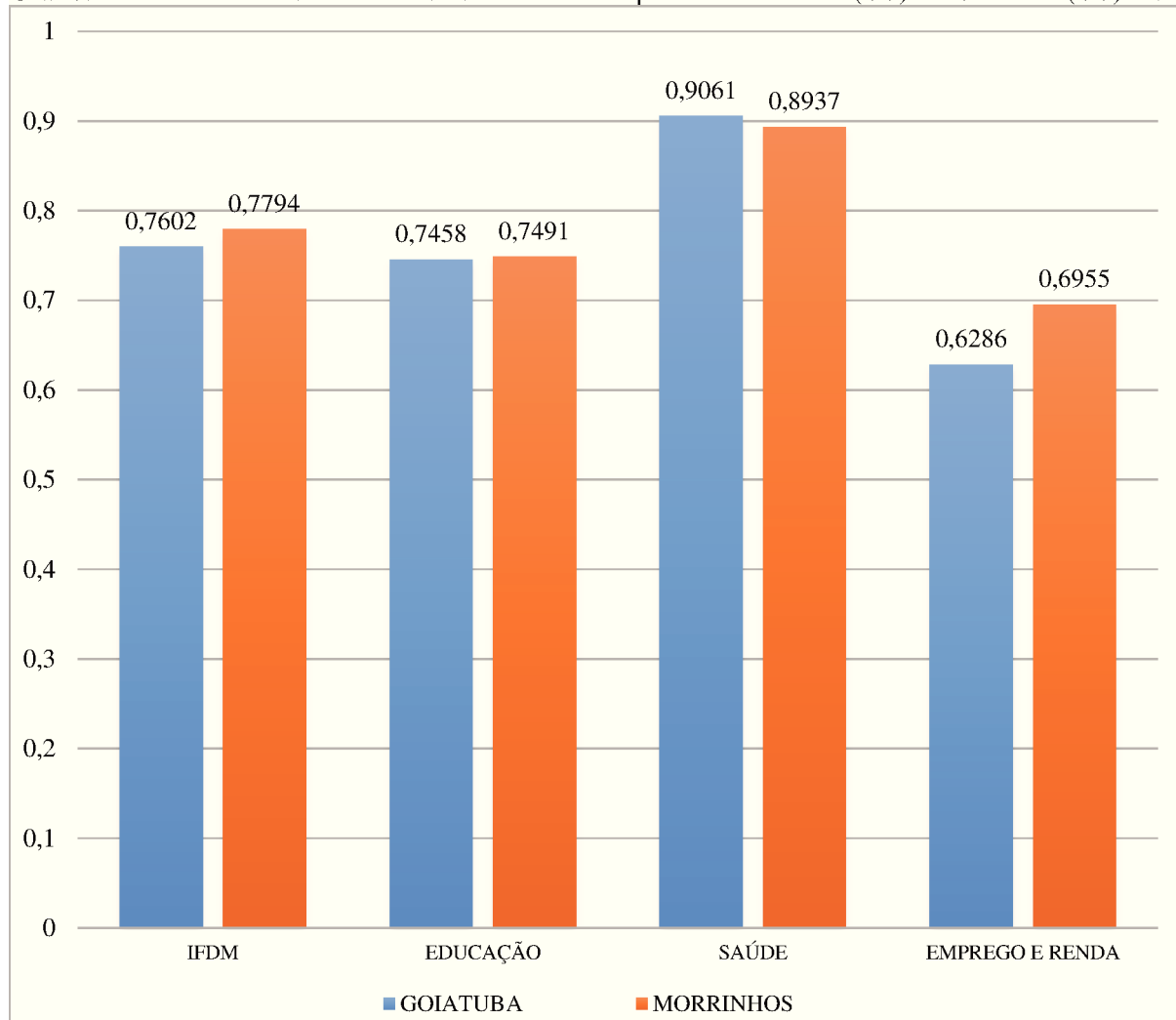
- **baixo:** entre 0 e 0,4;
- **regular:** entre 0,4 e 0,6;

- **moderado:** entre 0,6 e 0,8; e
- **alto:** entre 0,8 e 1,0.

Postali e Nishijima (2011) explicam que o IFDM é composto a partir do cálculo da média aritmética simples dos indicadores das três dimensões: saúde, educação, emprego e renda. Para elucidar os dados disponibilizados pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) o Gráfico 1 ilustra os dois municípios objeto do estudo que ficaram entre o desenvolvimento regular e o moderado no que se refere ao IFDM consolidado.

Apesar de o IFDM ser mais classificatório em sua metodologia, isso não demonstrou divergência em relação aos dados disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, comprovando que apesar de o município de Morrinhos ser mais industrializado os percentuais dos indicadores de desenvolvimento continuaram próximos aos de Goiatuba (GO) confirmando mais uma vez que o processo de industrialização não foi crucial para o desenvolvimento do Município.

**Gráfico 1** – Índice FIRJAN Desenvolvimento Municipal de Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) 2010



Fonte: IFDM/ FIRJAN (2016).

Outra área a ser analisada diante do estudo entre a relação da industrialização com o desenvolvimento regional é referente às políticas públicas que contribuem para a melhoria das condições de vida da sociedade, podendo ser apontada pelos indicadores sociais demonstrando a participação do poder público em benefício da sociedade (JANUZZI, 2002).

Buscou-se, nesta pesquisa, comparar os indicadores sociais de dois municípios. Morrinhos (GO) apresentou-se mais industrializado e também com mais recursos econômicos do que Goiatuba (GO), mas somente a questão econômica não é suficiente para suprir a sociedade. São necessárias outras circunstâncias, entre elas a implantação de políticas para dar prioridade às metas de redução da desigualdade (PNUD, 2016).

É significativo destacar também que de acordo com os autores Kerstenetzki (2009), Santos e Magalhães (2012) e Amaral e Monteiro (2013) os programas do governo federal de transferência condicionada de renda promoveram reflexos importantes na diminuição da desigualdade da renda e até mesmo na diminuição da pobreza.

Os programas implementados pelo poder público são importantes, pois são utilizados como instrumento para chegar recursos às pessoas necessitadas contribuindo para melhor condição de vida com o aumento dos rendimentos para suprir necessidades básicas (BICHIR, 2010).

O Índice de Gini, de acordo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre o rendimento dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, quando todos têm a mesma renda, e o valor 1 indica completa desigualdade de renda, quando poucas pessoas detêm toda a renda do lugar (PNUD, 2016).

**Tabela 13** - Renda, pobreza e desigualdade (2000 - 2010)

	2000		2010	
	Goiatuba	Morrinhos	Goiatuba	Morrinhos
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	667,28	693,12	785,84	792,66
% de extremamente pobres	4,90	2,26	1,18	0,47
% de pobres	16,23	15,25	3,98	2,73
Índice de Gini	0,65	0,66	0,50	0,49

**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2016)

A Tabela 13 aponta que o município de Morrinhos (GO) embora seja industrializado tem uma renda *per capita* muito próxima ao de Goiatuba (GO). O Índice de Gini se manteve estável, apontando mais uma vez que a industrialização não é o fator crucial para a melhoria da renda morrinhense.

A industrialização contribuiu, sim, para geração de emprego e renda, refletindo positivamente na melhoria da renda média, auxiliando na diminuição da pobreza, mas é evidente que as políticas públicas de transferência direta de renda, como o Programa Bolsa Família, favoreceu a diminuição da pobreza (KERSTENETZKI, 2009).

**Tabela 14** – Recursos pagos direto ao cidadão - bolsa família (2000 - 2010)

Ação	Linguagem Cidadã	Acumulado no Ano (R\$) 2010 Goiatuba	Acumulado no Ano (R\$) 2010 Morrinhos
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	Bolsa Família	1.853.315,00	1.175.638,00

**Fonte:** Portal da Transparência do Governo Federal (2016)

A Tabela 14 mostra que o programa Bolsa Família contribuiu bastante para diminuir a pobreza extrema. Amaral e Monteiro (2013) relatam que as desigualdades começaram a diminuir de uma forma geral e significativa no Brasil especialmente a partir dos anos 2001 e 2004 por conta de fatores como o crescimento da economia; aumento real do salário mínimo; surgimento de empregos formais; lançamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC); aposentadorias rurais; e estabelecimento de ferramentas de proteção social.

Verifica-se também que o município de Goiatuba (GO) recebeu ao final da década de 2010 mais repasses da transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, o que representa 1,8 % da população goiatubense necessitando do benefício para melhorar sua renda, conforme demonstrado na Tabela 13.

O município de Morrinhos (GO) tem 0,47 % de sua população nessa situação, o que pode ser reflexo dos empregos gerados pela industrialização ocasionando menos necessidade de a população aderir à bolsa família. Bichir (2010), Santos e Magalhães (2012), Amaral e Monteiro (2013) visam outras ações implementadas pelo poder público com os repasses aos municípios para melhorar as condições de vida da população.

**Tabela 15** – Transferências por ação exceto recursos recebidos diretamente pelo cidadão (2010)

Área	Ação	Linguagem Cidadã	Goiatuba Acumulado no ano 2010 (R\$)	Morrinhos Acumulado no ano 2010 (R\$)
Encargos Especiais	0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	TETO MAC	2.786.433,89	1.435.374,85
Saúde	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	FUNDEB	2.386.848,38	1.069.307,30
Saúde	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	PAB Variável - PSF	1.651.862,00	1.055.230,40
Saúde	8577 - Piso de Atenção Básica Fixo	Transferência - ITR - Municípios	738.711,05	393.260,00
Encargos Especiais	0369 - Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)	PAB Fixo	580.212,00	302.251,00
Encargos Especiais	099E - Auxílio Financeiro aos Entes Federados Exportadores	Cota-parte dos Estados e DF do Salário-Educação	551.916,29	210.249,24
Encargos Especiais	006M - Transferência do Imposto Territorial Rural	Compensação de Exportação - CEX	374.346,79	131.582,73
Saúde	20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	CHAGAS	300.000,00	115.350,74
Assistência Social	2A60 - Serviços de Proteção Social Básica		265.302,00	111.075,00
Educação	00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	PDDE	239.307,80	90.560,00
Saúde	8761 - Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	CEO	159.300,00	87.676,00
Encargos Especiais	0551 - Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º)	FARMÁCIA BÁSICA	147.960,54	73.677,33
Saúde	20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	Royalties	140.867,95	71.066,80
Encargos Especiais	0999 - Recursos para a Repartição da Contribuição-CIDE-Combustível	SAMU	137.500,00	64.337,04

**Fonte:** Portal da Transparência do Governo Federal (2016)



A Tabela 15 mostra que o poder público por meio de políticas públicas, no intuito de melhorar a saúde, educação e a longevidade, realiza transferências de recursos para que os entes federativos invistam em suas populações e possam diminuir cada vez mais as desigualdades sociais (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005).

Observou-se que o município de Goiatuba (GO) no final da década de 2000 recebeu quase o dobro de recursos em todas as ações implementadas em relação a Morrinhos (GO). Apesar de Goiatuba (GO) não possuir um quadro industrial significativo supre essa falta com a transferência de recursos do governo e assim a industrialização não influencia tanto na renda do município.

Além da importância do programa Bolsa Família para ajudar as pessoas mais necessitadas, Santos e Magalhães (2012) citam as políticas públicas de integração e de inserção. A primeira almeja o equilíbrio, a homogeneização da sociedade, com a finalidade de oferecer a todos o acesso aos serviços públicos, como pode ser observado na Tabela 15.

O poder público apresenta as seguintes ações que transferem recursos para que os estados possam investir tendo como finalidade o bem-estar da sociedade e o acesso de toda a coletividade: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família; Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade; Piso de Atenção Básica Fixo; Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15); Auxílio Financeiro aos Entes Federados Exportadores; Transferência do Imposto Territorial Rural; Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde ; Serviços de Proteção Social Básica ; Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE); Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192; Transferência do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art. 6º); Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde; e Recursos para a Repartição da Contribuição-CIDE-Combustível (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL, 2016).

Os autores mencionam também as políticas de inserção que atuam retificando os efeitos do desequilíbrio social sem interferir nas suas causas. Se forem bem aceitas pela sociedade acabam sendo utilizadas para captar votos para os governantes, como foi o caso do Bolsa Família que cooperou bastante para eleições brasileiras (SANTOS; MAGALHÃES, 2012).

Quanto à categoria educacional, a taxa de alfabetização é um indicador social relevante e está apresentada na Tabela 16, a seguir, que traz também a comparação entre os municípios e o estado de Goiás de modo a permitir um parâmetro comparativo para a análise da situação dos municípios em estudo.

**Tabela 16** – Taxa de Alfabetização (%) dos municípios e o estado de Goiás (2000 - 2010)

<b>Taxa de Alfabetização (%)</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>Varição 2000 - 2010</b>
Goiatuba	88,8	91,35	+2,87
Morrinhos	88,9	92,56	+3,66
Goiás	89,2	92,68	+3,48

**Fonte:** IMB (2016)

A Tabela 16 mostra que Morrinhos apresentou uma variação da taxa de alfabetização superior às taxas do município de Goiatuba e do estado de Goiás (GO), porém muito próxima, podendo ser reflexo dos investimentos das políticas públicas mais educação como uma das providências para melhorar a qualidade de vida das pessoas no cumprimento das metas governamentais.

Vale salientar que a melhoria dos resultados positivos da taxa de alfabetização conta com o auxílio dos programas sociais, com repasses de recursos para serem investidos em ações como foi dito anteriormente, mas o principal é o repasse que chega de forma direta ao cidadão, o Programa Bolsa Família, que busca basicamente a redução da pobreza e o fim do seu ciclo intergeracional.

Nesse sentido, Kerstenetzki (2009) e Bichir (2010) relatam que a redução da pobreza se deu pelo fato de o governo adotar ações como a transferência direta de renda ao cidadão. Em contrapartida o fim do ciclo intergeracional se daria pelas condicionalidades educação e saúde, como a obrigatoriedade da frequência das crianças à escola.

Santos e Magalhães (2012) confirmam a necessidade de buscar outras políticas emergenciais e estruturantes para não permitir que os programas sociais voltem a ser a velha e conhecida prática de assistencialismo.

**Tabela 17** – Matrículas efetivadas nos municípios de Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) (2000 - 2010)

Matrículas	Goiatuba		Morrinhos	
	2000	2010	2000	2010
Creche - Estadual (alunos)	-	-	-	-
Creche - Federal (alunos)	-	-	-	-
Creche - Municipal (alunos)	-	163	-	582
Creche - Particular (alunos)	-	-	-	18
Creche - Total (alunos)	-	163	-	600
Educação de Jovens a Adultos - Estadual (alunos)	-	366	-	170
Educação de Jovens a Adultos - Federal (alunos)	-	-	-	86
Educação de Jovens a Adultos - Municipal (alunos)	258	190	435	161
Educação de Jovens a Adultos - Particular (alunos)	140	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos - Total (alunos)	398	556	435	417
Educação Especial - Estadual (alunos)	61	13	-	83
Educação Especial - Federal (alunos)	-	-	-	-
Educação Especial - Municipal (alunos)	-	87	80	32
Educação Especial - Particular (alunos)	-	3	-	12
Educação Especial - Total (alunos)	61	103	80	127
Educação profissional (nível técnico) - Estadual (alunos)	-	32	-	-
Educação profissional (nível técnico) - Federal (alunos)	-	-	-	303
Educação profissional (nível técnico) - Municipal (alunos)	-	-	-	-
Educação profissional (nível técnico) - Particular (alunos)	-	-	-	-
Educação Profissional - Total (alunos)	-	32	-	303
Pré-Escola - Total (alunos)	145	837	536	569
Pré-escolar - Estadual (alunos)	-	-	95	-
Pré-escolar - Federal (alunos)	-	-	-	-
Pré-escolar - Municipal (alunos)	67	686	274	381
Pré-escolar - Particular (alunos)	78	151	167	188
Ensino Fundamental - Estadual (alunos)	1.989	1.020	4.883	2.009
Ensino Fundamental - Federal (alunos)	-	-	-	-
Ensino Fundamental - Municipal (alunos)	3.739	3.387	1.846	2.092
Ensino Fundamental - Particular (alunos)	338	387	654	1.814
Ensino Fundamental - Total (alunos)	6.066	4.794	7.383	5.915
Ensino Médio - Estadual (alunos)	1.447	1.055	1.534	1.519
Ensino Médio - Federal (alunos)	-	-	171	220
Ensino Médio - Municipal (alunos)	54	35	-	-
Ensino Médio - Particular (alunos)	97	91	213	209
Ensino Médio - Total (alunos)	1.598	1.181	1.918	1.948
Total (alunos)	8.268	7.563	10.352	9.310

**Fonte:** IMB (2016)

Kerstenetzki (2009) e Bichir (2010) ao associarem a transferência direta da renda a algumas condicionalidades discorrem os reflexos dessa vinculação educação e saúde das crianças, ou seja, só teriam direito ao benefício aquelas famílias que efetivamente mantiverem os filhos em idade escolar matriculados do estabelecimento de ensino.

Por essa razão, dentro dessa condicionalidade educacional necessário se faz mostrar, por meio da Tabela 17, o número de matrículas nos municípios estudados durante a década de 2000. O acesso mais cedo ao conhecimento se reflete na qualidade de vida de acordo como a concepção de Panzini *et al* (2007), Monteiro *et al* (2010) e Rocha *et al* (2000), contribuindo para compreensão das questões culturais e assim os indivíduos fazem parte e tendem a dar prioridade aos aspectos que lhes são relevantes.

Nesse sentido esta pesquisa buscou como tema a industrialização relacionando-a aos indicadores sociais com a finalidade de obter respostas referentes à sua contribuição ao desenvolvimento. Observou-se, porém, que o número de matrículas efetivadas nos municípios juntamente com a quantidade de salas de aula disponíveis à população e aos docentes na década de 2000, conforme as Tabelas 18 e 19, mantiveram-se próximos.

Como foi dito anteriormente as políticas públicas oferecidas à população foram primordiais na manutenção da taxa de frequência líquida no ensino fundamental e médio no recorte de 2000 a 2010 para que as famílias permanecessem nos programas sociais, principalmente, como foi destacado, no Bolsa Família, além da contribuição da taxa de conclusão no ensino fundamental e médio do referido período.

**Tabela 18** – Estabelecimentos de ensino nos municípios de Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) (2000 - 2010)

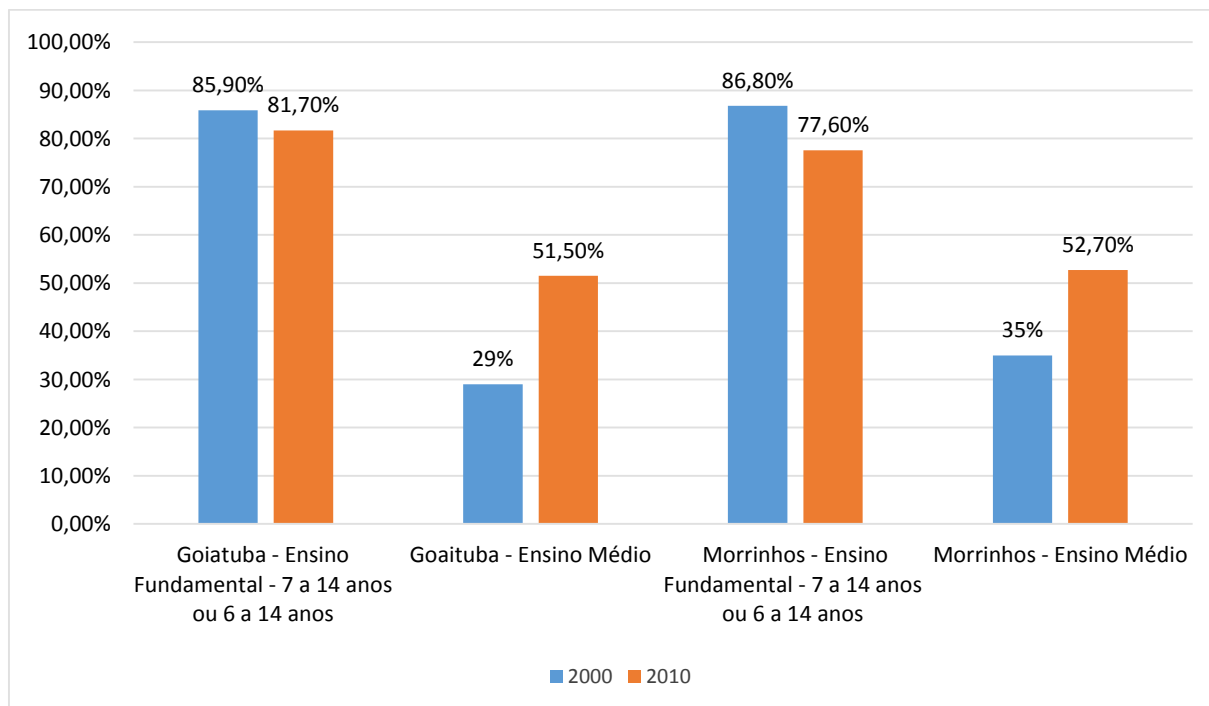
	Goiatuba		Morrinhos	
	2000	2010	2000	2010
Salas de Aula Existentes - Total (número)	171	217	244	338

Fonte: IMB (2016)

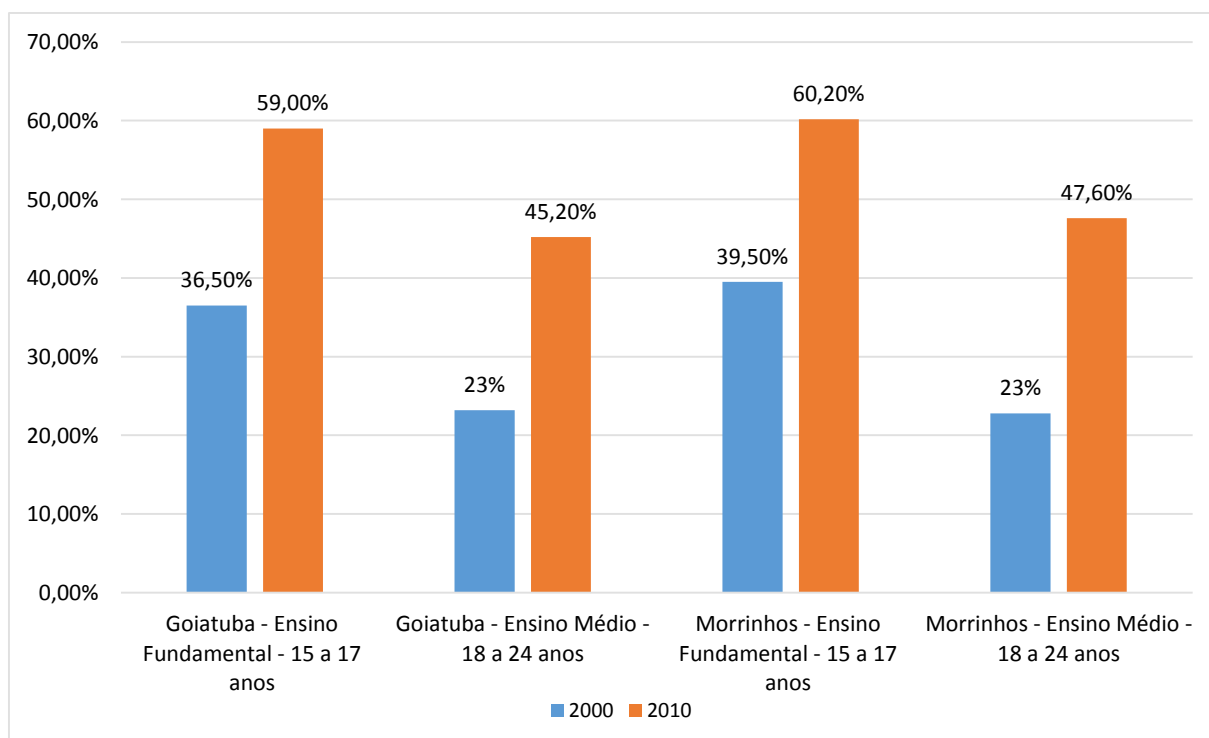
**Tabela 19** – Docentes nos municípios de Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) (2000 - 2010)

	Goiatuba		Morrinhos	
	2000	2010	2000	2010
Docentes	380	326	463	418

Fonte: IMB (2016)

**Gráfico 2** – Taxa de frequência líquida no ensino fundamental e médio - Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO)

**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2016).

**Gráfico 3** – Taxa de conclusão no ensino fundamental e médio de Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO) (2000 - 2010)

**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2016)

**Tabela 20** - Comparativo da educação adulta Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) (2000 – 2010)

População municipal de 25 anos ou mais de idade	Goiatuba			Morrinhos		
	2000	2010	VARIACÃO %	2000	2010	VARIACÃO %
Analfabetos	15,58	11,52	0,74	15,52	9,91	0,64
O ensino fundamental completo	54,6	44,13	0,81	56,32	47,72	0,85
Ensino médio completo	17,47	26,25	1,50	15,55	21,11	1,36
O superior completo	12,35	18,1	1,47	12,61	21,56	1,71

**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2016)

Em relação à educação adulta da população municipal de 25 anos ou mais de idade verifica-se na Tabela 20 que Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) também estão próximos, com os mesmos indicadores, não justificando a industrialização em Morrinhos (GO) como um aspecto fundamental no que tange ao desenvolvimento.

É indiscutível que a industrialização contribui para oferta de empregos melhorando a renda dos municípios, mas também vale ressaltar as políticas públicas. É por meio delas que o Estado retribui a arrecadação recebida com o recolhimento dos impostos, oferecendo serviços básicos à sociedade com a finalidade de atender três premissas básicas: saúde, educação e renda.

De acordo com Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil no município de Goiatuba (GO) no lapso temporal entre 2000 e 2010 a taxa de atividade da população economicamente ativa, de 18 anos ou mais, passou de 65,46% em 2000 para 69,12% em 2010. Ao mesmo tempo a taxa de desocupação referente à população economicamente ativa que estava desocupada passou de 6,40%, em 2000 para 4,78% em 2010.

Morrinhos, por sua vez, apresentou a taxa de atividade da população economicamente ativa de 66,70% em 2000 para 69,69% em 2010. Já a taxa de desocupação passou de 7,99% no ano 2000 para 4,91% em 2010, conforme Tabela 21.

**Tabela 21** - Comparativo da ocupação e desocupação da população Goiatuba e Morrinhos de 2000 a 2010

	Goiatuba		Morrinhos	
	2000	2010	2000	2010
<b>Ocupação da população de 18 anos ou mais</b>				
Taxa de atividade	65,46	69,12	66,70	69,69
Taxa de desocupação	6,40	4,78	7,99	4,91
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	41,49	49,63	45,77	59,02
<b>Nível educacional dos ocupados</b>				
% dos ocupados com fundamental completo	40,36	55,78	37,32	54,85
% dos ocupados com médio completo	23,53	36,25	22,03	39,63
<b>Rendimento médio</b>				
% dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo	48,47	17,09	51,41	14,52
% dos ocupados com rendimento de até 2 salário mínimo	79,00	67,18	80,45	67,97
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimos	90,76	92,17	92,87	92,29

**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2016)

De acordo com os dados disponibilizados no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, em Goiatuba (GO), em 2010, as pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 14,43%, trabalhavam no setor agropecuário; 0,12% na indústria extrativa; 12,10% na indústria de transformação; 6,91% no setor de construção; 1,18% nos setores de utilidade pública; 14,61% no comércio; e 42,03% no setor de serviços.

Em Morrinhos (GO), nesse mesmo ano, da população economicamente ativa 19,61% das pessoas trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 11,96% na indústria de transformação; 7,03% no setor de construção; 1,11% nos setores de utilidade pública; 14,69% no comércio; e 41,02% no setor de serviços (PNUD, 2016).

Outro indicador abordado é a saúde que leva em consideração vários segmentos desde a habitação até os serviços que o Estado oferece. A expectativa de vida ao nascer é o indicador utilizado para encontrar a dimensão longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme citam Lourenço e Romero (2002) e Siedenberg (2006).

Observa-se nas Tabela 22 e 23, levando em consideração o tema abordado industrialização, que os indicadores dos dois municípios ficaram bastante próximos, demonstrando que o fator industrialização não afetou o desenvolvimento do município menos industrializado, que no caso é Goiatuba (GO).

**Tabela 22** - Comparativo de indicadores de habitação Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) de 2000 a 2010

	Goiatuba		Morrinhos	
	2000	2010	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	94,51	97,62	96,19	98,52
% da população em domicílios com energia elétrica	99,04	99,48	98,79	99,76
% da população em domicílios com coleta de lixo*	97,91	99,01	99,77	99,75

**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2016)

\*Somente para população urbana.

**Tabela 23** – Quantidade de hospitais e leitos em Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) de 2000 a 2010

	Goiatuba		Morrinhos	
	2000	2010	2000	2010
Hospitais	3	3	4	3
Leitos	123	138	128	111

**Fonte:** IMB (2016)

Para Minayo, Hartz e Buss (2000) a qualidade de vida deriva da compreensão de cada indivíduo pertinente ao nível de satisfação percebido na convivência das pessoas, nas relações familiares, sociais e também em relação ao meio ambiente. Para Veiga (2008) a preservação dos recursos naturais está diretamente ligada à qualidade de vida da sociedade moderna. De acordo com Monteiro *et al* (2010) e Santos e Carniello (2011) a qualidade de vida está relacionada ao conforto e à melhoria do padrão de vida.

Na opinião dos autores, aprofundando o entendimento de qualidade de vida, a oferta de melhor padrão de vida leva ao bem-estar acarretando um estilo de vida mais saudável. Conseqüentemente, quanto mais pessoas forem atendidas pelos serviços públicos maior será a qualidade de vida da população (MINAYO, HARTZ e BUSS (2000), MONTEIRO *et al* (2010) e VIEIRA e SANTOS (2012).



No que concerne à mortalidade de crianças com menos de um ano de idade Goiatuba passou de 19,7 por mil nascidos vivos no ano 2000 para 11,0 em 2010. Morrinhos de 20,3 por mil nascidos vivos em 2000 para 12,3 no ano de 2010. Mais uma vez a proximidade dos indicadores mostra que a industrialização não foi crucial para as taxas observadas em 2010. Para melhor compreensão a Tabela 24 expõe os dados.

Nesse sentido, é importante ressaltar a importância das condicionalidades impostas pelo poder público na concessão do programa Bolsa Família. Uma delas é que para a família ser beneficiada necessita atender aos cuidados básicos de saúde com a participação em campanhas de orientação nutricional e preventivas de saúde com atenção voltada às crianças pequenas e mulheres gestantes, conforme ressaltam Bichir (2010) e Kerstenetzki (2009).

**Tabela 24** - Comparativo da Longevidade, Mortalidade e Fecundidade entre Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) no período de 2000 a 2010

	Goiatuba		Morrinhos	
	2000	2010	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	73,5	74,5	73,2	76,7
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	19,7	11	20,3	12,3
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	23,3	13	24	14,2
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,2	1,6	2,2	1,8

**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2016)

A expectativa de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Goiatuba (GO) a expectativa de vida ao nascer cresceu 1,0 anos na última década passando de 73,5 anos, em 2000, para 74,5 anos em 2010. Em Morrinhos (GO) essa expectativa cresceu 3,5 anos na última década, passando de 73,2 anos no ano de 2000, para 76,7 anos em 2010.

Ainda quanto à qualidade de vida, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi feita a comparação entre os municípios objeto de estudo e o estado de Goiás, separando, inclusive, os três componentes desse índice: IDHM Educação; IDHM Longevidade; e IDHM Renda.

Conforme exposto por Lourenço e Romero (2002) e também por Siedenberg (2003) o componente IDH Longevidade (saúde) é calculado a partir da expectativa de vida ao nascer. Já o IDH Educação é dado pelo nível educacional calculado pela combinação entre a alfabetização adulta, que representa 2/3 do peso da medida e a taxa de escolaridade ajustada ao ensino fundamental, médio e superior que representa 1/3 da ponderação. O IDH Renda, por sua vez, é determinado pelo nível de vida, calculado pelo PIB real *per capita* (LOURENÇO; ROMERO, 2002).

No tocante ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Humano Municipal (IFDM/FIRJAN), conforme argumentado pelos autores Postali e Nishijima (2011), representa os indicadores relacionados à educação, saúde, renda e ao emprego.

A Tabela 25 traz o comparativo entre os municípios, o estado de Goiás e o Brasil na década de 2000. Os dados apontam a proximidade dos percentuais deixando claro que a industrialização presente no território morrinhense não fez diferença para melhorar significativamente os indicadores em relação ao outro município pouco industrializado, podendo-se concluir que há uma atuante presença das políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local.

**Tabela 25** - Comparativo do IFDM - FIRJAN Goiatuba (GO), Morrinhos (GO), Goiás (GO) e Brasil em 2010

<b>Localidades</b>	<b>IFDM</b>	<b>Emprego e Renda</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>
Goiatuba	0,8069	0,7504	0,8230	0,8473
Morrinhos	0,8029	0,7764	0,7831	0,8493
Goiás	0,8540	0,8402	0,9770	0,9526
Brasil	0,7441	0,7023	0,7615	0,7684

**Fonte:** IFDM/FIRJAN (2016).

Jannuzzi (2002) afirma que a observância dos indicadores sociais colabora para que os governos possam planejar ações e políticas sociais amenizando as disparidades sociais. Na ótica de Vieira (2009) o direcionamento das políticas públicas é essencial para a busca do desenvolvimento. É preciso ultrapassar as barreiras econômicas levando em consideração o bem-estar, ressaltando a saúde, educação, acesso ao trabalho e a distribuição da renda.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A industrialização foi retratada na história econômica como um caminho para promover o desenvolvimento regional. Nesse sentido, o presente estudo delimitou como objetivo geral a identificação do processo de industrialização durante a década de 2000 dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) pertencentes à Microrregião do Rio Meia Ponte (GO), no intuito de verificar a contribuição da industrialização no crescimento e/ou desenvolvimento econômico dos municípios objetos da pesquisa.

Em busca de alcançar os objetivos específicos, durante a realização da pesquisa, necessária se fez abordar no referencial teórico utilizando autores como Furtado (1983) apontam as diferenças entre crescimento e desenvolvimento. Sendo que o crescimento representaria um composto de ações sejam econômicas, tecnológicas, e também sociais. Por esta razão, entendia que o crescimento não provocaria exclusivamente, modificações econômicas, mas sim a forma como todas essas ações eram estruturadas para satisfazerem às múltiplas necessidades de uma sociedade (FURTADO, 1983).

Sen (2000) era consoante com o pensamento de Furtado (1983), ressaltava que avaliar crescimento e desenvolvimento iria além das questões econômicas, que outros fatores deveriam ser considerados, como, por exemplo, as vagas de emprego ofertadas a população, a efetividade por parte do Estado de cumprir, resguardar e executar os direitos sociais básicos, como saúde, educação, assistência social, segurança. Habitação, dentre outros que contribuíram para o bem estar de toda a sociedade, a tornando mais justa e igualitária.

Viera e Santos (2012) colaboraram por meio de seus ensinamentos, e corroboraram com Furtado (1983), e Sen (2000), na ideia de que o crescimento supera a visão estritamente econômica, necessitando agregar outros elementos, os quais estariam relacionados com o bem estar humano, sendo a valorização das associações entre os atores sociais, destacando também, a preocupação com o meio ambiente, a mobilização social, cultural, e assim contribuindo para o surgimento de crescimento e do desenvolvimento.

Assim com o intuito de não somente analisar o quesito econômico, mas o todo que contribuiria para atingir crescimento e desenvolvimento, o presente estudo apontou sobre os indicadores socioeconômicos, enfatizando a participação da industrialização nesse processo que a sociedade goiatubense e morrinhense viveu durante a década de 2000.

De acordo com Santos, Braga e Souza (2012) a industrialização foi considerada por muitos anos dentro da História Econômica como uma caminho imprescindível para ter crescimento e desenvolvimento econômico. Mas com o decorrer da história econômica

brasileira, estudiosos do tema industrialização como Cardoso; Faletto (1970) apontam que quanto mais o Brasil se industrializava, mais ocasionava crescimento econômico, e mais distante se encontrava do desenvolvimento. Dessa forma, Furtado (1972) afirmou que não desmerecia a importância da industrialização, mas a instalação de indústrias implicaria no surgimento de outros aspectos que levariam ao subdesenvolvimento.

Nesse sentido, a pesquisa procurou avaliar a contribuição do processo de industrialização dos municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), demonstrando os indicadores econômicos na finalidade de verificar o município que mais se destacou economicamente entre o período de 2000 a 2010, e também, os indicadores de desenvolvimento, com intenção de identificar se a industrialização contribuiu para promoção do desenvolvimento.

Vale ressaltar, que a pesquisa não discorreu sobre um dos segmentos dentro do desenvolvimento que foi sustentabilidade, para Arrighi (1997) o conceito desenvolvimento sustentável pode ser considerado imparcial, sendo que objetivo corresponde em acreditar na falta de valores ideológicos relativos à sua elaboração. Sua popularização decorre da própria crença no desenvolvimento como um valor acima dos conflitos que demarcam as relações sociais e disputas políticas derivadas da competição entre frações de classe e classes sociais.

Partindo do propósito de estudar a industrialização e o desenvolvimento regional dos municípios goianos, no decorrer do estudo, as prefeituras, secretarias da indústria e comércio e federação da indústria foram procuradas com a finalidade de obter dados originais de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO). Porém, não foi possível obter dados consistentes primários, por esse fato, foram utilizados dados secundários disponibilizados nas bases públicas oficiais para conseguir números que quantificassem os indicadores econômicos e socioeconômicos na elaboração do estudo.

Foram apresentados os indicadores econômicos, financeiros e sociais com desígnio de atender ao questionamento quanto à correlação da industrialização com o crescimento ou desenvolvimento local.

A partir dos dados obtidos em bases públicas foi verificado que o município de Morrinhos (GO) foi o mais industrializado, como demonstram o indicador econômico referente ao Produto Interno Bruto (PIB) em todas as suas dimensões: *per capita*, a preços correntes, e industrial, de acordo com as Tabelas apresentadas na quarta seção desta pesquisa - Resultados e Discussão - que traz os melhores índices fazendo o comparativo com o outro município estudado, Goiatuba (GO), durante a década de 2000.

Vieira (2009) discorre que o recolhimento dos tributos ao Estado, compõem a base de custeio de todos os serviços prestados pelo poder público, e que também, a tributação pode ser considerada como uma ferramenta que contribui para que o Estado possa planejar o quanto irá arrecadar de tributos, e quanto poderá planejar para investimentos, gastos públicos, e essencialmente, o quanto irá destinar ao desenvolvimento, propiciando melhores condições e acarretando melhoria na qualidade de vida da população.

Foi distribuído no Quadro 8, os impostos pertencentes a cada ente tributante: União, Estados e Municípios. Todavia, nessa pesquisa evidenciou somente os tributos gerados pelas atividades industriais que ocasionam o recolhimento dos impostos não vinculados aos cofres públicos, que são: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

O Imposto referente aos Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é definido de acordo com o Direito Tributário, como competência de tributar do município, por isso é recolhido ao cofre público municipal, e não pode ser objeto de distribuição entre os demais entes da federação, como é o caso dos demais impostos citados (MACHADO, 1999).

Nesta pesquisa exibe-se, em Tabelas, a variação da arrecadação do referido imposto no município de Morrinhos (GO) que aumentou durante a década de 2000, podendo ser consequência das instalações industriais no Município, contribuindo assim, para um crescimento econômico.

No que se refere ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é de recolhimento ao cofre federal, todavia, a União divide a arrecadação desse Tributo com os municípios pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) cabendo-lhes 22,5 % de toda arrecadação. É a principal fonte de arrecadação da maioria dos municípios brasileiros (CTN, 2016).

O valor repassado da União aos municípios que tange ao IPI, está diretamente ligado a movimentação financeira que as indústrias geram, por isso, quando maior apresentação de uma concentração industrial, maior será arrecadação perante a União, e assim, maior será o repasses do FPM (MACHADO, 1999).

Mais uma vez os números apontam que o município de Morrinhos (GO) durante a década de 2000 recebeu mais repasses do FPM podendo ser mais um reflexo da industrialização da região morrinhense.

Outro tributo mencionado na pesquisa, foi o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual,

Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o qual, também, é recolhido ao cofre público estadual, referente as atividades industriais, sua arrecadação é dividida com os municípios pertencentes a cada Estado. Sendo que é o mesmo procedimento adotado no IPI, o município receberá mais repasse do governo de acordo com sua movimentação financeira industrial, (MACHADO, 1999).

O ICMS foi o imposto que finalizou o aspecto tributário. Diante da avaliação dos valores retratados no presente estudo, foi o único imposto que possuía dados disponibilizados e específicos gerados pelas indústrias, porém, constam na base pública de dados do Instituto Mauro Borges (IMB) a partir do ano de 2007, não abrangendo totalmente a década de 2000.

Mesmo os dados disponíveis não demonstrando a década na íntegra pode-se verificar que o município de Morrinhos (GO) obteve melhores rendimentos tributários que Goiatuba (GO) permitindo concluir, pelos indicadores econômicos e financeiros, que a industrialização influenciou no crescimento econômico do município, mostrando que Morrinhos (GO) cresceu mais do que Goiatuba (GO).

Os indicadores econômicos e financeiros também, podem refletir, que o município de Morrinhos (GO) de Leis como: a Lei Orgânica nº 901 de 05 de abril de 1990; a Lei nº 1.781, de 14 de dezembro de 2000; Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000; e a Lei nº 2.281, de 29 de janeiro de 2007, conforme já detalhadas no presente estudo, todas voltadas para atratividade de indústrias, utilizando a tributação como uma ferramenta importante nesse processo.

Enquanto, Goiatuba (GO) possui menção ao processo de atração industrial, em sua Lei Orgânica nº 20 de 4 de agosto de 2010, de Goiatuba, porém, não estabelece definitivamente meios para essa atração, e sim que adotará políticas para a instalação das indústrias, mas não estabeleceu as formas para que isso efetivamente aconteça. Podendo ser também, um aspecto do município ser menos industrializado, e apresentar um crescimento econômico menor do que Morrinhos (GO) na década de 2000.

Além da pesquisa ter retratado o crescimento econômico, houve o cuidado de avaliar os indicadores que demonstraram desenvolvimento, e relacionando os com fator industrialização.

Foi exposto os repasses governamentais realizados para que os municípios possam investir em diversas ações, como demonstrado em Tabelas, que contribuem para a sociedade, ressaltando assim, a importância da implementação de políticas públicas, tendo como finalidade, a melhoria das condições de vida da população, e assim o Estado cumprindo com sua função social.

Durante a pesquisa, foi avaliado que a industrialização não interviu muito para que Morrinhos (GO) apresentasse percentuais elevados em relação a Goiatuba (GO), pelo contrário,

mantiveram muito próximos durante a década de 2000 o Índice de GINI; IDHM; IFDM FIRJAN referentes à saúde, educação, e emprego e renda.

Podendo se concluir que a industrialização, contribui para o crescimento econômico de Morrinhos (GO) em relação a Goiatuba (GO), que se apresentou menos industrializado. Todavia, a industrialização não influenciou na melhora dos indicadores de desenvolvimento de Morrinhos (GO), portanto, não sendo um fator crucial para o desenvolvimento dos municípios.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ALMEIDA, Márlon Luiz De. **Reflexos De Uma Concentração Produtiva Nos Indicadores De Desenvolvimento Do Município De Buriti Alegre (GO)**. 2014. 136 F. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Departamento de Economia, Contabilidade E Administração, Universidade de Taubaté, São Paulo, 2014.
- AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. Avaliação de impactos das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 56, nº 3, 2013.
- BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA USP - **Portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.
- BICHIR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os atuais desafios dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos**, nº 87, julho, 2010.
- BRASIL. Constituição (1966). Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional**: Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2008) **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008.
- CANO, Wilson. Alguns aspectos da concentração industrial. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Desequilíbrios regionais e concentração de renda no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global e Ed. Unicamp, 1985.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARNIELLO, Monica Franchi et al. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. 2011. Disponível em: <[www.rbgdr.net/](http://www.rbgdr.net/)>. Acesso em: 14 jun. 2016.
- CF - **Constituição Federal** DE 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2016.



CHIESA, Clélio. **Industrialização sob encomenda**: Incidência de ISS, IPI, ICMS ou nenhum desses impostos? In ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). *Grandes Questões Atuais do Direito Tributário*. Vol. 9. São Paulo: Dialética, 2005, p. 71/72.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

CURADO, M.; CRUZ, M. J. V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008.

CURADO, Marcelo. **Industrialização e desenvolvimento**: uma análise do pensamento econômico brasileiro. *Econ. soc.* [online]. 2013, vol.22, n.3, pp. 609-640. ISSN 0104-0618.

DATASUS - **Departamento de Informática do SUS**. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=01>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

EMPRESAS DO BRASIL. **Cadastro Nacional das Empresas do Brasil**. Disponível em: <<http://empresadobrasil.com/>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de vida e atividade física**: explorando teoria e prática. Barueri: Manole, 2004.

HEINECK, Luiz Fernando Mählmann Macroeconomia / Luiz Fernando Mählmann Heineck. – Florianópolis: **Departamento de Ciências da Administração / UFSC**; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

HORTA, Raul Machado. Formas Simétrica e Assimétrica do Federalismo no Estado Moderno. In **Estudos Jurídicos, Políticos e Sociais**: Homenagem a Gláucio Veiga, (coord) Nelson Nogueira Saldanha e Palhares Moreira Reis, Curitiba : Juruá, 2000, p. 212.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:< <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 13 jan. 2016.

IFDM - **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: < <http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em 13 jan. 2016.

IMB - **Instituto Mauro Borges**. Disponível em: < <http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em 13 jan. 2016.

IPEA. **IPEADATA**. Banco de dados do. Disponível em <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)> Acesso em: 19 dez 2015.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, o mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, vol. 36, n. 1, pp. 51-72, Jan./Fev. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427>>. Acesso em: 19 Jun 2016.

JUCEG. **Junta Comercial do Estado de Goiás**. 2016. Disponível em: <<http://www.juceg.go.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

KERSTENETZKY, C. L. Redistribuição e Desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 52, nº 1, 2009, PP. 53 a 83.

LAMONICA, Marcos Tostes and FEIJO, Carmen Aparecida de. **Crescimento e industrialização no Brasil**: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2011, vol.31, n.1, pp. 118-138. ISSN 0101-3157.

LOURENÇO, G. M.; ROMERO, M. Indicadores econômicos: economia empresarial. In: **Coleção Gestão Empresarial**. Curitiba: FAZ Gazeta do Povo, 2002.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 50.

MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. In: **Economia e Sociedade**. Campinas. v. 17.n. 1 (32). p. 53-84.abr. /2008.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre o princípio da população**. São Paulo: Abril Cultural, 1798. (Os Economistas).

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1867.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, M. et. al. **A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (44), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-44.htm>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. vol. 5.n. 1.p. 7-18. 2000.

MIZIARA, F. Expansão da Lavoura de Cana em Goiás e Impactos Ambientais. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. v. 1. p. 1. Acesso em: 12 jun. 2016.

MIZIARA, F.; FERREIRA, N. C. **Expansão da Fronteira Agrícola e Evolução da Ocupação e Uso do Espaço no Estado de Goiás**: Subsídios à Política Ambiental. In: FERREIRA, L. G. (Org.). *A encruzilhada socioambiental - biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado*. Goiânia: Canone /CEGRAF - UFG, 2008, v. 1, p. 67-75. MRE. O

Estado de Goiás. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/dc/textos/revista4 - mat10.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

MONTEIRO, R.; BRAILE, D. M.; BRANDAU, R.; JATENE, F. B. Qualidade de vida em foco. In: **Revista BrasCirCardiovasc**. São José do Rio Preto.v. 25. n. 4. dez./2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-76382010000400022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382010000400022&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 jan 2016.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVETTE, M. P. de A. **Estrutura no espaço rural do Centro-Oeste brasileiro**. Agric.São Paulo, SP, v.47. n.2. p 105 – 136, 2000.

PANZINI, R. G.; ROCHA, N. S.; BANDEIRA, D. R.; FLECK, M. P. A. Qualidade de vida e espiritualidade. In: **Revista de Psiquiatria Clínica**. São Paulo, v. 34. supl. 1. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-60832007000700014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000700014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 dez 2015.

PASSOS, C. R.; NOGAMI, O. **Princípios de Economia**, 5 ed. São Paulo: Ática 2011.

PIKETTY, Thomas, **A Economia da Desigualdade**. Trad. André Telles da edição francesa de 1997. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015, p. 85.

\_\_\_\_\_. **O Capital do século XXI**. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

PIRES, M. J. S. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro - sul de Goiás**. Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia: Campinas, 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <[www.sober.org.br/palestra/13/9.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/13/9.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2016.

POSTALI, F. A. S.; NISHIJIMA, M. Distribuição das rendas do petróleo e indicadores de desenvolvimento municipal no Brasil nos anos 2000. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo. v. 41. n. 2. jun./2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010141612011000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010141612011000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 jan 2016.

PREFEITURA DE GOIATUBA. **Município de Goiatuba**. 2015. Disponível em: <[www.goiatuba.go.gov.br](http://www.goiatuba.go.gov.br)>. Acesso em: 31 dez 2015.

PREFEITURA DE MORRINHOS. **Município de Morrinhos**. 2015. Disponível em: <[www.goiatuba.go.gov.br](http://www.goiatuba.go.gov.br)>. Acesso em: 31 dez 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013:**

\_\_\_\_\_. **Perfil do município de Goiatuba**, GO. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013)>. Acesso em: 13 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Perfil do município de Morrinhos**, GO. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=2&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=2&li=li_Atlas2013)>. Acesso em: 13 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2009/2010. **Valores e desenvolvimento humano**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/rdh\\_Brasil\\_2009\\_2010.pdf](http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/rdh_Brasil_2009_2010.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2016.

REZENDE, A. J., SLOMSKI, V., & CORRAR, L. J. (2005). A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, 1(1), 24-40 Disponível em: <[proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/viewFile/75/3](http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/viewFile/75/3)>. Acesso em: 13 jan 2016.

RFB – **Receita Federal do Brasil**. Disponível em: <<http://www.http://idg.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em 13 jan 2016.

ROCHA, A. D. ; OKABE, I. ; MARTINS, M.E.A. ; MACHADO, P.H.B. ; MELLO, T. C. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? In: **Ciência & Saúde Coletiva**. vol. 5.n.1.p. 63-81, 2000. Acesso em 13 mar 2016.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. Record: São Paulo, 2005.

SANTOS, C. R. B.; MAGALHÃES, R. Pobreza e política social: a implantação de programas complementares do Programa Bolsa Família. **Ciências & Saúde Coletiva**, 17(5): 1215-1224, 2012.

SANTOS, Elinaldo; BRAGA, Vitor; SOUZA, Reginaldo; BRAGA, Alexandra. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**; N.º1. Editora: DRd–Desenvolvimento Regional em debate, 2012.

SANTOS, Moacir José dos; CARNIELLO, Monica Franchi. **Por uma história do desenvolvimento**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, p. 279-295, 2011. Disponível em: < v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil > Acesso em: 14 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **História do desenvolvimento: limites de um campo de pesquisa**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 10, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/1472>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. Desenvolvimento Social E Qualidade De Vida: Algumas Perspectivas De Pesquisa. **Revista de Ciências Sociais (fortaleza)**: Escola Brasileira de Administração Pública, Fortaleza, v. 2, n. 5, p.101-111, set. 1974.

SCIELO - **Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>> Acesso em 10 dez 2015.

SEFAZ - **Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás**. Disponível em: <<http://www.sefaz.go.gov.br/>>. Acesso em 13 jan. 2016.

SEGPLAN-GO – **Secretaria de Estado de Planejamento de Goiás**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/bde/>>. Acesso em 15 dez 2015.

SEIDENBERG, D. R. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz: Edunisc, 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SILVEIRA, Breno Carrillo; SILVA, Rubicleis Gomes da; CARVALHO, Lucas de Araújo. Índice relativo de qualidade de vida da Região Norte: uma aplicação da análise fatorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté - SP, v. 4, n. 4, p.80-97, set-dez/ 2008.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento**. Nova edição. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

TAVARES, M. C e SERRA, J. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. (Tese de Livre Docência) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1975.

TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. In: **São Paulo Perspectiva**. São Paulo. v. 17.n. 3-4. dez./2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392003000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392003000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jun 2016.

TURRIONI, J. B.; MELLO, C. H. P. Pesquisa-ação na Engenharia de Produção. In: MIGUEL, P. A. C. (org.). **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier :ABEPRO, 2012.

VALERIO, Adriany Cristina; PELISSON, Alyne Ribeyre; BUSSAGLIA, Talita Venturini. Do direito ao crédito de IPI na aquisição do insumo isento, sujeito a alíquota zero ou não tributado. **Revista De Direito Público**, Londrina, V. 5, N. 1, P.169-184, Abr. 2010. Anual.

VASCONCELLOS, MARCO ANTONIO SANDOVAL DE. **Economia Micro e Macro: Teoria e Exercícios**, Glossário com 260 Principais Conceitos Econômicos. São Paulo: Atlas, 2000.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.  
\_\_\_\_\_. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional**: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. **Desenvolvimento econômico regional** – uma revisão histórica e teórica. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 8, n. 2, p. 344-369, 2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <  
<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679> > Acesso em 12 jun. 2016.